

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA  
PÚBLICA**

**LEONARDO GOMES DA COSTA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS  
SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ BASEADA EM  
INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA DE LONGO PRAZO**

**DISSERTAÇÃO**

**CURITIBA  
2020**

**LEONARDO GOMES DA COSTA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS EM  
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ BASEADA EM INDICADORES DE  
GESTÃO PÚBLICA DE LONGO PRAZO**

**Impact analysis of the implantation of social observatories in Paraná State  
municipalities based on long-term public management indicators**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, da Escola de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Inacio Andruski Guimarães

**CURITIBA  
2020**



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba



---

LEONARDO GOMES DA COSTA

**ANÁLISE DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ BASEADA EM INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA DE LONGO PRAZO**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).  
Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 30 de Outubro de 2020

Prof Inácio Andruski Guimaraes, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Christian Luiz Da Silva, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Josue Alexandre Sander, Doutorado - Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul - Isae-Fgv

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 09/11/2020.

*Dedico este trabalho primeiramente à Deus, pelo dom da vida e saúde para enfrentar meus desafios.*

*Ao meu pai, in memoriam, pelo investimento e confiança em mim depositados.*

*À minha mãe, pelo estímulo e acompanhamento constante em meus estudos.*

*Aos meus demais familiares, pela compreensão nas ausências e pelo apoio prestado.*

## RESUMO

COSTA, Leonardo Gomes da. **Análise do impacto da implantação de observatórios sociais em municípios do Estado do Paraná baseada em indicadores de gestão pública de longo prazo.** 106 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

A partir da crescente conscientização da população, instrumentalizada com o avanço dos marcos legais, surgiram na sociedade civil alguns espaços, ou Organizações Não Governamentais (ONGs), cujo propósito é o monitoramento das ações públicas realizadas pelos governos e governantes municipais. Uma dessas organizações, já bastante difundida, é a rede do Observatório Social do Brasil (OSB), que tem como principal intuito monitorar compras públicas em nível municipal, agindo preventivamente no controle social de gastos públicos. Como um de seus objetivos, a rede OSB propõe também a construção de indicadores de gestão pública, com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais dos municípios, de forma que se possa fazer uma avaliação dos avanços destes indicadores dentro dos municípios e, até mesmo, fazer a comparação entre municípios similares. O objetivo deste trabalho é fazer uma comparação dos resultados da implantação de Observatórios Sociais em um grupo de municípios localizados no Estado do Paraná, por meio de alguns Indicadores de Gestão Pública (IGPs) propostos pela própria Rede OSB. Mais especificamente, comparar dados traçando o panorama observado no ano-base adotado e o panorama recente de um grupo de municípios com Observatórios Sociais e outro grupo de municípios equivalentes sem Observatórios Sociais, buscando possíveis resultados mesmo frente às variabilidades de condições enfrentadas em cada município que teve a instituição implantada e frente ao período passível de ser analisado. Os grupos foram selecionados e analisados utilizando-se dados de acesso público e abrangendo o período de 2015 a 2018, totalizando quatro anos e quatro exercícios fiscais. A comparação foi efetuada com base em Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP), apresentados por municípios de portes semelhantes, com a finalidade de avaliar o impacto da implantação dos observatórios sociais sobre alguns destes indicadores. Os resultados obtidos sinalizam que, no período analisado, somente a implantação de observatórios sociais não teria o poder de acarretar variação significativa sobre os Indicadores Municipais de Longo Prazo utilizados pelo OSB. Contudo, na contextualização com a literatura pesquisada, foi possível aferir que o papel dos Observatórios Sociais nos municípios, nas mais diversas áreas de sua atuação, é realmente muito importante. Assim, não obstante ao fato de que o período analisado possa ser ainda insuficiente, a análise realizada viabilizou concluir que os Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP) atualmente utilizados pelo OSB, embora contributivos, de certa forma ainda carecem de reflexão e desenvolvimento para que possam cumprir seu propósito e medir mais objetivamente as melhorias na gestão municipal propriamente dita.

Palavras-chave: Observatórios Sociais. Orçamentos. Indicadores. Gestão Pública. Transparência.

## ABSTRACT

COSTA, Leonardo Gomes da. **Impact analysis of the implantation of social observatories in Paraná State municipalities based on long-term public management indicators.** 106 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

Because of the growing awareness of the population, instrumentalized with the advancement of legal frameworks, some spaces, or Non-Governmental Organizations (NGOs), appeared in civil society with the purpose of monitoring public actions carried out by governments and municipal rulers. One of these organizations, already very widespread, is the Social Observatory of Brazil (SOB or *OSB* in his Brazilian initials), who has the objective of monitoring public purchases at the municipal level, acting preventively in the social control of public spending's. In order to achieve those goals, the *OSB* proposes the construction of public management indicators, based on budget execution and social indicators of the municipalities, so that it is possible to assess the progress of these indicators within the municipalities, and to compare municipality's with similar characteristics. This work proposes to compare the results of the implementation of Social Observatories in a group of municipalities located in the Paraná State through some Public Management Indicators (IGPs) proposed by the *OSB* Network. More specifically, the purpose is to compare the data available at the base-year adopted and the recent scenario of a group of municipalities with Social Observatories and a group of municipalities without Social Observatories. After that, verify possible results considering the variability of conditions faced in each municipality that had the institution implanted and the period analyzed. The groups were selected based on available public data covering the period from 2015 to 2018, totalizing four years and four fiscal years. The comparison was made based on Long-Term Public Management Indicators (IGPs – LP, in the Brazilian initials), presented by municipalities of similar sizes, in order to assess the impact of the implementation of social observatories on some of these indicators. The results obtained indicate that, in the analyzed period, only the implantation of social observatories have not the power to cause significant variation over the Long-Term Public Management Indicators currently used by the *OSB*. However, in context with the researched literature, it was possible to assess that the role of Social Observatories in the municipalities, in the most diverse areas of their performance, is very important. Despite the fact that the analyzed period may be insufficient, it was possible to conclude that the Long-Term Public Management Indicators (IGPs-LP) currently used by *OSB*, although contributory, still lack of reflection and development to fulfill their purpose and really measure objectively improvements in municipal management.

Keywords: Social Observatories. Budgets. Indicators. Public Management. Transparency.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo .....	38
Quadro 2 - Observatórios Sociais em funcionamento entre 2015 e 2018 no Estado do Paraná.....	42
Quadro 3 - Municípios sem Observatórios Sociais Selecionados para Comparação. .....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores de Teste para o IPTU, ISS, RTP, FPM, ICMS, IPVA e RT per capita no período de 2015 a 2018. ....	46
Tabela 2 - Valores de Teste relacionados às despesas per capita com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e investimentos no período de 2015 a 2018. ....	48
Tabela 3 - Valores de Teste relacionados às despesas per capita com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e investimentos no período de 2015 a 2018. ....	50
Tabela 4 - Valores de Teste para a taxa de variação de alunos matriculados, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de abandono no ensino fundamental. ....	51
Tabela 5 - Valores de Teste para a taxa de homicídios. ....	51
Tabela 6 - Valores de Teste para a taxa de mortalidade infantil e taxa de disponibilidade de médicos para o período de 2015 a 2018. ....	52
Tabela 7 - Valores de Teste para a taxa de crescimento do emprego e PIB per capita. ....	52



## LISTA DE SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Indicador de Gestão Pública
IGPR-CP	Indicador de Gestão Pública de Curto Prazo
IGPR-LP	Indicador de Gestão Pública de Longo Prazo
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Veículos Automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não-Governamental
OSB	Observatório Social do Brasil
OS	Observatório Social
RTP	Receita Tributária Própria
RT	Receita Total
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.2.1 Objetivo Geral .....	14
1.2.2 Objetivos específicos .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA .....	15
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	18
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
2.1 ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE .....	19
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	36
3.1.1 Delineamento Metodológico .....	36
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA UTILIZADAS NO MÉTODO QUANTITATIVO .....	42
3.3 COLETA DOS DADOS QUANTITATIVOS .....	43
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS .....	44
3.4.1 Teste t, de Student .....	44
<b>4. RESULTADOS</b> .....	46
4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA OS INDICADORES FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIOS .....	46
4.1.1 Indicadores de Receitas .....	46
4.1.2 Indicadores de Despesas .....	48
4.1.3 Indicadores de Gestão Orçamentária .....	49
4.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA OS INDICADORES ECONÔMICO-SOCIAIS .....	50
4.2.1 Indicadores de Educação .....	50
4.2.2 Indicadores de Segurança .....	51
4.2.3 Indicadores de Saúde .....	52
4.2.4 Indicadores de Economia .....	52
<b>5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	54
5.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA MATRIZ FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA .....	55

5.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA MATRIZ ECONÔMICO-SOCIAL .....	59
5.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS NO CONTEXTO DA LITERATURA PESQUISADA .....	60
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A – PIB/PER CAPITA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE B – DADOS E INDICADORES CALCULADOS .....</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Segundo Junges e Cardoso (2015), observando o histórico de escândalos envolvendo corrupção, enriquecimento ilícito e mau uso do dinheiro público em nosso país, inclusive os escândalos do “Mensalão” e da “Lava-Jato”, é fácil concordar que o poder corrompe.

No final de 2015, em meio à onda de escândalos revelados no País, a corrupção superou, pela primeira vez, o desemprego, a violência, a educação e a saúde como a maior preocupação dos brasileiros, segundo o Instituto Datafolha, que pesquisa o tema anualmente desde 1996. Esse entendimento da sociedade é importantíssimo para intensificar as mudanças culturais e legais necessárias para combater esse mal que enfraquece as leis, corrompe eleições, mata pessoas e prejudica o pleno desenvolvimento de um país, agravando justamente os problemas de saúde, educação, violência e emprego que se busca resolver (CADERNO DO PACTO, 2015).

A Lei nº 12.846/13, conhecida como Lei da Empresa Limpa ou Lei Anticorrupção, em vigor desde janeiro de 2014, pode ser elencada como uma das principais ações resultantes no sentido de combate à corrupção e concretização da manifestação da vontade popular. A Lei foi publicada em 2013, contando com a pressão social das manifestações de rua naquele ano no Brasil, as quais aceleraram sua aprovação.

Não somente a corrupção, mas o mau uso do dinheiro público decorrente da falta de planejamento, a carência de uma administração pública mais preparada, responsável e transparente, bem como a falta de um controle social mais organizado, perene e efetivo, ao longo de muito tempo são problemas que afligem o País.

A partir da segunda metade do século XX, mas principalmente a partir do início deste século, outras leis e normativas importantes foram elaboradas almejando efetivar o combate à corrupção institucionalizada, melhorias na gestão pública e, ainda, um maior controle social sobre os bens públicos. Dentre elas podemos destacar a Lei da Responsabilidade Fiscal e a Lei da Transparência.

Recentemente, Zanetti e Bonzanini (2019) reconheceram que a sociedade brasileira vem sendo surpreendida diariamente por noticiários relatando escândalos

políticos envolvendo desvio de dinheiro, obras inacabadas e políticos que recebem propina para beneficiar empresas em licitações públicas e, que esses desvios, ocasionados pela corrupção e mau uso do dinheiro público, prejudicam a qualidade e a quantidade dos serviços públicos prestados à população. Os mesmos autores mencionam também que, a partir dessa realidade e da crescente conscientização, instrumentalizados com o avanço da transparência, surgiram na sociedade civil alguns espaços democráticos e apartidários de monitoramento das ações públicas realizadas pelos governantes, tais como os Observatórios Sociais.

Os Observatórios Sociais do Brasil (OSB) são organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, portanto não governamentais, com o objetivo de ser um espaço democrático e apartidário, procurando reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil, buscando promover a conscientização para a cidadania fiscal e atuar em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos, por meio de metodologia apropriada para monitoramento das licitações em nível municipal (OSB, 2019).

Ainda, segundo a Rede OSB, um Observatório Social (OS) não possui fins lucrativos, e é integrado por cidadãos que transformaram sua indignação em atitudes a favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. Os colaboradores são empresários, profissionais liberais, professores, estudantes, funcionários públicos (exceto os que integrem a esfera de atuação do observatório específico) entre outros.

Além do foco no monitoramento das licitações, o OSB também atua principalmente na educação fiscal, na inserção das micro e pequenas empresas nos processos licitatórios e na construção de Indicadores da Gestão Pública (IGPs).

O movimento de criação da rede OSB, que teve início no Estado do Paraná em meados da década de 2010, tem tido grande expansão ao longo dos últimos anos.

Atualmente, o Brasil conta com a presença de observatórios sociais em 17 estados e 144 cidades. No Estado do Paraná são 31 os municípios atendidos, sendo a data de criação ou filiação variada. Existem, ainda, vários municípios em processo de mobilização ou filiação (OSB, 2019).

Apesar dos inegáveis avanços e benefícios (citados ao longo deste trabalho), conquistados pelas ONGs que atuam nesta área do controle social, como é o caso do OSB, todas elas também enfrentam imensos desafios que ainda necessitam ser transpostos para que os objetivos de longo prazo almejados por estas instituições

possam ser alcançados. Alguns destes desafios aparecem também citados na literatura, a qual será abordada posteriormente.

Com foco na recente expansão deste modelo do OSB, buscou-se neste trabalho avaliar de maneira próxima os municípios detentores de OS, por meio de parte da bibliografia já existente. Também, por meio dos próprios IGPs municipais elaborados e alimentados pelo OSB, verificou-se se já existem indícios de um possível impacto na melhoria de alguns desses indicadores a partir da existência de um Observatório Social em um município, em detrimento de municípios nos quais não há iniciativas semelhantes e tais instituições estabelecidas.

Por fim, discorreu-se sobre a relevância dos indicadores elaborados, ainda em desenvolvimento, mas sugeridos pelo OSB até o presente momento.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar se existem indícios de um possível impacto da presença dos Observatórios Sociais em indicadores de gestão pública de um grupo de municípios do Estado do Paraná, por meio de Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP) desenvolvidos e utilizados atualmente pelo Observatório Social do Brasil, bem como verificar a pertinência de tais indicadores.

A pesquisa foi desenvolvida comparando-se indicadores de um grupo de municípios que possuem Observatórios Sociais com um grupo de municípios com características similares, nos quais ainda não há tal instituição.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Os principais objetivos específicos desta pesquisa são:

- Fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática e sobre o Observatório Social do Brasil;
- Identificar os Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo propostos atualmente pelos Observatórios Sociais passíveis de utilização nos municípios do Estado do Paraná;

- Estabelecer os dois grupos de municípios com características similares para efeito comparativo, grupo de municípios com Observatórios Sociais e grupo de municípios sem Observatórios Sociais;
- Comparar o grupo de municípios com Observatórios Sociais instalados e o grupo de municípios equivalentes, sem Observatórios Sociais instalados, a fim de verificar se a implantação do Observatório Social impactou nos Indicadores de Longo Prazo dentro do período analisado;
- Discorrer sobre a relevância dos Indicadores de Longo Prazo sugeridos e alimentados pelo Observatório Social do Brasil neste momento, uma vez que estes ainda se encontram em desenvolvimento.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Diversos trabalhos foram apresentados com o objetivo de verificar ou disseminar informações a respeito das práticas e funcionamento dos OS, e alguns de seus resultados serão comentados na sequência.

Segundo Junges e Cardoso (2015), a principal e mais importante conquista observada decorrente dos OS é o reconhecimento da sociedade civil e empresarial, que tem entendido a importância do controle social e aderido aos observatórios e, também, o reconhecimento dos órgãos oficiais de controle, tais como a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas Estaduais e Ministérios Públicos Estaduais, os quais, através de parcerias e convênios técnicos, contribuem para a melhoria do controle realizado sobre os bens públicos.

As autoras afirmam, ainda, que o controle é exercido por órgãos oficiais como Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF) e outros órgãos públicos, mas, devido à complexidade, extensão territorial e, principalmente, inúmeros desmandos em nosso país, é fundamental que todos os cidadãos participem ativamente da gestão de seus municípios, haja vista a maior proximidade e efetividade em nível municipal das ações, as quais potencializam o controle social em nível estadual e federal.

Goulart et al. (2020) analisaram os relatórios disponibilizados pelos Observatórios Sociais dos municípios da Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) referentes ao monitoramento das licitações e as ações de controle e educação realizadas no ano de 2018. No estudo, os autores destacam os

maiores percentuais de economicidade nas compras públicas de alguns municípios e solicitações de informações no âmbito executivo e legislativo, bem como o monitoramento de licitações no executivo e legislativo, com 307 ações cada uma.

Queiroz (2017) pesquisou os Observatórios Sociais a nível de Brasil, e identificou, pela metodologia de apuração dos OS, que o trabalho desenvolvido pelos Observatórios municipais, em dois anos, resultou em uma economia estimada aos cofres públicos em torno de R\$ 810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões de reais). Esse valor teria sido alcançado em função de 7.988 projetos efetivados com a participação de 1.486 membros voluntários.

Zanetti e Bonzanini (2019) verificaram junto aos colaboradores dos OS quais seriam, nas suas perspectivas, as contribuições quanto à transparência, controle social e gestão eficaz destacada pelos Observatórios. Alguns dos resultados mencionados foram:

- Monitoramento de licitações e gastos públicos e acompanhamento da produção do legislativo e da execução orçamentária;
- Fiscalização e apontamentos por meio de notificações e reuniões com o poder público;
- Acompanhamento, fiscalização e sugestões de melhorias de processos nos órgãos públicos, principalmente em relação à divulgação de informações no portal da transparência;
- Incentivo na participação de mais empresas em licitações, fomentando a concorrência e economia local;
- Fornecimento de uma metodologia de atuação para aplicação nos municípios;
- Promoção da cidadania e participação social por meio de palestras e cursos;
- Sensibilização da sociedade sobre a responsabilidade de todos pelo uso apropriado do dinheiro público;
- Otimização de recursos públicos e prevenção de atos inidôneos por meio do acompanhamento dos atos praticados pelos gestores (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Outro questionamento presente no mesmo estudo foi sobre as dificuldades encontradas pelos observatórios entrevistados. Neste quesito, algumas das dificuldades citadas foram:

- Encontrar voluntários engajados, apolidários, que trabalhem de forma coordenada com os objetivos do grupo;
- A captação de recursos para a manutenção dos Observatórios;
- A falta de cooperação do setor público, que ainda vê o observatório social como um inimigo, e não dá suporte às denúncias de irregularidades realizadas pelos observadores;
- Falta de transparência dos poderes legislativo e executivo;



- Dificuldade de se obter melhorias no Portal Transparência junto à prefeitura (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Conforme exemplificado ao longo deste trabalho, existem diversos estudos relatando o funcionamento dos observatórios sociais, seus propósitos, abrangência e resultados. Menos comum são estudos sobre o impacto da sua existência em um município, comparando os panoramas anterior e posterior à sua implantação.

Durante uma pesquisa sobre o tema, não foram observadas muitas pesquisas objetivas comparando mais de um município, ou mesmo grupos de municípios, que tiveram OS implantados com grupos similares que não contaram com esta iniciativa da sociedade local.

Diante disso, este estudo propõe não apenas realizar uma revisão da temática, mas também determinar, de forma objetiva, se os municípios que contam com a iniciativa de um OS já apresentam resultados para além do combate à corrupção e ao monitoramento de licitações, ou seja, se estas instituições já poderiam estar influenciando propriamente a sociedade e a gestão pública locais na obtenção de melhores indicadores sociais e de gestão pública, conforme algumas unidades de medidas (IGPs) propostas pelo próprio OSB. A ideia é fazer essa verificação dentro de um período temporal estipulado e possível no momento, mais especificamente tratando-se dos municípios do Estado do Paraná.

Com esse intuito, foi realizada uma avaliação dos municípios utilizando alguns Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs - LP), elaborados e disponibilizados pelo próprio OSB, sendo ao final estes mesmos indicadores também avaliados.

Sob outra visão, a pesquisa proposta pode identificar, com base nos números, eventuais dificuldades e/ou chamar mais atenção para as dificuldades existentes no modelo, trazendo à mesa necessidades e discussões saudáveis sobre melhorias na inter-relação dos OS com os municípios e também destes com os cidadãos.

O estudo pode, ainda, servir de ponto de partida para verificações futuras e acompanhamento dos resultados nos municípios de interesse, com foco em indicadores de longo prazo, ou de fato transformadores da realidade local sob o ponto de vista econômico-social ou da gestão pública propriamente.

Além disso, permite uma reflexão sobre os IGPs utilizados atualmente pelos OBS na medição de resultados municipais e na medição dos seus próprios resultados.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além da Introdução, já apresentada, o presente estudo consiste de uma segunda parte chamada Referencial Teórico, onde é feita uma breve revisão de conceitos importantes pertinentes ao tema, como: conceitos de estado e sociedade, controle social e dados gerais sobre os Observatórios Sociais e bibliografia correlata.

Uma terceira parte onde se trata da caracterização da pesquisa, da população e amostra utilizadas no método quantitativo, da coleta dos dados e do tratamento estatístico dado aos mesmos.

Uma quarta parte onde são apresentados os resultados da pesquisa quantitativa.

Uma quinta parte onde são feitas discussões acerca dos resultados obtidos. E, finalmente, uma sexta parte com as conclusões e considerações finais da pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE

Pode-se citar como o antecedente mais remoto da afirmação clara e precisa de que o homem é um ser social por natureza a conclusão de Aristóteles de que "o homem é naturalmente um animal político" (DALLARI, 1998).

A vida em sociedade proporcionou benefícios ao homem, o qual, para mantê-los e preservá-los, passou a compartilhar esforços comuns que demandavam a coordenação de alguém. Essa coordenação só era eficiente quando o grupo naturalmente aceitava e cooperava, surgindo então a ideia da união para atingir uma finalidade, ou seja, o bem comum (BITTAR, 2011 *apud* PISA, 2014).

À luz de alguns pensadores, depreende-se que as relações humanas criaram o Estado, agente regulador e soberano do convívio em sociedade. Ademais, é o Estado instrumento do qual se utiliza o homem para realizar determinados fins, que levam ao bem público (AUGUSTINHO, 2013).

A noção de Estado evolui desde a Antiguidade. Os primeiros escritos datam de aproximadamente 360 a.C. na Grécia, depois com Cícero na Roma do século I a.C. Por óbvio, a esses estudos faltava o rigor exigido pelas atuais concepções, sendo que as preocupações se voltavam mais às melhores formas e benefícios da convivência social (DALLARI, 1998 *apud* PISA, 2014).

É possível afirmar que a formação dos Estados reflete alguns requisitos prévios, como a existência de um povo, que por sua vez controla um território, este último o loco onde regularmente desenvolvem-se as relações sociais.

Partindo desse pressuposto, pode-se acrescentar uma forma de governo, soberano, sobre o conjunto de povo e território e, de posse desses três itens, acrescentando-se aí uma forma de organização de suas relações sociais, já pode ser considerada a existência de um Estado.

Sob a ótica das teorias contratuais, o Estado tem sua origem "num acordo entre os homens, justificando-se o seu poder com base no mútuo consentimento de seus integrantes" (MENEZES, 1967 *apud* AUGUSTINHO, 2013).

Os Estados podem ser definidos como instituições relativamente perenes, como o Estado Brasileiro, enquanto os Governos, principalmente nas democracias, podem ser encarados como algo mais passageiro e transitório.

Entre o Estado e o Governo, pode-se situar a Administração Pública, bem como as Políticas de Estado e de Governos. E nessa relação é possível particularizar uma sociedade constituída além, obviamente, do próprio indivíduo.

Muito embora exista uma corrente de pensamento indicando o Estado, assim constituído, como o responsável maior pelo bem público, existe também quem defenda o protagonismo da sociedade organizada com maior frente ao Estado organizado e como sendo a sociedade organizada a maior responsável pelo poder transformador e desenvolvimentista dentro dessa coexistência.

Aguillar (1999 *apud* JUNGES; CARDOSO, 2015), afirma que o Estado sempre interferiu sobre a economia para defender interesses específicos ou para preservar o próprio mercado e sempre cumpriu diversos papéis, sendo a maior ou menor ação deste, ditada pelas flutuações do mercado. Consequentemente, as ações ou omissões do Estado satisfazem esse ou aquele interesse, mas não todos.

Constantino (2013 *apud* JUNGES; CARDOSO, 2015), também afirma que é facilmente verificado em nosso país a crença de que o Estado deve resolver todos os problemas, fazendo com que a sociedade se torne passiva perante as regras que ele estabelece, principalmente quando seus programas sociais oferecem como bônus um retorno financeiro, ocasião em que nada mais é questionado. Por conta disso, as pessoas aceitariam como certo tudo o que o Estado faz.

Torna-se importante que as pessoas sejam conscientizadas de que o Estado não é um ente no qual se pode cegamente confiar, e que o dinheiro que ele administra é arrecadado do cidadão, sendo o cidadão responsável por acompanhar e controlar o uso desse dinheiro para que sua aplicação aconteça de maneira a beneficiar toda a população (JUNGES; CARDOSO, 2015).

Os escândalos recentes de corrupção no Brasil, ligados ao maior acesso à informação e ao perceptível esgotamento dos modelos vigentes, levaram a sociedade a um despertar nesse sentido, buscando soluções pró ativas e inovadoras e colocando-se como ente ativo no cenário político-econômico, principalmente no que diz respeito ao controle social dos investimentos e gastos públicos, gerando, assim, um sentimento de “basta” e uma cobrança cada vez maior por eficiência e eficácia na aplicação dos recursos da parte dos sucessivos governos que os administram.

## 2.2 O CONTROLE SOCIAL

Conceitualmente, o controle social é apresentado como um direito humano constitucional, sendo uma luta incessante da humanidade. Pode-se também afirmar que o controle social é realizado de forma individual ou coletiva, por meio de entidades juridicamente organizadas, que se colocam a disposição para fiscalizar, vigiar e obter informações sobre algo (SIRAQUE, 2008).

O controle social no Brasil tem seu grande marco estabelecido pela Constituição Federal de 1988, a qual, pautando-se pelos princípios da descentralização e da participação popular, criou instrumentos para que a sociedade possa exercer o seu papel, participando e controlando as ações do Estado na busca do bem comum e do interesse público (BREDDER, 2008).

Podemos dizer que o controle social compreende a elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação de contas de sua utilização, sob a perspectiva da legalidade, da legitimidade, economicidade e oportunidade, com o objetivo de garantir o alcance do bem comum e do interesse público (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Nessa seara, a transparência possibilita ao cidadão o acompanhamento e análise da gestão pública e de suas operações. Com isso, um país transparente reduz os desvios de verbas e proporciona o cumprimento das políticas públicas, beneficiando a sociedade e a imagem do país nas políticas externas (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Portanto, o engajamento da população na fiscalização e na cobrança, bem como na definição de metas coletivas e na construção da comunidade, é a chave para as grandes mudanças e para a melhoria da efetividade da administração pública. A parceria entre a população e os atores políticos contribui para a construção da confiança pública no governo, elevando a qualidade da democracia e fortalecendo a capacidade cívica (SAGER; BOSSI, 2017 *apud* OCDE, 2001).

Especificamente no que se refere ao setor público, a crise fiscal dos anos 1980 exigiu um novo arranjo econômico e político internacional, com a intenção de tornar o Estado mais eficiente. Esse contexto propiciou discutir a governança na esfera pública e resultou no estabelecimento dos princípios básicos que norteiam as boas práticas de governança nas organizações públicas: transparência, integridade e prestação de contas (TCU, 2014).

A governança adota princípios como a transparência e a *accountability* para propor práticas de controle e acompanhamento da administração, a fim de evitar os problemas da relação agente e principal (BIZERRA, 2011 *apud* FIGUEIREDO; SANTOS, 2013).

A transparência se caracteriza pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros (TCU, 2014).

Segundo normas de auditoria, *accountability* pode ser conceituado como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades. Espera-se, nesse sentido, que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (TCU, 2014).

Outro tema crescentemente relacionado com o controle social e à boa governança é o *compliance*. Segundo Ciriaco (2002 *apud* MANZI, 2008) a literatura define *compliance* como “o ato de cumprir, de estar em conformidade e executar regulamentos internos e externos, impostos às atividades da instituição, buscando mitigar o risco atrelado à reputação e ao regulatório/legal”.

Originariamente, o *compliance* surgiu entre as organizações privadas, sobretudo em defesa do interesse das grandes instituições financeiras na prevenção da corrupção, da insegurança jurídica e da concorrência desleal, prevalecendo até os dias de hoje sua aplicação na esfera particular.

Contudo, dado o histórico de casos de corrupção e infrações legais, cada vez mais o termo vem sendo aplicado no meio público, ou na inter-relação entre o público e o privado.

O notório e mais recente marco legal brasileiro que trata do assunto é a Lei nº 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção”, voltada principalmente às instituições de natureza privada.

Práticas de boa governança cada vez mais fazem parte do ambiente da Administração Pública, e, com elas, o *compliance*. Verifica-se, como exemplo, a exigência do *compliance* nas contratações públicas, trazida pela Lei nº 13.303/2016

que, regulamentando o art. 173, §1º da Constituição Federal, dispõe sobre o estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista.

No mesmo sentido dessas boas práticas no setor público, o extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria-Geral da União, editaram a Instrução Normativa Conjunta nº 01/16, cujo teor pretende que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal adotem medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

Ainda nessa mesma linha, somou-se o Decreto Federal nº 9.203/2017, com a finalidade de estabelecer a obrigatoriedade de instituição de programas de integridade para órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional.

Todos os conceitos e normativas aqui expostos permeiam a boa governança e os princípios do controle social e, de certa forma, instrumentalizaram e subsidiaram o surgimento, o papel e a inserção de instituições do terceiro setor no controle social, como é o caso do Observatório Social do Brasil, o qual será brevemente retratado em seguida.

### 2.3 OS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NO CONTEXTO DO CONTROLE SOCIAL

O mundo passou por várias transformações depois da II Guerra Mundial, principalmente com o surgimento de um novo meio de ação social, o chamado terceiro setor (TENÓRIO, 2010 *apud* COSTA et al. 2019).

O terceiro setor é composto por instituições que surgem com objetivos de garantir boa qualidade de vida, ligados à cidadania, à defesa de valores e aos direitos da sociedade como um todo. Algumas dessas instituições do terceiro setor são comumente chamadas de Organizações Não Governamentais ou ONGs (COSTA et al., 2019).

Com relação aos observatórios, convém mencionar que, segundo Schommer e Moraes (2010), a origem do termo "observatório" está relacionada tanto aos primeiros observatórios astronômicos (nos séculos XVIII e XIX) e meteorológicos, como ao uso crescente de indicadores estatísticos por órgãos governamentais e agências multilaterais, sendo que apenas recentemente, a partir da década de 1990, o termo passou a ser amplamente utilizado também no campo social e político (SCHOMMER; MORAES, 2010).

Nesse sentido, embora haja diferentes tipos de observatórios, eles possuem um ponto em comum, que é o de monitorar de forma sistemática o funcionamento ou desempenho do setor ou tema ao qual estão vinculados (SCHOMMER; MORAES, 2010).

Importante apontar também que os observatórios costumam ter como atribuições a coleta, o registro, o acompanhamento e a interpretação de dados, a produção de indicadores estatísticos, a criação de metodologias para "codificar, classificar e categorizar informações", o estabelecimento de conexões entre pessoas que trabalham em áreas similares e, ainda, o monitoramento e a análise de tendências (SCHOMMER; MORAES, 2010).

Segundo Netto (2014) o Observatório Social do Brasil (OSB) é composto por um grupo de Organizações não Governamentais que atuam na área do controle social visando à boa gestão do dinheiro público. Estes atuam principalmente na área de compras do poder público, fiscalizando os processos licitatórios. Também a educação fiscal e o acompanhamento dos legislativos municipais são importantes pontos de atuação dessas instituições.

A experiência que deu origem a este modelo foi levada a cabo na cidade de Maringá-PR, onde até hoje funciona o Observatório Social de Maringá. Os empresários da Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), por meio do Programa de Orientação para o Estágio (Instituto PROE) e pela Federação das Associações Comerciais do Paraná (FACIAP), uniram-se em 2004 e criaram o Movimento pela Cidadania Fiscal, em 2005. Esse movimento tinha como foco a qualidade da aplicação dos recursos públicos, a redução da carga tributária e a educação fiscal. O Movimento tomou mais corpo quando se uniu a outras Entidades, sobretudo à Sociedade Eticamente Responsável – SER Maringá. Com isso, deu-se a origem do Observatório Social de Maringá, em 2006 (NETTO, 2014).

Inspirados pelo Observatório Social de Maringá, diversos outros Observatórios foram fundados. Até 2008, a Rede permaneceu centrada em Maringá, quando então foi criado o OSB, com sede em Curitiba-PR, onde permanece até hoje (NETTO, 2014).

Muito embora o Observatório Social de Maringá – OSM tenha sido responsável pela criação da rede Observatório Social do Brasil – OSB, seus integrantes optaram por não fazer parte desta, isto é, em outras palavras, o Observatório Social de Maringá, precursor dos observatórios sociais, não é um integrante da rede OSB (PERES, 2017 *apud* MARTINHAGO, 2019).



Segundo o próprio OSB, os observatórios sociais são espaços democráticos e apartidários para o exercício da cidadania, e devem reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública.

Atuando como pessoa jurídica, em forma de associação, um Observatório Social do Brasil prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. Além disso, os Observatórios Sociais do Brasil atuam em outras frentes, como:

- a educação fiscal, demonstrando a importância social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhara aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos.
- a inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, contribuindo para geração de emprego e redução da informalidade, bem como aumentando a concorrência e melhorando qualidade e preço nas compras públicas.
- a construção de Indicadores da Gestão Pública, com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, fazendo o comparativo com outras cidades de mesmo porte. E a cada 4 meses realiza a prestação de contas do seu trabalho à sociedade” (OSB, 2020, grifo do autor).

As unidades (municipais e estaduais) são organizadas em rede coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB) – instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de uma metodologia padronizada, com a finalidade de promover capacitação e oferecer suporte técnico aos OS, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais (OSB, 2020).

Zanetti e Bonzanini (2019) afirmam que a metodologia de trabalho dos Observatórios Sociais, padronizada e conduzida pela rede OSB, é pautada em quatro eixos principais: acompanhamento do processo seletivo, educação fiscal, construção de índices de gestão pública e incentivo para a micro e pequena empresa a participar de licitações visando a qualificação da concorrência.

Os mesmos autores salientam que, mesmo seguindo a metodologia padrão, cada observatório acaba criando uma metodologia e uma rotina operacional de trabalho específica, sem destoar com os ditames do Observatório Social do Brasil e sem restringir as necessidades locais (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Santos (2017) entende que a metodologia de trabalho do OS contempla três fases que necessariamente obedecem a um rito administrativo-jurídico, que permite

ao gestor público tomar ciência de indícios de irregularidades e oportuniza a tomada de providências. Ou, ainda, para que outros poderes com competência para solicitarem providências o façam, como é o caso do Ministério Público.

A primeira dessas três fases compreende uma ação preventiva, na qual o OS, após identificação de irregularidades, informa o gestor público, podendo ser sanado o problema ou não. Caso não ocorra o saneamento, a segunda fase passa pelo crivo do legislativo municipal, que ensejará uma ação corretiva, na qual o OS comunica as inconformidades já relatadas ao gestor público. Finalmente, a terceira fase consiste na comunicação dos fatos para o Ministério Público caso até o momento não haja sido solucionada a demanda.

Os observatórios sociais chancelados estão atualmente presentes em 150 cidades de 17 Estados brasileiros. Segundo seu sítio na internet, seus princípios, missão, visão, valores, objetivo e objeto de atuação são os seguintes:

- Princípio Geral: A justiça social será alcançada quando todos os agentes econômicos recolherem seus tributos corretamente, e os agentes públicos os aplicarem com ética e eficácia.
- Missão: Despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade organizada, tornando-a proativa, através do seu próprio Observatório Social, exercendo a vigilância social na sua comunidade, integrando o Sistema Observatório Social do Brasil.
- Visão: Ser um sistema nacional propulsor do controle social para o aprimoramento da gestão pública e integridade empresarial.
- Valores: Apartidarismo; cidadania; comprometimento com a justiça social; atitude ética, técnica e proativa; ação preventiva e visão de longo prazo.
- Objetivo: Fomentar e apoiar a consolidação do Sistema OSB de Controle Social, a partir da padronização dos procedimentos de monitoramento e controle da gestão pública, além da disseminação de ferramentas de educação fiscal e de inserção das micro e pequenas empresas no rol de fornecedores das prefeituras municipais.
- Objeto de Atuação: As ações de educação para a cidadania fiscal e controle social serão objeto de atuação do OS, atuando preventivamente, em tempo real, contribuindo para a eficiência da gestão pública, por meio da vigilância

social da execução orçamentária, em sinergia com os órgãos oficiais controladores.

Atualmente, são cerca de três mil voluntários trabalhando pela causa da justiça social nos Observatórios Sociais pelo Brasil afora. Estima-se que, entre os anos de 2013 e 2016, com a contribuição desses voluntários, houve uma economia de mais de R\$ 1,5 bilhão para os cofres municipais. E a cada ano mais de R\$ 300 milhões do dinheiro público deixam de ser gastos desnecessariamente. Mais importante que os resultados já obtidos é a nova cultura que está se formando: da participação do cidadão de olho no dinheiro público (SANTOS, 2017 *apud* OS BRASIL, 2017).

#### 2.4 ALGUMAS ANÁLISES DA ATUAÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NO BRASIL

Utilizando como fonte de dados as publicações realizadas no site do próprio OSB, foram compilados, a seguir, alguns trabalhos que demonstram resultados e interfaces de atuação dos Observatórios Sociais em diferentes localidades do Brasil.

Buono (2019) realizou um estudo de caso abordando o Observatório Social de Foz do Iguaçu-PR (OSFI), onde foram aplicadas técnicas quantitativas e qualitativas para investigar as ações do Observatório no município. O objetivo geral foi o de analisar as ações do OSFI em relação ao controle e monitoramento da aplicação de recursos no município nos últimos cinco anos e verificar em que medida o controle social, por meio de atividades de acompanhamento fiscal, pode contribuir para o aperfeiçoamento das contas públicas municipais.

Com relação aos três estudos de caso apresentados no trabalho, foi verificada uma economia a respeito de itens específicos dentro de várias licitações, como é o caso dos capacetes de obras, cuja economia relatada foi de R\$ 1.440,40. O mesmo aconteceu no caso da verificação de uma licitação para compra de canecas, que compradas com valor menor geraram economia de R\$ 36.385,15, e também no caso de medicamentos, que estavam fora do valor de mercado e com a intervenção do OSFI houve uma economia de R\$ 348.600,00 para os cofres públicos municipais.

A autora comenta também que não há a informação de economias totais do OSFI em relação a todos esses anos de trabalho na cidade. Aponta, então, que caso esse dado fosse disponibilizado, o OSFI poderia demonstrar melhor seus trabalhos

para a comunidade e como é de suma importância o controle social para a democracia e para a sociedade como um todo.

Ao longo do trabalho foram realizadas entrevistas, nas quais a autora relata que foi possível perceber, através das falas dos entrevistados, que há pouca transparência nos dados e informações públicas. Além disso, que os cidadãos possuem pouco conhecimento sobre o direito de exercício da democracia e participação na sociedade.

Nesse sentido, comenta que, as falas colocam como possíveis caminhos de superação do problema uma maior educação fiscal para estimular o interesse da sociedade em acompanhar as contas públicas e, principalmente, incentivar as crianças, adolescentes e jovens a se interessarem pelo assunto por meio da educação fiscal, explicitando a relevância de fazer parte de ações como as que o OSFI e OSB, em geral, fazem.

Por fim, salienta que o impacto do OSFI no controle social e na cidade, conforme relato dos entrevistados, tem sido positivo, com credibilidade e respeito por parte dos órgãos públicos. Entretanto, ainda é pouco conhecido pela sociedade, fazendo-a concluir que a ampliação desse conhecimento aumentaria o impacto da instituição.

Andrade e Oliveira (2019) abordaram a importância de orientar os conselheiros de saúde, e em especial os conselheiros do município de Araucária, sobre a divulgação das informações públicas para a população, com o objetivo de ampliar esse acesso, motivando a participação popular nas reuniões do conselho. O trabalho pretendeu compreender a importância que o Observatório Social de Curitiba teria dentro dos Conselhos Gestores, mais especificamente sobre a atuação do Conselho Municipal de Saúde de Araucária (COMUSAR).

Os autores concluíram que a contribuição do Observatório Social do Brasil para o Conselho de Saúde de Araucária, torna-se primordial para o fortalecimento das ações desse conselho, atuando no controle social das políticas públicas no combate à corrupção, propondo sugestões para eficiência e transparência dos recursos públicos, estimulando a participação dos cidadãos na fiscalização, com o objetivo de contribuir na gestão pública, e trazendo capacitações para os conselheiros através da parceria que tem com os órgãos de controle como TCU, TCE, MP entre outros. Dessa forma, o Órgão cumpriria seus objetivos melhorando a qualidade dos serviços prestados, na defesa e garantia de direitos, e no exercício da cidadania.

Zanetti e Bonzanini (2019) fizeram um estudo objetivando identificar as contribuições dos Observatórios Sociais do Brasil para o exercício da transparência e o controle social na gestão pública.

Para isso, utilizaram questionários, previamente elaborados, compostos por seis perguntas discursivas e enviados por e-mail para os 135 Observatórios Sociais cadastrados no portal Observatório Social do Brasil.

A pesquisa, ocorrida em meados de 2018, obteve a colaboração do Observatório Social do Brasil, que divulgou e liberou o questionário para todos os observatórios sociais. A fim de um maior detalhamento das ações dos Observatórios Sociais, foi realizado um questionamento mais aprofundado, por meio eletrônico, com um dos Observatórios Sociais.

Os autores concluíram que ficou evidente a importância dos Observatórios Sociais na construção da transparência pública, no controle social e na colaboração de uma gestão eficaz. Além disso, mencionam que os observatórios conseguem colaborar para uma sociedade mais justa e mais participativa.

Também concluem que as maiores contribuições dos Observatórios Sociais em relação à transparência, controle social e gestão fiscal são, especialmente, o monitoramento das licitações e gastos públicos, bem como a sua divulgação à sociedade. Conseqüentemente, mencionam que essas ações acabam gerando economicidade do dinheiro público e inibem atos ilícitos. Além disso, citam que a formação de parcerias dos OS com instituições de ensino colabora para disseminar a educação fiscal, sensibilizando a sociedade sobre a sua responsabilidade pelo uso adequado do dinheiro público.

Mesmo com muitos avanços identificados em relação à transparência e ao controle social, os autores notam que ainda há muitos desafios a serem enfrentados pelos Observatórios para cumprirem sua missão. Dificuldades encontradas com relação à captação de recursos, voluntários engajados, valorização e entendimento por parte da sociedade, falta de colaboração do poder público e a burocracia para responder apontamentos seriam alguns dos principais desafios enfrentados.

Santos (2017) traz um relato da experiência verificada junto ao Observatório Social de Marechal Cândido Rondon, como instrumento de controle social. Segundo o autor, quando o Observatório garante que os recursos públicos sejam aplicados no bem comum, previne-se a corrupção e se auxilia os administradores públicos para um trabalho de qualidade.

O autor também afirma que é importante o ato de divulgação dos trabalhos e disseminação das atividades para que se multiplique o conhecimento de transparência, acesso à informação e participação social. Afirma, ainda, que o observatório avaliado oferece ao cidadão várias formas para que a informação e a participação na gestão pública ocorram.

Outro importante campo de atuação mencionado no trabalho é a atuação do OS nas compras públicas. Afirma-se, inclusive citando diversos exemplos, que, ao longo de seis anos de história, em Marechal Cândido Rondon, o OS local acompanhou cerca de dois mil editais, e mais de quinze milhões de reais foram economizados nas licitações acompanhadas nesse período.

Por fim, o autor conclui que a prática do controle social vem sendo realizada por meio de vários instrumentos, e tem como um exemplo prático o da união da sociedade civil organizada por intermédio do Observatório Social. Nesse sentido, a entidade viria apresentando bons resultados desde sua criação, caracterizando-se um comportamento que cada vez mais ganha a adesão popular.

Rigoni e Parra (2017) citam em seu trabalho um caso de acompanhamento realizado pelo Observatório Social na Câmara Municipal de Palmas – Tocantins. Os voluntários do Observatório teriam cobrado, primeiramente, que as informações do legislativo municipal estivessem dispostas em seu portal de transparência, em atendimento à Lei dos Portais e Lei de Acesso à Informação, o que até então não era cumprido. Quando o portal finalmente começou a ser abastecido, em junho de 2015, os voluntários então puderam começar a realizar suas análises. Depois de concluídas, o resultado das análises foi apresentado aos órgãos de controle, com a ciência da respectiva Câmara Municipal.

O desfecho levou o Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE - TO) a solicitar uma auditoria do quadro de pessoal ao Tribunal de Contas do Estado para apurar o número excessivo de servidores, de cargos em comissão e de servidores temporários. O MPE cobrou também a realização de concurso público para o correto provimento de cargos na casa legislativa, sendo que em junho de 2016 foi criada uma comissão para estudo da necessidade de servidores e realização de concurso público (RIGONI; PARRA, 2017).

Por sua vez, Nascimento et al. (2017) pesquisaram sobre as formas de controle social encontradas no princípio da transparência à luz da legislação e, especialmente, sobre a importância dos Observatórios Sociais e sua contribuição na gestão pública.

Os autores concluíram que, no geral, os observatórios zelam pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação, cuidando para que ela seja executada.

Porém, constataram também que os dados disponibilizados pelos órgãos públicos não são claros e de fácil entendimento, o que faz com que a Lei da Transparência não seja tão transparente, de fato. Salientam, também, a grande preocupação dos Observatórios Sociais entrevistados quanto ao monitoramento de licitações, uma das principais atividades dos observatórios.

Observam, ainda, que há de fato um padrão seguido pelos Observatórios Sociais, o que comprovaria o bom funcionamento da Rede OSB para que exista um padrão de funcionamento em todos os observatórios.

Além disso, os autores constaram que, apesar de conseguirem minimamente remunerar seus membros, a dificuldade financeira é o maior desafio enfrentado por todos os observatórios sociais.

Junges e Cardoso (2017) escreveram sobre a melhoria da gestão pública utilizando os observatórios como ferramenta. No seu estudo, trouxeram exemplos de trabalhos executados pela Rede OSB no âmbito do controle social, citando algumas das conquistas já obtidas pela instituição.

A principal conquista mencionada é o reconhecimento, tanto da sociedade civil e empresarial que tem paulatinamente entendido a importância do controle social e aderido aos observatórios, como relacionada aos órgãos oficiais de controle, através de parcerias e convênios técnicos que contribuem para a melhoria do controle realizado por todos.

As autoras afirmam que esse reconhecimento induz a uma mudança de cultura e, conseqüente, participação envolvendo cidadãos e empresas na gestão de seus municípios. Observam, nesse sentido, que os Observatórios Sociais também procuram trabalhar a questão da cidadania junto às crianças, jovens e adolescentes.

No ano de 2014 foi realizado pelo Observatório Social do Brasil o 1º Concurso Nacional de Redação e de Projetos com a participação de mais de cinco mil alunos de oitenta escolas com o tema "Cada brasileiro pode ser uma área livre de corrupção". Segundo o presidente do OSB, Ater Carlos Cristófoli, o objetivo do concurso é "identificar nos jovens a percepção sobre o assunto e principalmente estimulá-los à participação na comunidade, desempenhando o papel de todo cidadão, fiscalizando atos da administração pública quanto à aplicação dos recursos públicos" (JUNGES; CARDOSO, 2017 *apud* CRISTÓFOLI, 2014).

As autoras citam também que as conquistas que mais chamam a atenção no trabalho dos Observatórios Sociais estão ligadas diretamente aos gastos públicos, principalmente nas compras. Segundo elas, são apontados diversos erros ou irregularidades nos editais de licitações, como sobrepreço, erro de digitação ou cálculo. Na atuação instruindo e incentivando empresas a participarem de licitações, a média de licitantes, nas cidades onde há OS, foi elevada de três para sete, aumentando, portanto, a concorrência e a qualidade dos produtos e/ou serviços ofertados. Este seria o caso de Sorriso (MT), onde o OS, em três anos de atuação, contribuiu para uma economia de mais de vinte e um milhões de reais (JUNGES; CARDOSO, 2017).

Como exemplos, são apontados no trabalho das autoras os casos de Paranaguá (PR), Picos (PI) e Rondonópolis (MT).

Em entrevista, a diretora executiva do OSB, Roni Enara Rodrigues, informou que em uma licitação, no município de Paranaguá (PR) no ano de 2015, para aquisição de material de limpeza e higiene para atender as secretarias municipais, devido a um erro de cálculo, produtos foram lançados em edital com valores cem vezes maiores, erro percebido pelo OS e, após comunicado à prefeitura, o processo foi revogado. Já em Picos (PI), o OS apontou, no ano de 2014, sobre preços com até cento e trinta e oito mil reais de diferença entre o valor de mercado e o valor proposto em edital para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza em geral para a prefeitura e suas secretarias.

Em Rondonópolis (MT), o OS começou, no ano de 2013, a monitorar as diárias da Câmara Municipal e houve, a partir desse acompanhamento, significativa redução no número de diárias e valores gastos por servidores e, principalmente, vereadores do município, como mostra o quadro "Influência da participação do OSR nas diárias do poder legislativo" (JUNGES; CARDOSO, 2017).

Por fim, as autoras concluem que os Observatórios Sociais são um exemplo de como os cidadãos podem ser mais participativos, atuando na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública.

Carneiro (2015), a partir de reportagens em revistas como a *Veja*, jornais como o *Estadão* e o site do Observatório Social do Brasil (OSB), buscou traçar um perfil da instituição, sua metodologia, os resultados alcançados e até mesmo as suas prestações de contas.



Nesse sentido, afirma em seu estudo que a economia de recursos públicos chega à cifra de um bilhão de reais, isso somente nos últimos três anos de atuação do OSB.

No final, o autor conclui pela complementaridade do controle social exercido pelo OSB e as outras instituições como o Tribunal de Contas, os controles internos e o Ministério Público, sem exercer concorrências com essas instituições, que inclusive apoiam a iniciativa do OSB exercer controle social sobre os recursos públicos de diversos municípios brasileiros onde está presente, como em Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Goiânia (GO), Maringá (PR), Erechim (RS), Porto Alegre (RS), na Capital Federal, Brasília (DF), e em outras dezenas de cidades brasileiras (CARNEIRO, 2015).

Alves (2015) buscou em seu estudo evidenciar a importância da participação da sociedade no controle social da gestão pública, envolvendo também uma reflexão sobre os OSB. Para isso, utilizou-se da pesquisa qualitativa, adotando como base a técnica exploratória, a coleta de dados pela pesquisa documental, bem como entrevista semiestruturada.

Ao final, a autora concluiu ser necessária a participação da sociedade no controle social na aplicação dos recursos públicos, buscando uma gestão pública eficiente. Afirma também que o OSB, como ente da sociedade civil organizada, contribui na melhoria da gestão pública, apoiando os gestores na aplicação mais eficiente dos recursos públicos e no conhecimento estratégico dessa implementação. Além disso, cita que o OSB permite a disseminação de um ideal da gestão pública que não se limita e não se caracteriza apenas à formação de normas (ALVES, 2015).

A análise realizada do OSB como um ente da sociedade civil atuante no controle social enfatiza questões importantes como: aprimorar a gestão pública, formular conhecimento engajados na justiça social para que possibilite a excelência na gestão pública e na prestação dos serviços à sociedade.

O OSB tem seu papel determinante na adoção, no desenvolvimento e na operacionalização tecnológica que permite implementar especificidades técnicas no controle e no desenvolvimento da atuação dos prefeitos, governadores, gestores públicos. Bem como, assegurar os direitos e garantias fundamentais da Constituição, auxiliando na prática para um Estado Democrático Brasileiro.

Atua como um instrumento na formulação estratégica de pensamentos críticos, adota uma definição moderna na construção de uma sociedade consciente de seus direitos e garantias constitucionais, capaz de exercer uma fiscalização social. Exige do governo que os recursos humanos, financeiros e tecnológicos sejam utilizados para formular e implementar os objetivos organizacionais, estrategicamente estabelecidos finalísticos de

desenvolvimento social. Assume papel de motivado controle e planejamento de um modo geral” (ALVES, 2015).

Netto (2014) escreveu sobre a atuação das ONGs no controle social no Brasil, tratando principalmente das Redes AMARRIBO Brasil - IFC e da Rede Observatório Social do Brasil - OSB. O autor relata que a atuação das ONGs de Combate à Corrupção tem se mostrado deveras importante não só para o desenvolvimento da cidadania, como para a boa gestão do erário.

Salienta que, anualmente, milhões de reais deixam de ser desviados por corrupção, em decorrência do trabalho desses inúmeros brasileiros anônimos, que motivados por seus valores, muitas vezes nadam contra a maré da descrença no Poder Público, e o sentimento de impotência perante o fato de que os malfeitos estariam entranhados na máquina pública. A prática teria mostrado que, em muitos casos, mesmo que os índices de corrupção sejam pequenos, há a possibilidade de que muito dinheiro seja gasto sem necessidade (NETTO, 2014).

O mesmo autor conclui que a estratégia de padronizar procedimentos se destaca no caso do OSB e, justamente por sua metodologia de atuação padronizada, os Observatórios Sociais têm uma melhor blindagem com relação a perseguições políticas.

Magalhães (2013), como membro atuante e fundador, escreveu cientificamente sobre sua experiência no OSB de Niterói-RJ. Além de enumerar diversas conquistas importantes para o Município, ao final também conclui que falta na organização da sociedade civil a figura de um novo ente social, os Fóruns de Políticas Públicas, sendo que um fórum é um movimento social com o objetivo de congregar as entidades civis de determinado setor, representando o espaço de demanda da sociedade.

No que diz respeito aos Observatórios Sociais, salienta que estes apresentam a necessidade de incorporar, como objetivo principal e estratégico, a integração com outras entidades sociais para fortalecimento e empoderamento da sociedade civil organizada, viabilizando a criação de Fóruns de Transparência e Controle Social (MAGALHÃES, 2013).

Schmitt (2013) escreveu sobre concepções e práticas do controle social no OS de Guarapuava-PR (OSG). Foi analisada, a partir de entrevistas, a concepção de seus participantes sobre o que é o controle social e como este se materializa dentro do OS

de Guarapuava. Além disso, também foram apresentados quais são os limites e potencialidades enfrentados dentro deste espaço.

Ao longo das entrevistas, foi notório de que em certos momentos não houve uma clareza significativa da compreensão do objetivo de certas ações, haja vista de que há uma convivência, que se dá no mesmo espaço, de diferentes noções de cidadania, efetivada ora pela participação política, ora pela ação voluntária, esta vista através de um viés filantrópico. Mas, apesar dos limites explicitados, há a necessidade de se reconhecer de que as ações do OSG estão tomando uma dimensão cada vez maior e mais significativa diante da população do município e também dos próprios representantes políticos” (SCHMITT, 2013).

A autora lembra também que o OSG não é o único espaço onde se exerce o controle social no município, e que existem outros espaços que estão abertos à participação popular e onde é possível se exercer a democracia participativa: conselhos municipais, ministério público, movimentos sociais etc.

Queiroz (2017) analisou o OSB como um instrumento de controle social da gestão pública. A pesquisa se propôs a identificar como e em que intensidade o Observatório Social do Brasil contribuiu à época do estudo como instrumento de controle social da gestão pública no Brasil. O estudo contou com levantamento de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica e dados primários referentes à entrevista semiestruturada de líderes de Observatórios, além de levantamento de campo por meio de questionários enviados a 101 Observatórios da Rede OSB, dos quais 74 responderam à pesquisa (QUEIROZ, 2017).

A pesquisa identificou que o trabalho desenvolvido pelos Observatórios Sociais municipais, nos dois anos anteriores, resultou em uma economia estimada aos cofres públicos acima de R\$ 810.254.821,48, segundo a apuração pela metodologia dos Observatórios Sociais. Verificou-se, ainda, que esse valor foi alcançado em função de 7.988 projetos efetivados com a participação de 1.486 membros voluntários.

A autora conclui que os resultados apurados no trabalho são expressivos e sinalizam que o controle social da gestão pública implica em ganhos de qualidade, economia e melhor aplicação dos recursos públicos em benefícios dos cidadãos (QUEIROZ, 2017).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Segundo Gil (2008), com relação ao tipo básico, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, uma vez que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Sob esse ponto de vista, também atenderia ao conceito de Lakatos e Marconi (2003) que entendem a pesquisa exploratória como aquela que tem o objetivo de trazer uma visão geral sobre o tema e, para tal, aborda alguns trabalhos que já se tem conhecimento prévio.

Também pode ser considerada como descritiva e quantitativa, uma vez que pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. E, segundo Gil (2008), uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

E, ainda segundo Gil (2008), a pesquisa se caracteriza como documental, considerando que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

##### **3.1.1 Delineamento Metodológico**

Para além da bibliografia pesquisada e compilada a partir do próprio site do OSB e demais fontes já citadas, a concepção da análise realizada neste trabalho teve como ponto de partida o material disponível no sítio eletrônico da rede OSB, que propõe a avaliação da qualidade do serviço público prestado através de Indicadores de Gestão Pública (IGPs), definidos pelo próprio Observatório Social do Brasil, através da contribuição do OS de Lajeado/RS, cujo responsável é o Sr. Adriano Strassburger.

Os critérios adotados para a formação dos dois grupos de estudo foram selecionados com base na similaridade de condições, partindo-se dos municípios que apresentavam OS ativos no período 2015-2018, abrangendo, portanto, quatro anos e quatro exercícios fiscais, e levando-se em conta os dados mais recentes disponíveis.

Assim, o funcionamento ininterrupto da instituição por pelo menos quatro ficou garantido entre o grupo de municípios com OS, não excluindo que nessa mesma amostra existam municípios com Observatórios em funcionamento por períodos superiores.

Dessa forma, avaliou-se, dentro desse período temporal, um possível impacto da implantação de um OS na sociedade e gestão pública municipal e seus principais efeitos, com base nos indicadores de longo prazo (IGPs-LP) adotados pelos próprios Observatórios Sociais.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPO (2012), na gestão pública os indicadores são instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado.

A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. Em suma, indicadores são informações que permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade e que atendam às necessidades dos tomadores de decisões.

A rede OSB considera, para suas avaliações, duas categorias de IGPs, conceituados a seguir:

- Indicadores de Gestão Pública de Curto Prazo (IGP-CP), referentes às informações monitoradas e coletadas de forma contínua, ao longo do ano, podendo ser mensais, bimestrais, trimestrais, e até semestrais.
- Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGP-LP), referentes às informações anuais, que são coletadas após o final do exercício fiscal.

Estas duas principais categorias ainda estão divididas didaticamente em duas matrizes de maior amplitude: Matriz Financeiro-Orçamentária e Matriz Econômico-Social.

A presente dissertação tem foco nos Indicadores de Longo Prazo, uma vez que tem por objetivo verificar possíveis impactos estruturais, decorrentes de um período temporal maior. Dentre estes indicadores, alguns foram escolhidos para representar tanto a Matriz Financeiro-Orçamentária quanto a Matriz Econômico-Social, ambas no âmbito municipal.

Segundo o OSB de Lajeado, os indicadores de longo prazo disponíveis foram pensados de forma que pudessem revelar a melhoria na gestão do planejamento e dos gastos públicos de forma rápida e simples, mas não deixando de lado certa coerência e eficácia.

Os indicadores de longo prazo utilizados (IGP-LP) na pesquisa são apresentados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo

(continua)

<b>Matriz Financeiro-Orçamentária</b>				
<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cálculo</b>	<b>Significância</b>	<b>Parâmetro(s)</b>
IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) per capita	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de impostos.	$\frac{\text{IPTU arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido
ISS (Imposto Sobre Serviços) per capita	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de impostos.	$\frac{\text{ISS arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido
RTP (Receita Tributária Própria) per capita	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de impostos.	$\frac{\text{RTP arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido
FPM (Fundo de Participação do Município) per capita	Avaliar a capacidade de captação de transferências da União.	$\frac{\text{FPM arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido.
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) per capita	Avaliar a capacidade de captação de transferências do Estado.	$\frac{\text{ICMS arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido.
IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) per capita.	Avaliar a capacidade de captação de transferências do Estado.	$\frac{\text{IPVA arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido
RT (Receita Total) per capita.	Avaliar a capacidade de arrecadação total da administração pública.	$\frac{\text{RT arrecadado}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.	Não definido

Quadro 1 - Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo.

(continuação)

<b>Matriz Financeiro-Orçamentária</b>				
<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cálculo</b>	<b>Significância</b>	<b>Parâmetro(s)</b>
Gastos em saúde per capita.	Avaliar os gastos em saúde.	$\frac{\text{Gastos em saúde}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em educação per capita.	Avaliar os gastos em educação.	$\frac{\text{Gastos em educação}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em segurança per capita.	Avaliar os gastos em segurança.	$\frac{\text{Gastos em segurança}}{\text{População}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em urbanismo per capita.	Avaliar os gastos em urbanismo.	$\frac{\text{Gastos em urbanismo}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em assistência social per capita.	Avaliar os gastos em assistência social.	$\frac{\text{Gastos em assistência social}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em gestão ambiental per capita.	Avaliar os gastos com gestão ambiental.	$\frac{\text{Gastos em gestão}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Gastos em administração per capita.	Avaliar os gastos com a administração do município.	$\frac{\text{Gastos em administração}}{\text{população}}$	Quanto maior o valor gasto, maior o investimento na área.	Não definido.
Percentual de gastos com pessoal.	Avaliar o percentual de gastos do município com pessoal.	$\frac{\text{DP} - \text{DNC}}{\text{RCL}} \times 100$ DP = Despesa com pessoal DNC = Despesas não computadas RCL = Receita corrente líquida	Quanto menor, melhor. Indica menor gasto em relação à receita do município.	Limite máximo = 54,0% Limite mínimo = 51,3% (Conforme a LRF)
Nível de investimentos.	Avaliar o percentual de recursos utilizados em investimentos.	$\frac{\text{Total de investimentos}}{\text{despesa total}} \times 100$	Quanto maior, melhor.	Não definido.
Índice do resultado orçamentário.	Avaliar o superávit/déficit orçamentário.	$\frac{\text{Total do superávit}}{\text{Receitas realizadas}} \times 100$ $\frac{\text{Total do déficit}}{\text{Receitas realizadas}} \times 100$	Quanto mais próximo de zero, melhor.	Não definido.

Quadro 1 - Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo.

(continuação)

<b>Matriz Financeiro-Orçamentária</b>				
<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cálculo</b>	<b>Significância</b>	<b>Parâmetros</b>
Índice de execução orçamentária das receitas.	Avaliar o volume orçamentário executado de receitas, em relação ao previsto.	$IEOR = 100 \times \frac{TRA}{TRP} - 100$ TRA = Total da receita arrecadada. TRP = Total da receita prevista	Quanto mais próximo de zero, melhor.	Não definido.
Índice de execução orçamentária das despesas.	Avaliar o volume orçamentário executado de despesas, em relação ao previsto.	$IEOD = 100 \times \frac{TDR}{TDA} - 100$ TDR = Total de despesas realizadas TODA = Total de despesas autorizadas	Quanto mais próximo de zero, melhor. Indica melhor planejamento o entre despesas fixadas e realizadas.	Não definido.
Índice de execução orçamentária plena.	Avaliar o nível de execução orçamentária entre receitas e despesas previstas e realizadas.	$IEOP = \frac{IEOR}{IEOD}$	Quanto mais próximo de zero, melhor.	Não definido.
<b>Matriz Econômico-Social</b>				
<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cálculo</b>	<b>Significância</b>	<b>Parâmetros</b>
Taxa de variação de alunos matriculados	Avaliar o crescimento do volume de matrículas no ensino ao longo do tempo	$\frac{(\text{Total alunos mat. no ano}[1] - \text{Total alunos mat. ano anterior}[0]) * 100}{\text{Total alunos mat. do ano anterior}[0]}$	Quanto maior a taxa, maior o nível de escolarização	Não definido
Taxa de reprovação no ensino fundamental	Avaliar a taxa de reprovação por nível de ensino, ao longo do tempo	Dados INEP	Quanto menor a taxa, menor será o volume de repetência	Não definido
Taxa de abandono no ensino fundamental	Avaliar a taxa de abandono por nível de ensino, ao longo do tempo	Dados INEP	Quanto menor a taxa, maior será o nível educacional da população	Não definido
Taxa de homicídios	Avaliar o nível de segurança no município	$\frac{(\text{Total de homicídios} \times 100.000)}{\text{Total de habitantes}}$	Quanto menor a taxa, maior o nível de segurança da população	Não definido.



Quadro 1 - Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo.

(conclusão)

<b>Matriz Econômico-Social</b>				
<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cálculo</b>	<b>Significância</b>	<b>Parâmetros</b>
Taxa de mortalidade infantil	Avaliar o nível de mortalidade infantil ao longo do período	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ óbitos crianças com menos de um ano} \times 1000)}{\text{N}^\circ \text{ de nascidos vivos}}$	Quanto menor a taxa, maior é o nível de saúde dos nascimentos	Índice OMS
Taxa de disponibilidade de médicos	Avaliar o volume de médicos por 1.000 habitantes	$\frac{(\text{Número de médicos} \times 1000)}{\text{Total de habitantes}}$	Quanto maior a taxa, melhor deverá ser o atendimento à saúde	Objetivo anual do Ministério da Saúde
Taxa de crescimento do emprego	Avaliar o nível de crescimento do volume de emprego existente no município	$\frac{(\text{Emprego total no ano}[1] - \text{emprego total ano anterior}[0]) \times 100}{\text{Emprego total do ano anterior}}$	Quanto maior a taxa, maior a geração de emprego e renda no município	Não definido.
PIB/per capita	Avaliar o volume do Produto Interno Bruto per capita gerado	$\frac{\text{PIB total município}}{\text{Total da população}}$	Quanto maior o valor, maior a riqueza gerada pelo município	Não definido.

Fonte: Elaboração própria com base nos indicadores do OSB (2020).

Conforme citado, valendo-se dos dados públicos e de livre acesso nos sítios eletrônicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN-SICONFI), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES-PR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Observatório Social do Brasil (OSB), realizou-se o cálculo de cada um destes indicadores para cada município no Estado do Paraná que possui um OS, respeitando-se os critérios prévios de seleção. O mesmo processo foi realizado para cada município identificado como similar/equivalente e que não possui OS instalado e ativo, da mesma forma, respeitando-se os critérios prévios de seleção. Ao final, foi possível fazer uma comparação para cada indicador, entre estes dois grupos de municípios estabelecidos para análise.

O cálculo ao longo dos anos nos municípios que possuem a atuação de um OS, em contraste com similares que não o possuem, tem o intuito de confirmar, ou não, um impacto positivo na evolução da gestão pública municipal e nas contas

públicas destes municípios, ao longo do período analisado e considerando os indicadores supracitados.

Com essa avaliação, vislumbrou-se constatar se é possível e se já existem indicativos da manifestação nos indicadores utilizados dos propósitos de longo prazo do modelo de OSB nos respectivos municípios, e, conseqüentemente, no Estado do Paraná.

Após essa etapa, os resultados foram analisados e contextualizados com a literatura pesquisada previamente. Os respectivos indicadores também tiveram sua relevância comentada.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA UTILIZADAS NO MÉTODO QUANTITATIVO

De acordo com os critérios estabelecidos para a análise de dados, foram selecionados todos os 22 municípios pertencentes à rede OSB no Estado do Paraná que estavam em atividade ininterrupta no período entre os anos de 2015 e 2018, totalizando quatro exercícios fiscais e quatro anos, devidamente listados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Observatórios Sociais em funcionamento entre 2015 e 2018 no Estado do Paraná.

<b>Municípios com observatório social</b>	
1. Apucarana	12. Mandaguari
2. Arapongas	13. Mal. Cândido Rondon
3. Assis Chateaubriand	14. Medianeira
4. Campo Largo	15. Palmas
5. Campo Mourão	16. Palmeira
6. Cianorte	17. Paranaguá
7. Faxinal	18. Paranaíba
8. Francisco Beltrão	19. Pato Branco
9. Goioerê	20. Toledo
10. Irati	21. Umuarama
11. Laranjeiras do Sul	22. União da Vitória

Fonte: elaboração própria (2020).

O grupo de 22 municípios detentores de OS selecionados foram comparados com um grupo de 32 municípios equivalentes, que não possuem Observatório Social, listados no Quadro 3. Como critérios de equivalência para formação do segundo grupo foram considerados o PIB/Per Capita e a População dos municípios mais similares (dados disponíveis no APÊNDICE A), adotando-se um desvio máximo de 30% em

relação ao grupo identidade, portanto, considerando uma similaridade de, no mínimo, 70%.

Posteriormente, foram analisados dados referentes à Receita Tributária Própria, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) arrecadado, o ISS (Imposto Sobre Serviços) arrecadado, o Fundo de Participação do Município, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) arrecadado etc. de cada município. Sendo que estes dados compõe os IGPs-LP adotados.

Quadro 3 - Municípios sem Observatórios Sociais Selecionados para Comparação.

<b>Municípios sem observatório social</b>	
1. Astorga	17. Matinhos
2. Cambará	18. Nova Esperança
3. Cambé	19. Pinhais
4. Campina Grande do Sul	20. Pitanga
5. Castro	21. Prudentópolis
6. Clevelândia	22. Quedas do Iguaçu
7. Cornélio Procópio	23. Rebouças
8. Dois Vizinhos	24. Rio Branco do Sul
9. Fazenda Rio Grande	25. Rio Negro
10. Guaíra	26. Rolândia
11. Ibaiti	27. Salto do Lontra
12. Imbituva	28. Santo Antônio da Platina
13. Ivaiporã	29. São Mateus do Sul
14. Jaguariaíva	30. Telêmaco Borba
15. Lapa	31. Terra Boa
16. Marialva	32. Tijucas do Sul

Fonte: elaboração própria (2020).

### 3.3 COLETA DOS DADOS QUANTITATIVOS

Na coleta para a análise proposta, foram utilizados dados sobre receitas, despesas e demais indicadores financeiro-orçamentários e socioeconômicos pertinentes, que se encontram disponibilizados nos sítios eletrônicos de órgãos oficiais, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Para complementação de informações dos municípios também foram utilizados dados de acesso público disponibilizados pelo IBGE, bem como aqueles disponibilizados pela rede OSB.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS

A abordagem utilizada consistiu na comparação dos Índices de Gestão Pública de Longo Prazo apresentados pelos municípios que compõem a amostra, formada por dois grupos, um de municípios com OS e outro de municípios sem OS. Mais especificamente, foram comparados os IGPs dos dois grupos para cada um dos quatro anos e quatro exercícios fiscais, basicamente com o objetivo de verificar se a implantação dos observatórios sociais causou algum impacto sobre os referidos indicadores apresentados pelos municípios estudados quando comparados aos indicadores apresentados pelos municípios equivalentes.

#### 3.4.1 Teste *t*, de Student

O teste *t*, de *Student*, ou simplesmente Teste *t*, é comumente utilizado na comparação de duas amostras com finalidade de comparar as respectivas médias amostrais. O objetivo é determinar se as referidas amostras são provenientes de uma mesma população. O valor de teste,  $t_{calc}$  é dado por:

$$t_{calc} = \frac{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}{s_p}$$

Onde:

$$s_p = \sqrt{\frac{\hat{\sigma}^2(\bar{x}_1 - \bar{x}_2)}{n_1} + \frac{\hat{\sigma}^2(\bar{x}_1 - \bar{x}_2)}{n_2}} \quad \hat{\sigma}^2_{(\bar{X}_1 - \bar{X}_2)} = \frac{(n_1 - 1)s_1^2 + (n_2 - 1)s_2^2}{n_1 + n_2 - 2}$$

A hipótese nula ( $H_0$ ) estabelece que não há diferença significativa entre as médias, enquanto a hipótese alternativa ( $H_1$ ) pode afirmar que as médias são significativamente diferentes, no caso do teste bilateral, ou que uma das médias é significativamente maior que a outra, no caso do teste unilateral. Para tomar a decisão de aceitar ou rejeitar a hipótese nula, compara-se o valor  $t_{calc}$  com um valor crítico,  $t_{crit}$ , com  $\varphi = n_1 + n_2 - 2$  graus de liberdade, onde  $n_1$  e  $n_2$  são os respectivos tamanhos das duas amostras analisadas. Caso o valor de teste ( $t_{calc}$ ) seja menor que o valor crítico,

( $t_{crit}$ ), aceita-se a hipótese nula ( $H_0$ ), concluindo-se que não há diferença significativa entre as duas médias.

Neste trabalho, conforme já mencionado, o Teste  $t$  foi utilizado para comparar os índices de gestão pública dos municípios que possuem Observatórios Sociais instalados com os mesmos índices apresentados pelos municípios equivalentes, porém, sem Observatórios Sociais instalados. Esta comparação foi efetuada para cada um dos quatro anos e exercícios fiscais, contemplando os indicadores listados no Quadro 1. A análise foi efetuada utilizando-se o software *Excel*® da *Microsoft*®.

Considerando que a primeira amostra, de municípios com observatório social, contém 22 observações, e que a segunda amostra, de municípios sem observatório social, contém 32 observações, o valor crítico para o Teste  $t$  foi  $t_{crit} = 1,6794$  para testes unilaterais, ou  $t_{crit} = 2,0141$ , para testes bilaterais. Caso a hipótese nula ( $H_0$ ) seja confirmada para um indicador, infere-se que a implantação do observatório social não causou um impacto significativo sobre o indicador em questão.

## 4. RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos para cada um dos indicadores listados no Quadro 1, contemplando cada um dos quatro anos e quatro exercícios fiscais.

Para um melhor entendimento, primeiramente serão apresentados os resultados com foco nos indicadores classificados como da Matriz Financeiro-Orçamentária: Indicadores de Receitas, Indicadores de Despesas e Indicadores de Gestão Orçamentária.

Posteriormente, serão apresentados os resultados com foco nos indicadores classificados como da Matriz Econômico-Social: Indicadores de Educação, Indicadores de Segurança, Indicadores de Saúde e Indicadores de Economia. Os dados e indicadores calculados em detalhe estão disponíveis no Apêndice B.

### 4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA OS INDICADORES FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIOS

#### 4.1.1 Indicadores de Receitas

A seguir, inicia-se a apresentação dos valores do Teste *t* para os indicadores pertencentes à Matriz Financeiro-Orçamentária. Na Tabela 1, são apresentados os valores do Teste *t* para os indicadores per capita elencados relacionados com as receitas: IPTU, ISS, RTP (Receita Tributária), FPM, ICMS, IPVA e RT (Receita Total).

Tabela 1 - Valores de Teste para o IPTU, ISS, RTP, FPM, ICMS, IPVA e RT per capita no período de 2015 a 2018.

Indicadores	Valores de teste ( <i>tcalc</i> ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>IPTU</b>	0,5343	0,4659	0,4346	0,4520
<b>ISS</b>	1,5663	1,6839	1,4718	1,5635
<b>RTP</b>	2,3908	1,2633	2,0608	2,1399
<b>FPM</b>	-3,2064	-3,1637	-3,2233	-3,2390
<b>ICMS</b>	-0,9681	-0,6345	-0,7484	-0,7453
<b>IPVA</b>	3,7367	3,7507	3,5720	3,6429
<b>RT</b>	0,9555	1,3707	1,2076	1,4326

Fonte: elaboração própria (2020).

Analisando primeiramente o IPTU, verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico ( $t_{crit} = 1,6794$ ) no indicador relacionado, sugerindo, portanto, que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação a este indicador.

Em relação ao ISS, verifica-se que praticamente nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador arrecadação do ISS per capita, exceto para o exercício fiscal de 2016, quando a arrecadação média dos municípios com observatório social foi significativamente superior à arrecadação média dos municípios sem observatório. Entretanto, verifica-se que esta superioridade não foi mantida para os exercícios subsequentes.

No caso do RTP, verifica-se que o valor de teste superou o valor crítico para os exercícios de 2015, 2017 e 2018, excetuando-se apenas o exercício de 2016. Ou seja, observou-se um aumento significativo na arrecadação no grupo de municípios com observatórios sociais na maioria dos exercícios fiscais para a RTP.

Avaliando o FPM, é possível notar que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador arrecadação do FPM per capita.

Tratando-se do ICMS, verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios também não teve impacto diferenciado com relação ao indicador arrecadação do ICMS per capita.

Em relação ao IPVA, nota-se que o valor de teste superou o valor crítico para todos os exercícios fiscais. Ou seja, observou-se que o grupo de municípios com observatórios teve impacto diferenciado com relação ao indicador na arrecadação do IPVA per capita neste período quando comparado ao outro grupo de municípios.

Passando a análise da RT, esta permite notar que em nenhum caso o valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador arrecadação da Receita Total per capita.

#### 4.1.2 Indicadores de Despesas

Na Tabela 2 são apresentados os valores do Teste  $t$  para os indicadores per capita elencados relacionados com as despesas: saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e investimentos.

Tabela 2 - Valores de Teste relacionados às despesas per capita com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e investimentos no período de 2015 a 2018.

Despesas (per capita)	Valores de teste ( $t_{calc}$ ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Saúde</b>	1,4567	1,3647	1,8321	1,8911
<b>Educação</b>	-0,2532	-0,2201	0,1835	-0,0735
<b>Segurança</b>	-0,3415	-0,3390	-0,4944	0,6866
<b>Urbanismo</b>	0,5865	-0,9841	0,3049	0,5713
<b>Assistência social</b>	-1,3402	-0,2308	-0,9801	-1,7039
<b>Gestão ambiental</b>	0,5609	0,3760	0,2129	-0,3834
<b>Administração</b>	-0,0517	-0,1815	-0,1634	-0,9767
<b>Gastos com pessoal</b>	0,0709	-0,7113	-0,0970	-0,8952
<b>Nível de investimentos</b>	-0,1713	-1,1138	-0,3572	-1,0172

Fonte: elaboração própria (2020).

Verifica-se que o valor de teste superou o valor crítico ( $t_{crit} = 1,6794$ ) para os exercícios fiscais de 2017 e 2018 no quesito saúde, podendo indicar uma tendência significativa de impacto positivo nas despesas per capita com saúde, tendência que pode ser confirmada ao longo dos próximos anos.

Importante anotar também que a maior fiscalização das licitações e contas públicas pode ter causado impacto na diminuição das despesas ao longo dos dois primeiros exercícios fiscais e refletido o retorno dos gastos, com mais qualidade, nos dois exercícios subsequentes, fato que pode ser estudado em outra oportunidade.

No tocante à educação, verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação à despesa per capita destinada à educação neste período.

Ao avaliar o indicador de segurança, constata-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador de despesa segurança per capita neste período quando comparado aos demais municípios.

Em relação ao urbanismo, é possível também notar que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que a implantação dos observatórios não impactou



significativamente o indicador despesa per capita destinada ao urbanismo municipal neste período.

Os dados relacionados à assistência social mostram que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador despesa per capita destinado à assistência social neste período.

Quando o assunto é gestão ambiental, novamente se verifica que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que, portanto, o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador despesa per capita destinado à gestão ambiental municipal.

Verifica-se da mesma forma que nenhum valor de teste relacionado à administração superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador de despesa per capita com a administração municipal no período analisado.

Ainda, em relação às despesas com gasto com pessoal, constata-se também que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador de gastos per capita com pessoal municipal neste período.

Por último, no caso do nível de investimentos, novamente nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador de investimentos per capita municipais ao longo do período estudado.

#### 4.1.3 Indicadores de Gestão Orçamentária

Na Tabelas 3 são apresentados os valores do Teste  $t$  para os indicadores per capita elencados relacionados com as despesas: Índice do Resultado Orçamentário, Índice de Execução Orçamentária das Receitas (IEOR), Índice de Execução Orçamentária das Despesas (IEOD), Índice de Execução Orçamentária Plena (IEOP).

Tabela 3 - Valores de Teste relacionados às despesas per capita com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e investimentos no período de 2015 a 2018.

Indicadores	Valores de teste ( <i>t<sub>calc</sub></i> ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Resultado Orçamentário</b>	1,3744	1,8932	0,1872	-0,1043
<b>Execução Orçamentária das Receitas</b>	0,3374	-0,1398	0,27754	0,5498
<b>Execução Orçamentária das Despesas</b>	-0,204	-1,065	0,721	0,266
<b>Execução Orçamentária Plena</b>	0,906	0,908	-0,159	1,007

Fonte: elaboração própria (2020).

No caso do Resultado Orçamentário, verifica-se que o valor de teste não superou o valor crítico ( $t_{crit} = 1,6794$ ) para os exercícios de 2015, 2017 e 2018, excetuando-se apenas o exercício de 2016. Observou-se uma melhoria significativa no Índice do Resultado Orçamentário dos municípios com observatório neste ano em específico.

Para a execução orçamentária das receitas é possível verificar que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador Índice de Execução Orçamentária das Receitas neste período.

Da mesma forma, verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico para a execução das despesas, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador Índice de Execução Orçamentária das Despesas municipais no período estudado.

Por último, na análise da execução plena nota-se também que novamente nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao indicador Índice de Execução Orçamentária Plena no período.

## 4.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA OS INDICADORES ECONÔMICO-SOCIAIS

### 4.2.1 Indicadores de Educação

A seguir, inicia-se a apresentação dos valores do Teste *t* para os indicadores pertencentes a Matriz Econômico-Social. Na Tabela 4 serão elencados os valores do Teste *t* para os seguintes indicadores relacionados com à educação: taxa de variação

de alunos matriculados, taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de abandono no ensino fundamental.

Tabela 4 - Valores de Teste para a taxa de variação de alunos matriculados, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de abandono no ensino fundamental.

Indicadores	Valores de teste ( <i>t<sub>calc</sub></i> ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Varição de alunos matriculados</b>	-0,3374	-0,1398	0,27754	-0,5498
<b>Taxa de reprovação no ensino fundamental</b>	-0,204	-1,065	0,721	0,266
<b>Taxa de abandono no ensino fundamental</b>	0,906	0,908	-0,159	1,007

Fonte: elaboração própria (2020).

Nenhum valor de teste superou o valor crítico de *t*, seja na variação de alunos matriculados, na taxa de reprovação do ensino fundamental ou na taxa de abandono no ensino fundamental, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação a esses indicadores no período analisado.

#### 4.2.2 Indicadores de Segurança

Na Tabela 5 são apresentados os valores do Teste *t* para o indicador elencado relacionado com a segurança: taxa de homicídios.

Tabela 5 - Valores de Teste para a taxa de homicídios.

Indicador	Valores de teste ( <i>t<sub>calc</sub></i> ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Taxa de homicídios</b>	0,906	0,908	-0,159	1,007

Fonte: elaboração própria (2020).

Verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico ( $t_{crit} = 1,6794$ ) indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao Indicador Taxa de Homicídios no período estudado.

#### 4.2.3 Indicadores de Saúde

Na Tabela 6 são apresentados os valores do Teste  $t$  para os indicadores elencados relacionados com a saúde: taxa de mortalidade infantil e taxa de disponibilidade de médicos.

Tabela 6 - Valores de Teste para a taxa de mortalidade infantil e taxa de disponibilidade de médicos para o período de 2015 a 2018.

Indicadores	Valores de teste ( $t_{calc}$ ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
Taxa de mortalidade infantil	0,906	0,908	-0,159	1,007
Taxa de disponibilidade de médicos	0,906	0,908	-0,159	1,007

Fonte: elaboração própria (2020).

Verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico para ambos os indicadores, mostrando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação aos indicadores de taxa de mortalidade infantil e a taxa de disponibilidade de médicos no período estudado.

#### 4.2.4 Indicadores de Economia

Na Tabela 7 são apresentados os valores do Teste  $t$  para os indicadores elencados relacionados com a economia: taxa de crescimento do emprego e PIB per capita.

Tabela 7 - Valores de Teste para a taxa de crescimento do emprego e PIB per capita.

Indicadores	Valores de teste ( $t_{calc}$ ) por ano			
	2015	2016	2017	2018
Taxa de crescimento do emprego	0,906	0,908	-0,159	1,007
PIB per capita	1,285	1,481	1,694	1,134

Fonte: elaboração própria (2020).

No caso da taxa de crescimento de emprego, verifica-se que nenhum valor de teste superou o valor crítico, indicando que o grupo de municípios com observatórios não teve impacto diferenciado com relação ao Indicador Taxa de Crescimento do Emprego neste período.

Em relação ao PIB per capita, verifica-se que o valor de teste não superou o valor crítico para os exercícios de 2015, 2016 e 2018, excetuando-se apenas o exercício de 2017. Ou seja, observou-se uma diferença significativa no Índice do PIB/Per Capita dos municípios com observatório neste ano em específico.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um dos objetivos da Rede de Observatórios Sociais do Brasil é utilizar uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos.

Além disso, os Observatórios Sociais do Brasil também têm como objetivo a construção de indicadores de gestão pública, com base na execução orçamentária e em alguns indicadores sociais dos municípios.

Conforme previamente estabelecido, os principais objetivos deste trabalho foram revisar a literatura, fazer um levantamento quantitativo e verificar, utilizando-se como medida os Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP) propostos pela Rede de Observatórios Sociais do Brasil atualmente, se já é possível identificar algum impacto de longo prazo que poderia ser causado ou ter a contribuição da instalação de um Observatório Social em um município, bem como verificar a pertinência de tais indicadores.

A revisão de literatura, principalmente sobre o OSB no contexto do controle social, pautou-se primordialmente na compilação dos trabalhos elencados no site do Observatório Social do Brasil, mas não deixou de abordar alguns outros trabalhos correlatos.

A análise quantitativa se deu através da coleta de dados públicos nos sítios eletrônicos de órgãos oficiais, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), além do próprio OSB. Foram compilados para a análise dados Financeiro-Orçamentários e Econômico-Sociais, sendo alguns dos indicadores estabelecidos pelo OSB elencados e calculados para os dois grupos de municípios previamente selecionados, sendo eles municípios com OS e municípios sem OS.

Conforme já mencionado, a abordagem estatística utilizou o Teste  $t$  para comparar os indicadores dos municípios com observatórios sociais instalados com os mesmos indicadores apresentados pelos municípios equivalentes, porém sem observatórios sociais.

Logo, como resultado, os 22 municípios detentores de OS selecionados foram comparados com os 32 municípios equivalentes identificados. Esta comparação foi efetuada para cada um dos quatro anos e quatro exercícios fiscais propostos.

Na verificação dos resultados foi possível visualizar se ocorreu algum impacto sobre os referidos indicadores apresentados pelos municípios dentro do período estudado e quando comparados aos indicadores apresentados pelos municípios equivalentes. Também foi possível analisar os indicadores utilizados e contextualizar os resultados com a literatura pesquisada previamente.

A seguir, são apresentados os resultados compilados e as discussões sobre os indicadores da Matriz Financeiro-Orçamentária e da Matriz Econômico-Social utilizados, bem como a contextualização com a literatura.

## 5.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA MATRIZ FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA

Foram analisados os indicadores financeiro-orçamentários relacionados às receitas, despesas e de gestão orçamentaria dos municípios.

Com relação às receitas, foram analisados os seguintes indicadores: indicador de receita IPTU, ISS, RTP (Receita Tributária), FPM, ICMS, IPVA e RT (Receita Total).

Segundo a metodologia atual do OSB, adotada para seus Indicadores de Longo Prazo, IPTU, ISS e RTP deveriam avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de impostos. Enquanto o FPM, ICMS, IPVA e RT deveriam avaliar a capacidade em captar transferências da União (ver Quadro 1).

Tanto para os indicadores que avaliam a capacidade do gestor na arrecadação de impostos, quanto para os que avaliam a capacidade de captar transferências da União, a interpretação é a de que, quanto maior o valor, maior a capacidade de arrecadação do município.

Passando à análise dos resultados, entre os Indicadores de Receitas citados, apenas o ISS a RTP e o IPVA apresentaram diferenças significativas nas médias obtidas, segundo o Teste de *t*. Os Indicadores de Receitas, IPTU, FPM, ICMS e RT, não apresentaram diferenças significativas entre os dois grupos de municípios analisados.

O ISS apresentou impacto significativo apenas para o exercício fiscal de 2016, quando a arrecadação média dos municípios com observatório social foi

significativamente superior à arrecadação média dos municípios sem observatório. Entretanto, verificou-se que esta superioridade não foi mantida para os exercícios subsequentes, de 2017 e 2018. Portanto, muito embora ainda caiba um estudo mais aprofundado, não é possível identificar uma tendência clara e supor que haja um impacto significativo neste indicador ocorrendo em nível municipal.

Com relação à RTP, foi observado o inverso. Ocorreu um impacto significativo na maioria dos exercícios analisados, excetuando-se 2016. Neste caso, supõe-se que esteja ocorrendo uma mudança no padrão desta receita em específico, para o que caberia uma análise mais detalhada.

Apenas no caso da arrecadação do IPVA verifica-se que o valor de teste superou o valor crítico de “t” para todos os exercícios fiscais. Ou seja, observou-se um aumento significativo na arrecadação do IPVA per capita no período, nos municípios que possuem OS implantados.

Apresentados os resultados compilados, cabe aqui uma discussão quanto à pertinência de tais indicadores para medição de gestão pública em nível municipal.

Com relação ao ISS, além de não apresentar tendência na referida análise, é difícil dizer se o resultado particular do ano de 2016 se deu em função de políticas públicas em nível municipal ou devido a condições macroeconômicas de nível federal, estadual ou mesmo condições regionais. Também não se pode descartar a hipótese de uma simples casualidade.

No caso da RTP, embora caiba uma futura análise mais detalhada para verificar um suposto impacto na mudança do padrão desta receita, pelos mesmos motivos explicitados no caso do ISS, também é difícil atribuir os resultados única e exclusivamente a uma maior eficiência da gestão pública para com a arrecadação neste caso.

Com relação ao IPVA, pode-se apontar o mesmo. Apesar de a tendência ser verificada, é ainda mais complexa a ideia de correlacionar essa tendência com a melhoria da gestão pública municipal e esta a uma suposta influência indireta dos OS.

Logo, além de não ser verificada diferença significativa e qualquer tendência na maioria dos indicadores mencionados, ainda é muito difícil de afirmar que os Indicadores de Longo Prazo analisados realmente servem ao objetivo de avaliar um impacto na melhoria da gestão pública municipal. Pesa, ainda, o fato de tais indicadores não apresentarem um parâmetro definido para efeito de avaliação, conforme resumido no Quadro 1.



Passando à análise das despesas, os seguintes Indicadores de Despesa de Longo Prazo foram analisados: indicador de despesas com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração, pessoal e indicador de nível de investimentos.

Segundo a metodologia atual do OSB, adotada para seus Indicadores de Longo Prazo, despesas com saúde, educação, segurança, urbanismo, assistência social, gestão ambiental, administração e pessoal, deveriam avaliar os gastos do município em cada uma destas respectivas áreas. O indicador de investimentos deveria avaliar o percentual de recursos públicos utilizados em investimentos.

Para os referidos indicadores a interpretação atual é a de que, quanto maior o valor gasto, maior seria o investimento na área e, portanto, melhor o indicador. Exceção feita ao percentual de gastos com pessoal, onde, quanto menor o gasto, melhor seria o indicador. Este último tendo como parâmetro a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), onde o limite máximo é de 54,0% e o limite mínimo é de 51,3%.

Dos indicadores analisados, apenas o indicador de despesas com saúde apresentou diferenças significativas nas médias obtidas com o Teste *t*. Os demais indicadores não apresentaram mudança significativa.

No caso do indicador de saúde, verifica-se que o valor de teste superou o valor crítico para os exercícios fiscais de 2017 e 2018, podendo indicar uma tendência de impacto significativo nas despesas per capita com saúde. Tendência ainda passível de confirmação ao longo dos próximos anos.

Vale destacar neste ponto, que ao longo dos dois primeiros exercícios fiscais, 2015 e 2016, não ocorreram mudanças significativas no indicador. Uma maior atuação de fiscalização das licitações e contas públicas poderia, inclusive, ter causado impacto na diminuição das despesas neste primeiro período e refletido o retorno dos gastos, com mais qualidade, nos dois exercícios subsequentes. Fato este que pode ser melhor estudado oportunamente.

Da mesma forma que ocorre nos indicadores das receitas, além de não ser verificada diferença significativa e qualquer tendência na maioria dos indicadores de despesas aqui mencionados, também é muito difícil se afirmar que os Indicadores de Longo Prazo analisados realmente servem ao objetivo de avaliar um impacto na melhoria da gestão pública municipal, principalmente com relação à quantificação em termos de “maior ou menor, melhor”, pois desta forma, não se visualiza a qualidade do gasto em questão.

Pesa aqui também o fato da maioria dos indicadores não apresentarem um parâmetro definido para avaliação. Particularmente com relação ao indicador de gasto com pessoal, existe o parâmetro da LRF, contudo, pode-se verificar que a interpretação existente de “quanto menor melhor” não é plenamente compatível com a descrição dos limites existentes na LRF.

Finalmente, com relação aos indicadores orçamentários, os seguintes indicadores foram analisados: Índice do Resultado Orçamentário, Índice de Execução Orçamentária das Receitas (IEOR), Índice de Execução Orçamentária das Despesas (IEOD), Índice de Execução Orçamentária Plena (IEOP).

O objetivo atual de cada indicador é, respectivamente, avaliar o superávit/déficit orçamentário; avaliar o volume orçamentário executado de receitas, em relação ao previsto; avaliar o volume orçamentário executado de despesas, em relação ao previsto; avaliar o nível de execução orçamentária entre receitas e despesas previstas e realizadas.

A interpretação atual pela metodologia do OSB para estes indicadores é a de que, quanto mais próximo de zero, melhor é o indicador.

Destes, apenas o Índice de Execução Orçamentária das Receitas (IEOR) apresentou alguma diferença significativa nas médias obtidas segundo o Teste *t*.

Nesse caso, verifica-se que o valor de teste não superou o valor crítico de “*t*” para os exercícios de 2015, 2017 e 2018, excetuando-se apenas o exercício de 2016. Ou seja, observou-se um impacto significativo no Índice do Resultado Orçamentário dos municípios com observatórios apenas nesse ano em específico, não sendo possível, assim, a confirmação ou mesmo suposição de qualquer tendência de mudança no indicador.

Verifica-se aqui, portanto, que a maioria os indicadores relacionados também não apresentaram qualquer tendência significativa que pudesse sugerir algum impacto.

Muito embora estes indicadores guardem uma correlação mais direta com o aspecto do planejamento municipal em si, e tenham maior ligação com a melhoria na gestão dos recursos, também é difícil atribuir, neste caso, uma possível mudança nos indicadores a uma simples melhora ou piora na gestão pública municipal. Isso se deve à dependência que os indicadores trazem consigo dos demais indicadores financeiro-orçamentários citados anteriormente e sua possível correlação com questões políticas

e macroeconômicas mais amplas. Salientando também a histórica questão da baixa autonomia municipal e estadual em nosso País.

## 5.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA MATRIZ ECONÔMICO-SOCIAL

Com relação à Matriz Econômico-Social, foram analisados os seguintes indicadores: taxa de variação de alunos matriculados, taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de abandono no ensino fundamental, taxa de homicídios, taxa de mortalidade infantil, taxa de disponibilidade de médicos, taxa de crescimento do emprego e PIB/per capita.

Segundo a metodologia atual do OSB, adotada para seus Indicadores de Longo Prazo, tais indicadores deveriam avaliar, respectivamente: crescimento do volume de matrículas no ensino ao longo do tempo; a taxa de reprovação por nível de ensino, ao longo do tempo; a taxa de abandono por nível de ensino, ao longo do tempo; o nível de segurança no município; o nível de mortalidade infantil ao longo do período; o volume de médicos por 1.000 habitantes; o nível de crescimento do volume de emprego existente no município; o volume do Produto Interno Bruto per capita gerado.

A interpretação dada a cada um destes indicadores são, respectivamente, quanto maior a taxa, maior o nível de escolarização; quanto menor a taxa, menor será o volume de repetência; quanto menor a taxa, maior será o nível educacional da população; quanto menor a taxa, maior o nível de segurança da população; quanto menor a taxa, maior é o nível de saúde dos nascimentos; quanto maior o valor, maior a riqueza gerada pelo município; quanto maior a taxa, maior a geração de emprego e renda no município; quanto maior a taxa, melhor deverá ser o atendimento à saúde; quanto maior a taxa, maior a geração de emprego e renda no município; quanto maior o valor, maior a riqueza gerada pelo município.

Apenas os indicadores relacionados à taxa de mortalidade infantil e taxa de número de médicos possuem parâmetros definidos, quais sejam: índice fornecido pela OMS; objetivo anual estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Com relação a esses Indicadores de Longo Prazo, nenhum apresentou diferença significativa nas médias obtidas com o Teste  $t$ , em nenhum dos quatro anos ou quatro exercícios fiscais analisados neste trabalho.

Apesar de mais objetivos e palpáveis, através do teste aplicado não foram identificadas diferenças entre os grupos com e sem OS nestes indicadores. Fato este que pode ser explicado mais a frente, no próximo tópico do trabalho, através de análises contextuais e algumas hipóteses lançadas.

### 5.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS NO CONTEXTO DA LITERATURA PESQUISADA

Primeiramente, é importante salientar que a literatura utilizada revela uma consolidação em âmbito nacional dos bons resultados obtidos pelas ONGs que atuam no controle social. Abaixo, cita-se um trecho apenas exemplificativo encontrado na literatura:

A atuação das ONGs de Combate à Corrupção tem se mostrado deveras importante não só para o desenvolvimento da cidadania, como para a boa gestão do erário. Anualmente milhões de reais deixam de ser desviados por corrupção, em decorrência do trabalho desses inúmeros brasileiros anônimos, que motivados por seus valores, muitas vezes nadam contra a maré da descrença no Poder Público, e no sentimento de impotência perante o sentimento de que os malfeitos que estão entranhados na máquina pública. Outros tantos milhões deixam de ser desperdiçados por má aplicação. A prática tem mostrado que, em muitos casos, mesmo que os índices de corrupção sejam pequenos, há a possibilidade de que muito dinheiro seja gasto sem necessidade” (NETTO, 2014).

Os resultados quantitativos gerais obtidos sinalizam que, nas condições e período analisados, não foi possível observar uma variação significativa nos Indicadores de Longo Prazo (IGPs-LP) atualmente utilizados pelo OSB quando comparados os dois grupos de municípios selecionados.

Contudo, uma vez que já está evidenciada em diversos estudos e na literatura aqui citada a importância e os avanços trazidos pelas Organizações não Governamentais atuantes no controle social e, em especial com relação ao OSB tratado neste trabalho, podem-se tecer algumas considerações acerca dos resultados obtidos.

Uma das explicações para a diferença não ser evidenciada, é a de que o período ainda é muito curto para quantificar qualquer objetivo de longo prazo, sendo

esses carentes de uma transformação social mais profunda. Desta forma, um período mais longo de atividade contínua dos OS nos municípios seria essencial para a consolidação dos resultados de longo prazo.

Neste sentido, é interessante citar alguns trechos da literatura que constam em trabalhos identificados ao longo da pesquisa:

O controle social é um dos mais importantes meios de exercício da democracia, é através dele que podem se expressar os interesses nas ações do Estado, participar das formulações de políticas públicas, assim como fiscalizar os gastos públicos. Não há quem duvide da importância do controle social, porém, por vários fatores, muitos cidadãos, mesmo tendo ciência dos seus direitos, não o exercem” (BUONO 2019).

“Tudo é muito recente nessa luta por uma sociedade mais justa através da valorização da cidadania; quatro anos na linha do tempo de uma Nação como o Brasil representa apenas um pequeno ponto” (MAGALHÃES, 2013).

Essa hipótese é bem plausível, porém, traz à tona uma dificuldade técnica com relação à análise de dados com foco nas transformações sociais pretendidas. Como alguns observatórios enfrentam muitas dificuldades econômicas, além de diversos outros desafios para que se mantenham em pleno funcionamento, muitos não conseguem permanecer ativos durante um período mais prolongado e de forma continuada. Inclusive, este foi um dos desafios enfrentados neste trabalho, o qual se procurou solucionar dentro da razoabilidade e das possibilidades temporais apresentadas pelo funcionamento contínuo de algumas unidades até o momento.

Outra possível explicação para os resultados, é a de que os indicadores de longo prazo propostos pelo OSB não estão adequados ao propósito ou ainda não conseguem medir esta diferença. Apesar de os indicadores terem o intuito claro de praticidade e funcionalidade, alguns podem não refletir exatamente mudanças na gestão pública de longo prazo como nominados, ou ainda não serem sensíveis o suficiente.

Os Observatórios devem estar focados no aumento da eficiência da administração pública e no combate à corrupção pelo acompanhamento dos gastos públicos através das licitações. Mas, o combate à corrupção é um processo de longo prazo e deve ser feito passo a passo, acumulando forças na cooperação com outras entidades, para evitar o aborto de experiências pelas frustrações de expectativas” (SCHMITT, 2013).

Dentro dessa perspectiva, os indicadores utilizados parecem denotar com mais exatidão a “condição atual do município”, dentro das mais diversas variáveis

envolvidas, e não a melhoria na gestão pública municipal propriamente. Sendo assim, os indicadores propostos certamente têm seu valor, mas não cumpririam seu principal propósito. Talvez um problema que transparece em segundo plano aqui é a questão da autonomia municipal e o quanto a gestão pública municipal é efetivamente capaz de transformar o município. Muitas das variáveis envolvidas transcendem a esfera municipal, e não se pode esquecer que essa é a principal esfera onde estão pautadas as ações e medições propostas pelos Observatórios Sociais.

Neste ponto, com base no presente trabalho, sugere-se uma verificação mais minuciosa por parte do OSB ou de trabalhos futuros sobre o que se está medindo e sobre o que exatamente pretende-se medir, se é a melhoria nas condições de vida ou somente melhoria na administração pública municipal, ou realmente ambos. Então, a partir daí, fazer uma reflexão mais profunda sobre a relevância e capacidade de medição dos indicadores de longo prazo atualmente utilizados para, na sequência, aperfeiçoar ou ressignificar essa área dentro do OSB.

Nesse mesmo sentido, sugere-se a concepção de indicadores que talvez pudessem medir apenas resultados do próprio OSB, internamente, ou até externamente, mas então pensados e adequados ao seu propósito, como, por exemplo: indicadores de transparência municipal, indicadores baseados na governança municipal, indicadores de *accountability*, indicadores de *compliance* etc. Certamente essa medida contribuiria para a identificação de problemas, sugestões de melhoria contínua e, também, maior conhecimento e reconhecimento do OSB pelas sociedades locais.

Outra hipótese a ser colocada é a de que, apesar de bem organizado e contributivo, a instituição do OSB por si só não teria a capacidade de influir em indicadores de longo prazo, principalmente no que diz respeito ao meio econômico-social municipal.

Logo, então, surgiria uma nova questão. Se a instituição possui realmente o anseio de impactar nesses indicadores econômico-sociais e na gestão municipal de longo prazo, ou deseja manter um foco primordial na economia de recursos e viés fiscal ou contábil-orçamentário propriamente, seja fazendo isto por meios próprios ou juntamente com as parcerias estabelecidas.

Nesse caso, talvez fosse interessante adaptar seus indicadores para que meçam estes aspectos especificamente, deixando para os indicadores tradicionais (IBGE, entre outros) a medição de eventuais mudanças estruturais nas sociedades

locais. Dessa forma, o papel dos indicadores seria mais objetivo, facilitado e claro, porém, também mais pontual.

Não obstante a necessidade de se revisar os indicadores atuais, uma terceira possibilidade que se coloca é a de que o método de filtragem para seleção dos grupos ou alguma variável não identificada que afete de forma muito desigual os municípios paranaenses possa estar prejudicando a evidenciação dos resultados neste trabalho. Nesse caso, sugere-se estudos mais apurados com foco neste ponto específico, caso em que o presente trabalho pode auxiliar ou até mesmo servir de ponto de partida.

Neste sentido, cita-se uma passagem da bibliografia pesquisada neste trabalho:

Ao longo do estudo, pudemos observar diversas formas de trabalho da ONGs pesquisadas. Embora se contrarie um pouco a lógica, dentro do espectro de análise, pode-se observar que as ONGs que atuam nos municípios maiores geralmente tem menos conflitos com o Poder Público, do que as ONGs que atuam em municípios menores. O natural seria que em municípios menores, pelo volume de atos administrativos, houvesse pouco trabalho para ser acompanhado pelas entidades. No entanto, o que se vê, é que nos municípios menores há maior índice de perseguição política para os ativistas da boa gestão dos recursos públicos. Nessas cidades, é comum que uma importante parcela dos munícipes mantenha relações profissionais com o Poder Público, seja como funcionários, familiares de funcionários, fornecedores, ou até mesmo correligionários políticos. Isso tende a dificultar o trabalho dos ativistas (NETTO, 2014).

Vale lembrar o trabalho de Zanetti e Bonzanini (2019), no qual as autoras citam algumas das dificuldades enfrentadas pelos OS no exercício de suas atividades, como:

- Encontrar voluntários engajados, apolidários, que trabalhem de forma coordenada com os objetivos do grupo;
- A captação de recursos para a manutenção dos Observatórios;
- A falta de cooperação do setor público, que ainda vê o observatório social como um inimigo, e não dá suporte às denúncias de irregularidades realizadas pelos observadores;
- Falta de transparência dos poderes legislativo e executivo;
- Dificuldade de se obter melhorias no Portal Transparência junto à prefeitura (ZANETTI; BONZANINI, 2019).

Feitas essas discussões dentro dos resultados obtidos e da literatura pesquisada, pode-se condensar que o papel dos OS nos municípios, nas mais diversas áreas de sua atuação, é muito importante, contudo, no que diz respeito aos Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP) atualmente utilizados, embora contributivos, de certa forma carecem ainda de reflexão e desenvolvimento.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho em tela, foi possível estudar a temática e parte dos resultados e desafios do OSB já consubstanciados na literatura.

Com foco na recente expansão do modelo de OBS e da criação dos Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGP-LP) pela instituição, buscou-se também identificar, ainda que prematuramente, um possível impacto diferenciado nos indicadores de um grupo de municípios com Observatórios Sociais quando comparado a outro grupo de municípios, sem tais instituições.

A partir da metodologia aplicada, indicadores escolhidos, teste de significância aplicado, bem como do período adotado que se mostra atualmente disponível para análise, ainda não foi possível identificar essa diferenciação em nível municipal, mais especificamente com relação a municípios do Estado do Paraná.

Neste ponto é necessário e imperioso deixar claro que este fato não deve ser encarado como uma crítica à atuação dos observatórios sociais, já que existem diversos trabalhos, previamente citados neste estudo, apontando resultados altamente positivos e relevantes em algumas áreas, como, por exemplo: nas iniciativas de monitoramento das compras públicas, combate à corrupção, educação para o controle social, entre outras mencionadas ao longo do estudo.

Os resultados quantitativos aqui expostos também se limitam às condições explicitadas ao longo do trabalho e à utilização dos IGPs-LP adotados atualmente pelo OSB, os quais ainda se encontram em fase de aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Com relação à análise da relevância dos indicadores, muito embora alguns indicadores Financeiro-Orçamentários analisados guardem uma correlação mais direta com o aspecto do planejamento municipal em si, como o IEOR, IEOD e o IEOP, de maneira geral ainda foi verificada uma dificuldade em atribuir uma eventual mudança nos indicadores a uma simples melhora ou piora na gestão pública municipal. Neste caso, principalmente devido à dependência que os indicadores trazem consigo dos demais indicadores Financeiro-Orçamentários e à possível correlação destes com questões políticas e macroeconômicas mais amplas, transcendendo o âmbito municipal, foco principal dos Observatórios Sociais.

Dentro dessa perspectiva, sob determinada ótica, os indicadores utilizados parecem denotar com mais exatidão a “condição atual do município”, dentro das mais



diversas variáveis envolvidas, e não a melhoria na gestão pública municipal propriamente.

Logo, não obstante o fato de que o período analisado possa ser ainda insuficiente, por meio da análise realizada foi possível verificar que os Indicadores de Gestão Pública de Longo Prazo (IGPs-LP) atualmente utilizados pelo OSB, embora contributivos, de certa forma ainda carecem de reflexão e desenvolvimento para que possam cumprir seu propósito e medir mais objetivamente as melhorias na gestão municipal propriamente dita.

Nesse sentido, sugere-se a concepção de indicadores que também pudessem medir os resultados do próprio OSB, internamente, ou até externamente, mas então pensados e adequados ao seu propósito, como, por exemplo: indicadores de transparência municipal, indicadores baseados na governança municipal, indicadores de *accountability*, indicadores de *compliance* etc. Certamente essa medida contribuiria para a identificação de problemas, sugestões de melhoria contínua e, também, para um maior conhecimento e reconhecimento do OSB pelas sociedades locais.

Também se sugere para trabalhos futuros que a investigação da temática aqui levantada possa ser ampliada para nível nacional e, assim que possível, para verificação num período temporal mais prolongado.

Posto isso, acredita-se que o objetivo principal do trabalho foi atingido e a pergunta principal, dentro das limitações da pesquisa, foi respondida.

É importante acrescentar que o presente trabalho pode contribuir na procura e eventual saneamento de barreiras e dificuldades existentes para o melhor funcionamento do modelo, trazendo à mesa discussões saudáveis sobre melhorias na inter-relação dos OS com os municípios e, também, destes com os cidadãos, possibilitando assim o alcance de resultados de longo prazo pretendidos.

O estudo pode também servir de ponto de partida para verificações futuras e acompanhamento dos resultados nos municípios de interesse, com foco nestes ou em novos indicadores que possam de fato retratar transformações no longo prazo da realidade local sob o ponto de vista da administração pública ou, ainda, da realidade econômico-social dos municípios.

Nesse mesmo sentido, permitiu uma avaliação dos IGPs utilizados atualmente pelos OBS e abre a discussão para novas formas de medição dos resultados em nível municipal e internamente, focados no trabalho dos próprios Observatórios, uma vez que os indicadores ainda estão em desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, F.H. **Controle social de serviços públicos**. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- AUGUSTINHO, S. M. **A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de controle social para a “governança” do Estado: um estudo sobre a compreensão da evidenciação das demonstrações contábeis públicas pelos líderes comunitários da cidade de Curitiba no ano de 2013**. 2013. Dissertação (Mestrado em planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2013.
- ALVES, M. D. **Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos: Atuação do Observatório Social (OS)**. 2015. 69 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) – MEC-PNAP, Brasília-DF, 2015.
- ANDRADE, S. B. F.; OLIVEIRA, M. C. G. **A Importância E Os Desafios Do Observatório Social De Curitiba No Conselho De Saúde Do Município De Araucária**. 2019. Artigo, OSB. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ARTIGO-TCC-SARAH.pdf>. Acesso em: 17/06/2020.
- BITTAR, E. C. B. **Curso de filosofia política**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BIZERRA, A. L. V. **Governança no setor público: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança**. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. 2012. Disponível em: [http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores\\_orientacoes\\_basicas\\_aplicadas\\_a\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf). Acesso em: 28/12/2019.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 30/12/2019.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2 – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p.
- BREDER, J. C. **Controle social: um modelo em construção, contribuições do tribunal de contas da união**. 2008. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/control-social-um-modelo-em-construcao-contribuicoes-do-tribunal-de-contas-da-uniao.htm>. Acesso em: 02/06/2020.
- BUONO, R. M. **Controle Social: As ações do Observatório Social em Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil**. 2019. 67 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2019.

CARNEIRO, M. A. A. **INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL: a experiência da Rede Observatório Social do Brasil (OSB)**. 2015. 57 páginas. Monografia (Pós-Graduação em Direito: Administração Pública e Controle Externo) – FGV, Cuiabá-MT, 2015.

CIRIACO, E. R. **O Compliance Como Política Pública Regulatória Na Polícia Civil Do Estado Do Paraná**. Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro – RECONTO | v. 3, n. 1 | Jan./Jun. 2020.

COSTA, E. M.; CAPARRÓZ-CARVALHO, A. S.; ROSA, M. J. A.; NEDER, R.; COSTA, S. R. (2019). **Estratégias de captação de recursos do Observatório Social de Sorriso-Mato Grosso, Brasil**. Revista Escuela de Administración de Negocios, (86), 151-168. DOI: <https://doi.org/10.21158/01208160.n86.2019.2299>.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FAVRETTO, J.; RICCIO, E. L. **Observatório Social em números**. [S.l.: s.n.], mar. 2017. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/04/e-book-OSB06-04-2017-2.pdf> Acesso em: 13/04/2019.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. **Transparência e controle social na administração pública**. Revista Temas de Administração Pública. UNESP, Araraquara, SP, v. 8, n. 1, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 11 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, J. L.; TROIAN, A.; QUISPE, J. N. **Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 18, n. 51, abr./jun. 2020. p. 133-118.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em: 10/11/2019.

JUNGES, F.; CARDOSO, L. **Como o controle social pode melhorar a gestão pública utilizando observatórios sociais como ferramenta**. Observatório Social do Brasil, Curitiba, jun. de 2019. Seção Artigos e Monografias. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/artigos-e-monografias/>. Acesso em: 16/06/2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, G. S. **A Experiência Do Observatório Social De Niterói No Período De 2009 A 2012**. 2013. 57 páginas. Monografia (Curso de Especialização em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

MANZI, V. A. **Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas**. São Paulo: Saint Paul, 2008. p. 15.

MARTINHAGO, F. B. **Cidadania Participativa E Controle Social: A Experiência Do Observatório Social De Criciúma/SC**. Dissertação (Mestrado) – UNESC, Criciúma, 2019.

MENEZES, A. **Teoria geral do estado**. 2.ed. Brasília: Forense Rio, 1967.

NASCIMENTO, M. C. S.; DE OLIVEIRA, T. C. G.; DA CRUZ, T. K. M. **A Importância Dos Observatórios Sociais Na Gestão Pública**. 2017. 54 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – UNIGRANRIO, Duque de Caxias-RJ, 2017.

NETTO, C. T. G. **Redes Societárias Voltadas Para O Controle Social E Relação Com O Estado: Uma Análise Da AMARRIBO Brasil - IFC E OSB**. UFMG, Belo Horizonte, 2014. 61 fls.

OSB. **Observatório Social do Brasil. Site institucional**. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/>. Acesso em: 16/12/2019.

PACTO GLOBAL ANTICORRUPÇÃO REDE BRASILEIRA. **Caderno do Pacto Anticorrupção. Grupo Temático Anticorrupção**. Vol. 2, dez. 2015, 86 p.

PERES, L. N. **Novo olhar sobre a qualidade da informação contábil: a ótica dos observatórios sociais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PISA, B. J. **Uma proposta para o desenvolvimento do índice de avaliação da governança pública (IGovP): instrumento de planejamento e desenvolvimento do Estado**. 2014. Dissertação (Mestrado em planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2014.

QUEIROZ, L. D. **Observatório social do Brasil: instrumento de controle social da gestão pública**. 2017. Dissertação de mestrado – UFUB, MG, Uberlândia, 2017. 96 f.

RIGONI, A. B.; PARRA, P. **A Transparência Como Ferramenta De Controle Social**. 2017. Artigo, OSB. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/12/A-transpar%C3%AAncia-como-ferramenta-de-controle-social-2.pdf>. Acesso em: 17/06/2020.

SAGER, I.; BOSSI, A. **“DEMOCRACIA E DIREITOS: Dimensões das políticas públicas e sociais”**. ENEPCP – Brasília, DF, 04 a 08 de dezembro de 2017.

SANTOS, G. A. dos. **Observatório Social E O Controle Cidadão Da Gestão Pública**. 2017. 85 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2017.

SCHMITT, T. A. **Concepções E Práticas Do Controle Social No Observatório Social No Município De Guarapuava- Pr. 2013.** 73 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciência Social) – UNICENTRO, Guarapuava-PR, 2013.

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L. **Observatórios Sociais Como Promotores De Controle Social E Accountability: Reflexões A Partir Da Experiência Do Observatório Social De Itajaí.** Gestão.Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – 8 (3): 298 – 326 Set./Dez. 2010.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2005.  
Tenório, F. G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** (11.ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV. 2010.

ZANETTI, J.; BONZANINI, O. A. **Transparência e controle social na gestão pública: atuação e contribuições dos observatórios sociais no brasil.** Observatório Social do Brasil, Curitiba, mar. de 2019. Seção Artigos e Monografias. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/artigos-e-monografias/>. Acesso em: 10/08/2019.

## APÊNDICE A – PIB/PER CAPITA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

COM OBS IMPLANTADO			SEM OBS IMPLANTADO			
Município	População - 2015	PIB/Per Capita 2015	Município de Referência	Município Equivalente	População - 2015	PIB/Per Capita 2015
Apucarana	130.430	R\$ 22.271,00	Apucarana	Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 19.076,00
Arapongas	115.412	R\$ 33.673,00	Arapongas	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
Assis Chateaubriand	34.027	R\$ 29.225,00	Assis Chateaubriand	Pinhais	127.045	R\$ 40.075,00
				Guaíra	32.591	R\$ 23.770,00
				Matinhos	32.591	R\$ 27.084,00
				Quedas do Iguaçu	32.982	R\$ 34.178,00
				Rio Branco do Sul	32.232	R\$ 36.451,00
Rio Negro	33.395	R\$ 28.940,00				
Campo Largo	124.098	R\$ 28.926,00	Campo Largo	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
Campo Mourão	92.930	R\$ 33.176,00	Campo Mourão	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
				Castro	70.810	R\$ 31.935,00
				Telêmaco Borba	75.809	R\$ 38.927,00
Cianorte	77.515	R\$ 30.248,00	Cianorte	Castro	70.810	R\$ 31.935,00
				Rolândia	63.316	R\$ 36.221,00
				Telêmaco Borba	75.809	R\$ 38.927,00
Faxinal	17.160	R\$ 21.116,00	Faxinal	Clevelândia	17.373	R\$ 23.757,00
				Rebouças	14.869	R\$ 20.498,00
				Salto do Lontra	14.539	R\$ 20.861,00
				Terra Boa	16.781	R\$ 21.474,00
				Tijucas do Sul	15.970	R\$ 22.378,00
Francisco Beltrão	86.499	R\$ 30.313,00	Francisco Beltrão	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
				Castro	70.810	R\$ 31.935,00
				Telêmaco Borba	75.809	R\$ 38.927,00
Goioerê	29.702	R\$ 24.201,00	Goioerê	Astorga	25.976	R\$ 22.938,00
				Cambará	25.170	R\$ 23.410,00
				Imbituva	31.055	R\$ 22.307,00
				Nova Esperança	27.886	R\$ 21.121,00
				Pitanga	32.419	R\$ 21.623,00
Irati	59.708	R\$ 24.826,00	Irati	Cornélio Procópio	48.551	R\$ 28.339,00
				Lapa	47.557	R\$ 29.436,00
				Prudentópolis	51.567	R\$ 18.060,00
				Santo Antônio da Platina	45.299	R\$ 21.579,00
				São Mateus do Sul	44.594	R\$ 26.283,00
Laranjeiras do Sul	32.133	R\$ 19.842,00	Laranjeiras do Sul	Guaíra	32.591	R\$ 23.770,00
				Ibaiti	30.678	R\$ 18.389,00
				Imbituva	31.055	R\$ 22.307,00
				Ivaiporã	32.710	R\$ 20.207,00
				Pitanga	32.419	R\$ 21.623,00
Mandaguari	34.289	R\$ 34.007,00	Mandaguari	Dois Vizinhos	39.138	R\$ 33.503,00
				Jaguariaíva	34.468	R\$ 37.367,00
				Marialva	34.388	R\$ 37.688,00
				Quedas do Iguaçu	32.982	R\$ 34.178,00
				Rio Branco do Sul	32.232	R\$ 36.451,00
Mal. Cândido Rondon	50.808	R\$ 36.042,00	Mal. Cândido Rondon	Cornélio Procópio	28.339	R\$ 28.339,00
				Dois Vizinhos	39.138	R\$ 33.503,00
				Lapa	47.557	R\$ 29.436,00
				Rolândia	63.316	R\$ 36.221,00
				São Mateus do Sul	44.594	R\$ 26.283,00
Medianeira	44.885	R\$ 33.029,00	Medianeira	Campina Grande do Sul	41.821	R\$ 26.275,00
				Cornélio Procópio	28.339	R\$ 28.339,00
				Dois Vizinhos	39.138	R\$ 33.503,00
				Lapa	47.557	R\$ 29.436,00
				São Mateus do Sul	44.594	R\$ 26.283,00
Palmas	47.674	R\$ 20.534,00	Palmas	Campina Grande do Sul	41.821	R\$ 26.275,00
				Prudentópolis	51.567	R\$ 18.060,00
				Santo Antônio da Platina	45.299	R\$ 21.579,00
				São Mateus do Sul	44.594	R\$ 26.283,00
				Jaguariaíva	34.468	R\$ 37.367,00
Palmeira	33.753	R\$ 30.486,00	Palmeira	Matinhos	32.591	R\$ 27.084,00
				Quedas do Iguaçu	32.982	R\$ 34.178,00
				Rio Branco do Sul	32.232	R\$ 36.451,00
				Rio Negro	33.395	R\$ 28.940,00
				Pinhais	127.045	R\$ 40.075,00
Paranaguá	150.660	R\$ 47.256,00	Paranaguá	Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 19.076,00
Paranavaí	86.773	R\$ 24.552,00	Paranavaí	Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 19.076,00
Pato Branco	79.011	R\$ 38.833,00	Pato Branco	Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 19.076,00
				Castro	70.810	R\$ 31.935,00
				Rolândia	63.316	R\$ 36.221,00
Toledo	132.077	R\$ 36.892,00	Toledo	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
Umuarama	108.218	R\$ 28.752,00	Umuarama	Cambé	103.822	R\$ 34.094,00
União da Vitória	56.265	R\$ 22.373,00	União da Vitória	Campina Grande do Sul	41.821	R\$ 26.275,00
				Cornélio Procópio	28.339	R\$ 28.339,00
				Prudentópolis	51.567	R\$ 18.060,00
				Santo Antônio da Platina	45.299	R\$ 21.579,00
				São Mateus do Sul	44.594	R\$ 26.283,00

Fonte: elaboração própria (2020).

## APÊNDICE B – DADOS E INDICADORES CALCULADOS

### a) Municípios com OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2015

Município	2015									2015								
	IGP-LP 1 - Receitas									IGP-LP 2 - Despesas								
	Receitas (receitas-total)									Despesas (gasto por função-total)						Outras Despesas (C/pessoal)		Outras Despesas (Nível de Investimento)
	população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipwa	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total
Apucarana	130.430	R\$ 46.902.883,96	R\$ 11.656.296,59	R\$ 15.614.344,61	R\$ 45.854.713,76	R\$ 39.593.056,17	R\$ 15.084.532,95	R\$ 250.810.099,24	R\$ 85.792.764,99	R\$ 63.713.931,63	R\$ 2.087.351,59	R\$ 31.546.035,79	R\$ 6.547.566,68	R\$ 960.704,91	R\$ 33.744.602,36	R\$ 120.469.754,41	R\$ 11.854.411,65	R\$ 247.181.163,93
Arapongas	115.412	R\$ 44.114.420,61	R\$ 5.269.171,90	R\$ 13.202.332,69	R\$ 39.509.800,58	R\$ 59.651.307,72	R\$ 15.310.405,69	R\$ 206.776.287,67	R\$ 47.778.884,10	R\$ 46.180.597,87	R\$ 10.089.289,61	R\$ 24.601.593,09	R\$ 6.621.688,44	R\$ 400.916,35	R\$ 21.019.780,25	R\$ 97.636.906,09	R\$ 6.668.926,49	R\$ 200.147.400,48
Assis Chateaubriand	34.027	R\$ 9.618.536,29	R\$ 2.071.660,69	R\$ 2.504.080,50	R\$ 19.523.849,50	R\$ 26.163.157,73	R\$ 3.903.383,70	R\$ 72.496.158,50	R\$ 18.569.319,58	R\$ 20.646.444,78	R\$ 344.023,84	R\$ 17.208.350,39	R\$ 3.295.177,02	R\$ 77.939,96	R\$ 7.614.761,26	R\$ 36.155.954,36	R\$ 11.859.625,98	R\$ 80.011.145,34
Campo Largo	124.098	R\$ 43.257.372,46	R\$ 8.040.193,06	R\$ 17.070.171,64	R\$ 41.488.180,16	R\$ 53.648.107,00	R\$ 15.016.541,88	R\$ 211.333.764,70	R\$ 45.785.944,13	R\$ 58.678.545,44	R\$ 3.963.515,62	R\$ 29.349.528,95	R\$ 5.505.935,42	R\$ 7.224.283,92	R\$ 17.047.160,32	R\$ 113.288.348,26	R\$ 7.112.895,98	R\$ 266.089.455,45
Campo Mourão	92.930	R\$ 44.029.990,90	R\$ 10.926.546,55	R\$ 17.187.500,43	R\$ 36.607.217,78	R\$ 37.897.979,11	R\$ 13.609.158,17	R\$ 211.434.239,98	R\$ 67.884.183,13	R\$ 52.144.000,02	R\$ 539.677,64	R\$ 19.493.917,06	R\$ 7.302.983,41	R\$ 9.753.311,00	R\$ 21.035.737,14	R\$ 116.164.040,98	R\$ 9.310.674,63	R\$ 238.489.794,01
Cianorte	77.515	R\$ 48.527.469,48	R\$ 20.917.134,95	R\$ 11.208.310,29	R\$ 31.726.255,45	R\$ 41.240.843,77	R\$ 11.398.477,07	R\$ 188.794.895,60	R\$ 59.740.413,88	R\$ 39.149.719,43	R\$ 362.172,81	R\$ 15.639.771,39	R\$ 10.851.412,77	R\$ 3.686.391,74	R\$ 17.147.170,79	R\$ 81.970.661,02	R\$ 6.586.126,80	R\$ 185.768.995,59
Faxinal	17.160	R\$ 3.681.444,71	R\$ 1.089.181,07	R\$ 871.594,21	R\$ 14.642.886,82	R\$ 8.575.685,11	R\$ 1.406.988,76	R\$ 33.665.287,70	R\$ 9.739.320,59	R\$ 8.578.173,44	R\$ 1.316,72	R\$ 3.400.586,63	R\$ 1.792.117,27	R\$ 144.738,68	R\$ 6.026.695,06	R\$ 17.334.505,72	R\$ 3.079.563,23	R\$ 36.447.717,24
Francisco Beltrão	86.499	R\$ 38.140.036,32	R\$ 9.317.679,07	R\$ 13.433.164,91	R\$ 34.166.736,53	R\$ 38.603.690,97	R\$ 13.100.235,27	R\$ 194.177.642,48	R\$ 72.747.699,56	R\$ 53.478.177,55	R\$ -	R\$ 20.464.045,33	R\$ 6.241.531,33	R\$ 4.594.437,04	R\$ 16.898.248,46	R\$ 80.844.221,36	R\$ 13.244.534,55	R\$ 201.341.954,92
Goioerê	29.702	R\$ 9.707.941,95	R\$ 3.398.627,29	R\$ 2.595.101,57	R\$ 17.083.368,32	R\$ 12.065.995,85	R\$ 3.556.518,36	R\$ 58.843.523,03	R\$ 15.313.625,63	R\$ 15.074.892,95	R\$ 229.841,68	R\$ 5.200.190,46	R\$ 2.651.326,33	R\$ 954.326,30	R\$ 8.364.229,05	R\$ 28.625.176,24	R\$ 3.153.211,70	R\$ 61.786.514,45
Iratí	59.708	R\$ 19.067.650,00	R\$ 5.153.584,30	R\$ 6.999.292,20	R\$ 26.845.293,05	R\$ 22.863.573,69	R\$ 6.523.667,95	R\$ 100.826.962,92	R\$ 21.862.973,05	R\$ 26.991.550,49	R\$ 1.223.385,98	R\$ 15.158.548,14	R\$ 3.792.010,73	R\$ 4.700.762,87	R\$ 12.629.785,81	R\$ 50.213.429,64	R\$ 11.177.843,84	R\$ 124.281.098,21
Laranjeiras do Sul	32.133	R\$ 8.737.534,84	R\$ 1.853.793,94	R\$ 3.793.008,50	R\$ 19.528.211,05	R\$ 9.412.675,27	R\$ 3.330.365,45	R\$ 57.363.866,42	R\$ 13.417.249,16	R\$ 17.557.986,65	R\$ 323.827,81	R\$ 8.612.703,63	R\$ 2.915.416,26	R\$ 993.965,40	R\$ 6.300.716,01	R\$ 26.698.537,66	R\$ 10.113.532,55	R\$ 64.795.704,22
Mandaguari	34.289	R\$ 14.443.459,99	R\$ 3.044.631,57	R\$ 3.751.346,14	R\$ 19.523.849,50	R\$ 16.181.569,85	R\$ 3.743.540,13	R\$ 78.663.863,55	R\$ 18.716.206,85	R\$ 24.293.497,21	R\$ 489.432,76	R\$ 7.299.644,79	R\$ 2.969.025,17	R\$ 1.283.091,40	R\$ 11.557.135,79	R\$ 39.489.917,66	R\$ 3.611.052,53	R\$ 82.356.087,84
Mal. Cândido Rondon	50.808	R\$ 22.333.105,72	R\$ 4.681.661,70	R\$ 7.507.783,26	R\$ 24.330.376,19	R\$ 35.166.292,09	R\$ 7.792.084,59	R\$ 140.567.009,62	R\$ 26.459.559,57	R\$ 29.806.949,88	R\$ 230.433,77	R\$ 14.678.705,77	R\$ 4.058.760,85	R\$ 2.410.395,62	R\$ 19.788.897,18	R\$ 63.678.871,28	R\$ 7.549.058,40	R\$ 130.363.571,01
Medianeira	44.885	R\$ 19.957.826,94	R\$ 3.814.245,78	R\$ 7.380.528,98	R\$ 24.404.811,87	R\$ 22.771.789,29	R\$ 6.659.657,66	R\$ 98.076.096,18	R\$ 23.516.543,04	R\$ 25.198.388,01	R\$ -	R\$ 16.934.223,42	R\$ 2.885.207,03	R\$ 1.448.641,86	R\$ 13.695.311,24	R\$ 44.491.738,00	R\$ 8.519.611,53	R\$ 101.536.690,96
Palmas	47.674	R\$ 10.231.434,41	R\$ 2.824.914,92	R\$ 2.842.860,53	R\$ 24.404.811,87	R\$ 14.700.274,90	R\$ 3.922.341,27	R\$ 81.535.088,01	R\$ 20.954.821,56	R\$ 25.763.273,04	R\$ 735.131,65	R\$ 15.649.274,23	R\$ 3.583.544,47	R\$ 539.994,50	R\$ 7.377.949,60	R\$ 35.340.133,99	R\$ 9.421.398,41	R\$ 89.603.767,43
Palmeira	33.753	R\$ 13.014.992,64	R\$ 2.192.157,49	R\$ 7.394.774,89	R\$ 20.398.977,83	R\$ 24.522.351,21	R\$ 3.408.986,62	R\$ 73.912.004,56	R\$ 20.477.422,12	R\$ 20.968.551,25	R\$ 305.178,91	R\$ 8.932.095,04	R\$ 2.461.277,08	R\$ 2.805.754,84	R\$ 8.874.523,25	R\$ 39.513.167,87	R\$ 2.963.573,21	R\$ 96.428.671,22
Paranaguá	150.660	R\$ 138.993.694,78	R\$ 12.599.028,46	R\$ 102.945.157,26	R\$ 60.018.085,08	R\$ 69.866.958,18	R\$ 13.655.244,02	R\$ 353.480.315,70	R\$ 45.441.942,03	R\$ 83.789.356,77	R\$ 2.333.879,01	R\$ 15.965.659,87	R\$ 965.794,76	R\$ 407.032,86	R\$ 84.391.644,46	R\$ 168.205.161,52	R\$ 11.814.458,35	R\$ 291.637.571,27
Paranavai	86.773	R\$ 41.583.111,69	R\$ 11.680.360,84	R\$ 10.988.769,20	R\$ 34.166.736,53	R\$ 25.687.315,57	R\$ 12.633.581,88	R\$ 159.725.091,93	R\$ 90.789.661,82	R\$ 47.149.053,18	R\$ 1.061.918,95	R\$ 5.476.511,29	R\$ 5.603.519,00	R\$ 2.264.392,45	R\$ 14.941.796,91	R\$ 82.902.398,58	R\$ 17.947.983,32	R\$ 199.578.029,70
Pato Branco	79.011	R\$ 39.679.161,65	R\$ 7.358.764,21	R\$ 14.837.410,32	R\$ 31.726.482,24	R\$ 38.494.990,21	R\$ 14.928.666,54	R\$ 210.206.501,32	R\$ 41.210.401,78	R\$ 40.168.414,08	R\$ 274.921,24	R\$ 24.577.344,57	R\$ 7.316.170,01	R\$ 1.889.373,65	R\$ 11.533.978,92	R\$ 99.925.434,77	R\$ 5.708.731,67	R\$ 204.714.940,53
Toledo	132.077	R\$ 77.118.477,11	R\$ 24.597.378,88	R\$ 25.496.246,67	R\$ 43.928.661,40	R\$ 83.433.963,28	R\$ 20.729.571,01	R\$ 304.031.008,59	R\$ 67.024.213,35	R\$ 68.052.459,92	R\$ 4.938.550,46	R\$ 24.277.397,79	R\$ 16.982.193,36	R\$ 7.649.171,39	R\$ 21.943.649,23	R\$ 155.632.765,11	R\$ 25.788.532,67	R\$ 384.815.424,15
Umuarama	108.218	R\$ 62.652.306,45	R\$ 18.381.847,63	R\$ 19.048.876,96	R\$ 39.047.699,00	R\$ 34.170.506,00	R\$ 17.128.425,36	R\$ 241.307.634,65	R\$ 87.135.526,91	R\$ 49.249.609,14	R\$ 6.286.409,14	R\$ 28.316.209,55	R\$ 7.289.445,35	R\$ 1.113.265,32	R\$ 19.050.590,17	R\$ 117.449.759,05	R\$ 19.277.617,63	R\$ 264.484.326,88
União da Vitória	56.265	R\$ 26.044.286,11	R\$ 9.532.547,24	R\$ 7.445.766,24	R\$ 26.845.293,05	R\$ 15.387.495,66	R\$ 5.900.593,01	R\$ 127.358.923,58	R\$ 19.487.418,44	R\$ 47.903.109,89	R\$ 25.670,97	R\$ 4.682.714,78	R\$ 3.816.216,79	R\$ 3.391.706,87	R\$ 17.435.372,11	R\$ 78.051.376,97	R\$ 6.275.516,44	R\$ 153.425.525,72

Fonte: Elaboração própria (2020).

## b) Municípios com OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2016

Município	2016																		
	IGP-LP 1 - Receitas								IGP-LP 2 - Despesas										
	Receitas (receitas-total)								Despesas (gasto por função-total)							Outras Despesas (C/pessoal)		Outras Despesas (Nível de Investimento)	
	população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total	
Apucarana	131.571	R\$ 50.297.900,16	R\$ 12.272.669,25	R\$ 17.386.761,98	R\$ 53.805.129,79	R\$ 41.358.312,01	R\$ 16.380.743,86	R\$ 279.138.381,48	R\$ 99.343.857,64	R\$ 80.965.378,47	R\$ 2.319.027,91	R\$ 52.206.909,68	R\$ 7.510.385,29	R\$ 803.336,49	R\$ 34.497.943,51	R\$ 135.416.904,59	R\$ 24.910.607,80	R\$ 299.290.743,47	
Arapongas	116.960	R\$ 50.014.754,22	R\$ 7.130.209,04	R\$ 16.423.865,21	R\$ 44.539.818,39	R\$ 60.876.093,98	R\$ 16.264.065,41	R\$ 229.230.658,23	R\$ 51.309.958,31	R\$ 52.635.280,84	R\$ 11.494.626,17	R\$ 24.857.223,78	R\$ 7.507.745,37	R\$ 278.932,24	R\$ 18.680.789,69	R\$ 110.780.759,67	R\$ 2.246.904,37	R\$ 227.010.668,42	
Assis Chateaubriand	34.046	R\$ 10.678.581,93	R\$ 2.089.631,94	R\$ 2.892.817,15	R\$ 23.913.391,02	R\$ 28.438.315,67	R\$ 4.427.203,94	R\$ 81.265.766,07	R\$ 22.354.547,25	R\$ 22.509.202,97	R\$ 396.662,24	R\$ 14.115.823,31	R\$ 3.419.764,42	R\$ 75.468,26	R\$ 7.489.299,22	R\$ 41.666.351,08	R\$ 6.937.689,55	R\$ 85.095.309,18	
Campo Largo	125.719	R\$ 35.614.926,99	R\$ 8.526.974,33	R\$ 16.974.632,34	R\$ 47.323.556,97	R\$ 54.319.185,76	R\$ 15.862.159,47	R\$ 232.676.455,15	R\$ 49.531.782,62	R\$ 67.209.379,62	R\$ 4.105.019,73	R\$ 38.151.788,90	R\$ 5.728.233,41	R\$ 7.972.632,01	R\$ 16.632.751,49	R\$ 130.356.041,70	R\$ 7.669.992,81	R\$ 297.296.623,54	
Campo Mourão	93.547	R\$ 6.788.692,72	R\$ 15.441.787,90	R\$ 18.168.040,56	R\$ 41.756.079,71	R\$ 37.867.716,99	R\$ 14.955.251,49	R\$ 227.947.806,94	R\$ 73.404.692,23	R\$ 59.465.873,08	R\$ 142.165,56	R\$ 13.925.092,96	R\$ 7.002.151,48	R\$ 13.781.441,46	R\$ 22.032.457,93	R\$ 129.417.766,19	R\$ 3.492.592,65	R\$ 260.607.094,65	
Cianorte	78.553	R\$ 50.997.995,72	R\$ 22.374.875,57	R\$ 11.162.619,83	R\$ 38.859.260,40	R\$ 44.644.841,91	R\$ 12.463.666,54	R\$ 206.927.145,89	R\$ 73.758.443,48	R\$ 46.137.160,28	R\$ 425.211,39	R\$ 17.281.206,05	R\$ 11.988.149,51	R\$ 4.081.930,15	R\$ 19.243.915,32	R\$ 88.001.263,10	R\$ 12.852.965,88	R\$ 211.880.540,89	
Faxinal	17.233	R\$ 3.915.925,22	R\$ 1.423.614,09	R\$ 892.362,67	R\$ 16.702.431,91	R\$ 8.455.662,35	R\$ 1.496.211,90	R\$ 37.354.070,86	R\$ 11.862.281,13	R\$ 10.044.383,45	R\$ 250,00	R\$ 4.346.728,10	R\$ 2.012.819,20	R\$ 2.727,38	R\$ 6.890.791,84	R\$ 19.463.275,96	R\$ 3.686.475,56	R\$ 41.645.420,54	
Francisco Beltrão	87.491	R\$ 38.281.055,69	R\$ 10.301.762,78	R\$ 14.889.108,53	R\$ 38.972.341,06	R\$ 41.246.784,85	R\$ 14.001.923,11	R\$ 218.250.546,08	R\$ 77.081.993,09	R\$ 59.346.777,45	R\$ -	R\$ 27.291.587,32	R\$ 7.791.941,53	R\$ 5.410.745,44	R\$ 18.769.715,05	R\$ 91.739.926,82	R\$ 18.816.097,04	R\$ 226.953.542,53	
Goioerê	29.683	R\$ 8.613.054,68	R\$ 3.523.741,01	R\$ 2.856.521,99	R\$ 19.635.112,29	R\$ 12.720.992,13	R\$ 3.905.148,28	R\$ 71.513.990,92	R\$ 18.142.114,71	R\$ 18.827.381,65	R\$ 302.795,88	R\$ 8.580.716,43	R\$ 3.240.304,83	R\$ 1.199.978,76	R\$ 8.234.224,30	R\$ 31.541.234,45	R\$ 9.392.037,87	R\$ 76.339.623,95	
Irati	60.070	R\$ 18.689.857,71	R\$ 5.564.260,37	R\$ 7.379.761,28	R\$ 30.621.125,12	R\$ 23.244.662,53	R\$ 7.024.787,69	R\$ 107.265.463,50	R\$ 21.811.592,75	R\$ 31.283.554,24	R\$ 1.409.235,12	R\$ 17.535.242,48	R\$ 4.907.506,19	R\$ 4.580.736,12	R\$ 13.664.476,59	R\$ 58.554.219,26	R\$ 10.079.567,92	R\$ 141.006.557,63	
Laranjeiras do Sul	32.228	R\$ 9.399.023,36	R\$ 2.033.800,31	R\$ 3.940.306,90	R\$ 22.269.909,15	R\$ 10.433.292,79	R\$ 3.623.899,82	R\$ 68.441.040,17	R\$ 15.368.450,08	R\$ 19.747.440,55	R\$ 391.956,82	R\$ 9.254.267,31	R\$ 3.179.983,10	R\$ 1.082.123,90	R\$ 7.527.291,61	R\$ 31.255.722,34	R\$ 12.817.315,52	R\$ 74.597.940,79	
Mandaguari	34.425	R\$ 12.824.461,71	R\$ 3.184.814,04	R\$ 4.456.598,73	R\$ 22.269.909,15	R\$ 18.033.160,41	R\$ 4.037.700,17	R\$ 85.759.736,00	R\$ 21.077.874,16	R\$ 26.119.853,00	R\$ 265.426,75	R\$ 9.806.707,40	R\$ 3.281.175,97	R\$ 1.702.241,66	R\$ 11.648.379,13	R\$ 44.482.911,59	R\$ 6.553.116,15	R\$ 90.604.757,20	
Mal. Cândido Rondon	51.306	R\$ 25.537.362,07	R\$ 5.591.775,13	R\$ 8.753.295,17	R\$ 27.837.386,44	R\$ 39.226.303,72	R\$ 8.109.396,66	R\$ 156.710.943,14	R\$ 32.782.077,72	R\$ 37.211.099,37	R\$ 693.237,50	R\$ 15.492.719,95	R\$ 5.381.948,25	R\$ 5.544.784,14	R\$ 24.653.913,87	R\$ 80.101.234,45	R\$ 9.912.504,44	R\$ 159.317.496,77	
Medianeira	45.239	R\$ 22.945.861,59	R\$ 4.553.928,77	R\$ 7.905.520,27	R\$ 27.797.386,44	R\$ 25.122.393,11	R\$ 7.322.520,34	R\$ 109.569.102,73	R\$ 27.016.510,85	R\$ 29.542.446,96	R\$ -	R\$ 22.278.788,39	R\$ 3.789.626,79	R\$ 928.848,30	R\$ 13.826.202,01	R\$ 62.427.861,48	R\$ 12.685.279,10	R\$ 125.453.152,88	
Palmas	48.339	R\$ 11.167.271,08	R\$ 3.338.095,73	R\$ 3.223.089,80	R\$ 27.909.186,19	R\$ 16.852.778,47	R\$ 4.286.873,30	R\$ 93.224.046,59	R\$ 22.397.055,39	R\$ 30.282.381,70	R\$ 714.771,76	R\$ 14.423.390,84	R\$ 6.283.082,89	R\$ 445.783,99	R\$ 9.427.746,70	R\$ 41.825.934,00	R\$ 10.538.114,56	R\$ 97.923.465,48	
Palmeira	33.889	R\$ 13.332.209,08	R\$ 2.112.022,76	R\$ 7.400.262,58	R\$ 22.987.927,39	R\$ 25.020.237,55	R\$ 3.674.670,52	R\$ 91.670.685,32	R\$ 21.540.077,70	R\$ 21.138.305,48	R\$ 422.353,71	R\$ 9.166.408,45	R\$ 2.808.525,64	R\$ 2.299.454,73	R\$ 10.155.701,75	R\$ 46.043.825,48	R\$ 4.877.204,58	R\$ 88.494.156,14	
Paranaguá	151.829	R\$ 163.798.044,55	R\$ 17.506.287,55	R\$ 123.973.470,97	R\$ 68.424.717,03	R\$ 76.488.610,77	R\$ 15.170.613,21	R\$ 430.123.131,22	R\$ 58.462.751,77	R\$ 97.943.213,88	R\$ 4.150.091,55	R\$ 26.911.722,45	R\$ 1.215.523,62	R\$ 14.724,24	R\$ 96.568.487,07	R\$ 207.807.318,37	R\$ 3.636.157,97	R\$ 385.297.881,43	
Paranavai	87.316	R\$ 36.939.107,68	R\$ 11.856.739,24	R\$ 13.343.953,26	R\$ 38.972.341,06	R\$ 27.656.527,30	R\$ 13.773.132,16	R\$ 179.710.635,78	R\$ 42.856.982,27	R\$ 47.997.529,06	R\$ 2.879.407,35	R\$ 24.896.854,56	R\$ 7.699.143,22	R\$ 2.790.686,00	R\$ 12.968.463,35	R\$ 93.769.892,92	R\$ 21.424.695,02	R\$ 218.782.077,86	
Pato Branco	79.869	R\$ 43.250.375,25	R\$ 7.901.793,38	R\$ 15.410.716,51	R\$ 38.859.260,40	R\$ 39.636.394,15	R\$ 16.171.200,32	R\$ 235.720.901,28	R\$ 103.672.224,01	R\$ 55.082.726,32	R\$ 141.326,02	R\$ 15.032.292,97	R\$ 5.998.935,62	R\$ 4.264.529,85	R\$ 14.829.235,46	R\$ 117.602.285,81	R\$ 16.814.509,81	R\$ 234.258.081,95	
Toledo	133.824	R\$ 88.107.617,95	R\$ 28.709.080,52	R\$ 27.657.720,15	R\$ 50.107.295,64	R\$ 92.577.713,04	R\$ 22.290.296,12	R\$ 347.869.872,50	R\$ 80.771.273,51	R\$ 77.752.709,74	R\$ 5.517.863,49	R\$ 31.751.828,51	R\$ 20.657.246,87	R\$ 11.353.171,84	R\$ 25.540.020,09	R\$ 188.298.981,54	R\$ 39.179.314,56	R\$ 462.343.579,71	
Umuarama	109.132	R\$ 61.351.999,53	R\$ 20.737.899,49	R\$ 19.265.814,70	R\$ 44.539.818,37	R\$ 36.065.929,66	R\$ 18.973.644,23	R\$ 267.238.280,60	R\$ 91.984.314,11	R\$ 53.088.304,58	R\$ 6.314.306,23	R\$ 33.980.686,69	R\$ 7.358.220,37	R\$ 398.778,20	R\$ 14.699.736,39	R\$ 133.987.852,59	R\$ 24.220.446,34	R\$ 301.452.702,42	
União da Vitória	56.650	R\$ 27.751.111,84	R\$ 10.404.964,18	R\$ 9.498.161,92	R\$ 30.621.125,12	R\$ 16.350.420,30	R\$ 5.960.056,04	R\$ 140.598.580,92	R\$ 23.026.218,92	R\$ 50.321.870,93	R\$ 40.794,73	R\$ 4.905.245,73	R\$ 3.676.259,92	R\$ 4.524.194,84	R\$ 22.719.233,95	R\$ 88.185.244,67	R\$ 10.114.865,60	R\$ 172.950.636,87	

Fonte: Elaboração própria (2020).



## c) Municípios com OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2017

Município	2017																			
	IGP-LP 1 - Receitas									IGP-LP 2 - Despesas										
	Receitas (receitas-total)									Despesas (gasto por função-total)									Outras Despesas (C/peçoal)	Outras Despesas (Nível de Investimento)
	população	receita tributária (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total		
Apucarana	132.691	R\$ 56.171.625,74	R\$ 15.142.542,52	R\$ 18.589.135,17	R\$ 51.991.313,62	R\$ 46.129.590,83	R\$ 16.962.606,50	R\$ 304.107.803,18	R\$ 101.760.535,19	R\$ 79.233.617,77	R\$ 2.543.102,62	R\$ 31.285.649,65	R\$ 6.029.412,20	R\$ 476.402,12	R\$ 35.511.539,44	R\$ 143.357.258,25	R\$ 13.465.104,69	R\$ 294.025.236,62		
Arapongas	118.477	R\$ 63.135.716,43	R\$ 8.594.334,86	R\$ 20.026.688,69	R\$ 45.035.214,86	R\$ 66.367.662,33	R\$ 16.973.833,76	R\$ 247.950.557,36	R\$ 57.515.578,14	R\$ 58.426.111,40	R\$ 11.990.269,69	R\$ 28.345.464,97	R\$ 7.512.754,83	-	R\$ 19.792.702,43	R\$ 119.379.533,78	R\$ 5.898.857,38	R\$ 236.171.590,57		
Assis Chateaubriand	34.064	R\$ 10.223.592,72	R\$ 2.373.336,80	R\$ 2.967.030,40	R\$ 23.107.250,53	R\$ 32.455.979,72	R\$ 4.589.482,58	R\$ 86.265.363,02	R\$ 26.141.148,64	R\$ 24.013.689,61	R\$ 442.378,78	R\$ 14.701.141,42	R\$ 3.994.122,42	R\$ 74.708,63	R\$ 7.082.097,99	R\$ 44.746.113,45	R\$ 8.827.255,52	R\$ 95.321.771,51		
Campo Largo	127.309	R\$ 54.311.791,05	R\$ 9.858.755,64	R\$ 18.385.029,19	R\$ 45.035.214,86	R\$ 59.778.518,69	R\$ 16.322.762,06	R\$ 251.000.871,94	R\$ 52.363.204,91	R\$ 69.965.422,82	R\$ 4.685.413,71	R\$ 29.544.937,11	R\$ 5.640.973,83	R\$ 7.176.210,77	R\$ 16.517.952,59	R\$ 145.096.914,43	R\$ 5.209.363,86	R\$ 309.517.041,17		
Campo Mourão	94.153	R\$ 62.442.332,37	R\$ 20.293.554,05	R\$ 20.035.585,26	R\$ 39.736.954,24	R\$ 40.331.164,68	R\$ 15.452.410,55	R\$ 249.710.410,20	R\$ 76.680.542,62	R\$ 59.674.974,60	R\$ 203.909,51	R\$ 12.243.933,29	R\$ 6.481.963,04	R\$ 10.239.755,15	R\$ 20.436.256,03	R\$ 131.712.258,70	R\$ 1.537.662,32	R\$ 304.811.308,88		
Cianorte	79.571	R\$ 53.968.804,55	R\$ 24.333.130,53	R\$ 11.813.894,71	R\$ 37.549.282,05	R\$ 48.836.399,29	R\$ 12.629.204,24	R\$ 217.778.088,36	R\$ 73.297.419,99	R\$ 52.487.653,64	R\$ 418.780,28	R\$ 16.885.163,45	R\$ 11.188.632,04	R\$ 5.718.944,61	R\$ 21.289.617,43	R\$ 95.480.592,33	R\$ 10.368.979,00	R\$ 219.033.186,10		
Faxinal	17.306	R\$ 5.212.129,23	R\$ 1.857.743,99	R\$ 889.808,64	R\$ 15.894.780,90	R\$ 9.968.312,26	R\$ 1.584.765,87	R\$ 42.301.820,69	R\$ 12.488.830,56	R\$ 11.350.584,38	R\$ 239,96	R\$ 4.057.212,38	R\$ 2.263.785,55	R\$ 202.400,49	R\$ 7.205.462,52	R\$ 21.267.409,04	R\$ 3.796.425,91	R\$ 43.813.216,17		
Francisco Beltrão	88.465	R\$ 45.476.220,69	R\$ 11.499.769,41	R\$ 15.136.602,12	R\$ 37.087.823,97	R\$ 47.334.851,89	R\$ 14.647.156,04	R\$ 238.072.519,69	R\$ 86.306.508,64	R\$ 59.121.896,77	-	R\$ 20.840.079,30	R\$ 6.937.918,94	R\$ 4.775.697,41	R\$ 20.068.394,47	R\$ 97.597.736,66	R\$ 11.967.372,29	R\$ 231.121.111,40		
Goioerê	29.664	R\$ 12.099.701,37	R\$ 4.494.691,47	R\$ 3.053.377,34	R\$ 18.543.911,96	R\$ 14.911.258,39	R\$ 4.007.853,74	R\$ 68.628.314,99	R\$ 18.764.368,40	R\$ 20.860.331,05	R\$ 318.475,18	R\$ 8.884.740,70	R\$ 2.927.586,70	R\$ 635.871,16	R\$ 8.850.316,84	R\$ 35.363.817,54	R\$ 9.060.424,97	R\$ 74.656.545,65		
Irati	60.425	R\$ 24.050.805,83	R\$ 6.454.347,79	R\$ 8.664.763,94	R\$ 29.140.433,14	R\$ 25.836.152,38	R\$ 7.362.724,21	R\$ 117.855.666,19	R\$ 23.519.990,28	R\$ 32.556.676,44	R\$ 1.883.577,48	R\$ 14.093.303,85	R\$ 6.782.345,70	R\$ 4.280.633,24	R\$ 16.242.166,97	R\$ 66.588.304,56	R\$ 7.929.900,85	R\$ 150.948.264,92		
Laranjeiras do Sul	32.379	R\$ 9.770.628,94	R\$ 2.459.165,57	R\$ 4.240.185,61	R\$ 21.193.042,29	R\$ 11.879.692,27	R\$ 3.698.531,94	R\$ 69.917.993,11	R\$ 15.192.027,07	R\$ 20.620.784,83	R\$ 121.481,44	R\$ 3.577.060,29	R\$ 2.615.831,23	R\$ 971.474,02	R\$ 6.033.494,47	R\$ 31.002.276,81	R\$ 4.137.046,38	R\$ 73.393.560,33		
Mandaguari	34.559	R\$ 13.571.158,62	R\$ 3.626.314,33	R\$ 4.129.736,07	R\$ 21.193.042,29	R\$ 21.603.269,42	R\$ 3.965.805,49	R\$ 87.812.381,03	R\$ 21.876.679,95	R\$ 26.597.203,35	R\$ 83.987,34	R\$ 7.000.480,48	R\$ 3.422.634,96	R\$ 1.841.548,92	R\$ 12.265.746,96	R\$ 46.339.737,58	R\$ 2.670.596,49	R\$ 91.118.956,04		
Mal. Cândido Rondon	51.795	R\$ 30.988.507,15	R\$ 6.663.669,08	R\$ 9.336.772,09	R\$ 29.140.433,14	R\$ 45.611.097,77	R\$ 8.341.429,06	R\$ 172.410.560,60	R\$ 40.204.096,10	R\$ 38.378.332,11	R\$ 59.648,41	R\$ 14.688.818,51	R\$ 5.065.058,41	R\$ 5.776.157,49	R\$ 20.324.429,23	R\$ 87.072.437,77	R\$ 7.306.028,36	R\$ 177.240.308,31		
Medianeira	45.586	R\$ 27.004.830,16	R\$ 5.542.921,14	R\$ 9.239.999,35	R\$ 26.491.302,84	R\$ 29.498.229,46	R\$ 7.529.928,60	R\$ 121.061.868,95	R\$ 31.136.944,12	R\$ 33.113.270,42	-	R\$ 21.604.836,63	R\$ 4.792.619,68	R\$ 1.387.597,64	R\$ 15.334.189,77	R\$ 70.537.475,48	R\$ 12.884.203,20	R\$ 142.910.182,97		
Palmas	48.990	R\$ 14.500.722,13	R\$ 3.576.401,87	R\$ 3.691.410,45	R\$ 26.491.302,84	R\$ 21.583.713,44	R\$ 4.493.361,98	R\$ 100.972.182,11	R\$ 28.023.847,60	R\$ 35.695.054,95	R\$ 523.577,64	R\$ 12.296.954,02	R\$ 5.314.612,47	R\$ 906.030,01	R\$ 11.371.795,16	R\$ 48.025.402,32	R\$ 8.208.223,35	R\$ 105.592.222,44		
Palmeira	34.023	R\$ 14.954.911,21	R\$ 2.351.400,10	R\$ 7.553.896,40	R\$ 20.534.147,43	R\$ 27.812.065,02	R\$ 3.797.131,51	R\$ 87.393.878,51	R\$ 25.131.382,43	R\$ 23.295.336,95	R\$ 298.846,81	R\$ 9.189.920,20	R\$ 3.167.642,18	R\$ 3.454.076,29	R\$ 12.388.980,87	R\$ 50.036.747,82	R\$ 6.224.189,43	R\$ 101.951.110,81		
Paranaguá	152.975	R\$ 200.747.076,35	R\$ 20.462.312,48	R\$ 145.036.748,39	R\$ 65.191.351,09	R\$ 79.355.476,31	R\$ 16.074.234,92	R\$ 456.812.267,32	R\$ 60.813.819,03	R\$ 111.176.662,37	R\$ 3.366.663,13	R\$ 31.557.994,54	R\$ 663.890,51	R\$ 124.918,30	R\$ 94.657.084,19	R\$ 211.637.079,32	R\$ 9.066.638,45	R\$ 422.830.676,68		
Paranavai	87.850	R\$ 46.999.970,33	R\$ 11.377.385,93	R\$ 13.556.381,34	R\$ 37.087.823,97	R\$ 31.751.247,99	R\$ 14.241.261,49	R\$ 190.805.122,07	R\$ 46.179.736,63	R\$ 46.974.386,99	R\$ 2.790.963,09	R\$ 18.483.386,98	R\$ 8.154.382,46	R\$ 2.089.566,86	R\$ 12.889.903,17	R\$ 106.215.690,33	R\$ 6.397.806,91	R\$ 224.288.006,83		
Pato Branco	80.710	R\$ 48.644.841,13	R\$ 10.117.749,84	R\$ 16.930.831,99	R\$ 37.549.282,05	R\$ 45.847.770,64	R\$ 16.632.505,51	R\$ 261.310.666,14	R\$ 113.274.847,73	R\$ 60.178.689,52	R\$ 235.746,86	R\$ 17.537.883,23	R\$ 5.970.899,86	R\$ 2.728.037,16	R\$ 13.501.425,72	R\$ 123.442.718,90	R\$ 13.387.106,60	R\$ 259.640.831,06		
Toledo	135.538	R\$ 102.074.779,21	R\$ 34.111.242,89	R\$ 30.509.505,49	R\$ 47.691.243,37	R\$ 111.742.055,11	R\$ 23.873.912,33	R\$ 386.177.331,77	R\$ 95.111.006,78	R\$ 81.341.169,56	R\$ 5.475.002,49	R\$ 26.105.284,39	R\$ 19.840.081,52	R\$ 10.767.740,36	R\$ 23.960.317,14	R\$ 208.759.419,89	R\$ 28.676.057,21	R\$ 500.919.307,53		
Umuarama	109.955	R\$ 77.483.736,00	R\$ 24.744.336,94	R\$ 21.980.310,82	R\$ 42.386.084,55	R\$ 41.391.353,64	R\$ 19.311.442,48	R\$ 296.039.176,55	R\$ 104.726.781,01	R\$ 56.643.103,54	R\$ 7.024.638,66	R\$ 29.354.630,54	R\$ 7.811.895,16	R\$ 1.129.798,79	R\$ 15.484.239,92	R\$ 143.412.419,41	R\$ 10.287.406,01	R\$ 290.073.615,55		
União da Vitória	57.027	R\$ 32.066.312,34	R\$ 11.483.094,06	R\$ 8.028.542,78	R\$ 29.140.444,74	R\$ 18.740.783,99	R\$ 5.915.418,22	R\$ 143.060.065,72	R\$ 23.192.900,15	R\$ 50.193.431,63	R\$ 6.276,03	R\$ 4.329.868,60	R\$ 3.273.120,93	R\$ 5.260.169,22	R\$ 19.695.155,42	R\$ 94.002.192,61	R\$ 2.018.920,73	R\$ 169.141.976,84		

Fonte: Elaboração própria (2020).

## d) Municípios com OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2018

Município	2018																			
	IGP-LP 1 - Receitas									IGP-LP 2 - Despesas										
	Receitas (receitas-total)									Despesas (gasto por função-total)									Outras Despesas (C/pessoal)	Outras Despesas (Nível de Investimento)
	população	receita tributária (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total(RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total		
Apucarana	133.726	R\$ 69.936.206,08	R\$ 22.341.383,87	R\$ 20.249.897,97	R\$ 55.513.929,07	R\$ 46.567.352,92	R\$ 17.782.609,98	R\$ 331.649.246,42	R\$ 113.364.574,78	R\$ 84.029.466,68	R\$ 2.633.218,39	R\$ 37.574.018,50	R\$ 7.063.641,21	R\$ 1.288.490,31	R\$ 38.928.619,49	R\$ 159.724.956,38	R\$ 10.626.849,13	R\$ 321.888.207,55		
Arapongas	121.198	R\$ 67.172.872,40	R\$ 8.670.284,18	R\$ 20.439.080,10	R\$ 48.200.408,82	R\$ 67.937.119,45	R\$ 17.737.496,99	R\$ 263.338.642,52	R\$ 61.473.580,62	R\$ 63.819.609,13	R\$ 12.662.100,60	R\$ 39.799.168,09	R\$ 9.051.615,38	R\$ 121.523,78	R\$ 21.293.175,61	R\$ 124.392.107,20	R\$ 11.839.633,45	R\$ 257.226.772,22		
Assis Chateaubriand	33.397	R\$ 16.482.833,41	R\$ 5.504.983,61	R\$ 3.727.882,30	R\$ 24.672.857,39	R\$ 36.601.956,58	R\$ 4.804.511,68	R\$ 97.558.567,26	R\$ 27.310.901,38	R\$ 29.396.590,18	R\$ 408.951,12	R\$ 20.255.250,55	R\$ 4.675.603,56	R\$ 128.612,57	R\$ 7.430.536,30	R\$ 47.084.132,73	R\$ 14.047.191,81	R\$ 108.874.636,07		
Campo Largo	130.091	R\$ 60.924.584,38	R\$ 13.352.344,73	R\$ 19.771.697,20	R\$ 48.206.994,61	R\$ 63.808.345,14	R\$ 16.852.864,45	R\$ 269.276.140,83	R\$ 54.676.467,39	R\$ 69.629.371,96	R\$ 6.241.631,53	R\$ 31.527.077,03	R\$ 6.129.844,17	R\$ 8.776.631,77	R\$ 18.943.331,85	R\$ 148.053.092,67	R\$ 12.490.690,62	R\$ 328.954.348,25		
Campo Mourão	94.212	R\$ 65.705.473,07	R\$ 22.140.253,66	R\$ 21.157.612,15	R\$ 42.529.772,49	R\$ 40.128.620,37	R\$ 16.018.922,26	R\$ 273.364.149,00	R\$ 89.379.501,00	R\$ 62.774.647,20	R\$ 174.720,29	R\$ 24.278.504,30	R\$ 7.826.774,05	R\$ 10.389.982,94	R\$ 24.559.067,89	R\$ 145.566.911,87	R\$ 10.343.244,03	R\$ 308.376.349,68		
Cianorte	81.393	R\$ 66.076.606,30	R\$ 31.552.793,05	R\$ 14.340.970,66	R\$ 40.093.393,22	R\$ 49.014.928,26	R\$ 13.099.703,36	R\$ 238.257.183,88	R\$ 75.628.857,89	R\$ 54.954.243,50	R\$ 702.367,77	R\$ 16.731.987,86	R\$ 12.693.772,60	R\$ 5.177.569,15	R\$ 21.170.997,80	R\$ 100.136.347,32	R\$ 7.360.896,43	R\$ 243.776.854,23		
Faxinal	17.185	R\$ 5.661.191,22	R\$ 1.951.873,67	R\$ 1.306.433,53	R\$ 18.504.642,95	R\$ 10.855.494,24	R\$ 1.651.787,36	R\$ 46.815.218,88	R\$ 14.506.040,79	R\$ 13.928.749,20	R\$ 65.470,06	R\$ 5.788.739,01	R\$ 2.100.096,61	R\$ 392.784,83	R\$ 6.304.616,89	R\$ 25.176.104,93	R\$ 5.678.147,54	R\$ 50.323.620,27		
Francisco Beltrão	89.942	R\$ 54.462.828,93	R\$ 13.357.137,84	R\$ 19.441.229,95	R\$ 43.177.500,32	R\$ 49.266.844,76	R\$ 15.395.612,69	R\$ 266.266.398,75	R\$ 101.072.972,79	R\$ 62.338.973,76	R\$ 634.937,18	R\$ 31.965.311,10	R\$ 9.447.372,14	R\$ 4.884.126,50	R\$ 16.384.417,82	R\$ 105.338.452,49	R\$ 15.091.226,64	R\$ 297.219.950,08		
Goioerê	28.962	R\$ 13.198.933,97	R\$ 4.727.546,27	R\$ 3.209.652,82	R\$ 19.847.227,17	R\$ 15.934.075,38	R\$ 4.152.929,33	R\$ 77.375.729,05	R\$ 21.554.953,86	R\$ 21.484.074,24	R\$ 516.383,17	R\$ 5.534.404,09	R\$ 3.269.045,44	R\$ 979.226,53	R\$ 7.998.821,39	R\$ 38.264.417,57	R\$ 7.549.275,73	R\$ 78.961.134,54		
Irati	60.357	R\$ 27.212.216,01	R\$ 7.145.842,87	R\$ 9.907.155,35	R\$ 31.188.499,87	R\$ 27.309.630,89	R\$ 7.794.271,36	R\$ 129.477.914,07	R\$ 26.069.797,40	R\$ 35.041.695,08	R\$ 5.343.068,65	R\$ 14.411.627,20	R\$ 8.279.832,63	R\$ 4.699.535,24	R\$ 18.403.924,17	R\$ 71.448.869,29	R\$ 12.169.105,86	R\$ 161.670.690,03		
Laranjeiras do Sul	32.006	R\$ 11.264.137,69	R\$ 2.681.444,64	R\$ 4.579.553,88	R\$ 24.672.857,39	R\$ 12.164.748,44	R\$ 3.844.096,67	R\$ 75.368.996,95	R\$ 17.148.696,45	R\$ 23.218.657,86	R\$ 50.053,01	R\$ 14.793.418,68	R\$ 3.764.124,18	R\$ 372.778,91	R\$ 7.825.372,73	R\$ 42.021.720,99	R\$ 13.480.007,27	R\$ 95.722.480,87		
Mandaguari	34.281	R\$ 15.475.133,22	R\$ 3.952.035,10	R\$ 4.943.096,25	R\$ 24.672.857,39	R\$ 22.358.230,65	R\$ 4.551.410,10	R\$ 92.919.848,40	R\$ 22.811.452,52	R\$ 26.276.400,67	R\$ 119.622,43	R\$ 6.571.111,87	R\$ 3.632.371,33	R\$ 2.097.735,59	R\$ 13.146.887,75	R\$ 47.711.000,95	R\$ 2.890.309,15	R\$ 96.719.568,74		
Mal. Cândido Rondon	52.379	R\$ 34.036.060,48	R\$ 7.102.087,80	R\$ 10.791.224,19	R\$ 31.188.499,87	R\$ 47.405.467,39	R\$ 8.784.969,00	R\$ 186.445.257,05	R\$ 46.678.093,00	R\$ 44.103.487,66	R\$ 44.247,10	R\$ 23.290.588,81	R\$ 5.224.544,31	R\$ 6.082.316,96	R\$ 23.367.711,75	R\$ 95.250.413,51	R\$ 23.685.351,31	R\$ 192.252.215,73		
Medianeira	45.812	R\$ 32.696.228,25	R\$ 7.721.861,92	R\$ 10.630.263,53	R\$ 28.353.190,60	R\$ 30.949.882,89	R\$ 8.061.945,57	R\$ 130.698.802,55	R\$ 32.107.772,18	R\$ 33.822.851,58	R\$ -	R\$ 15.424.487,07	R\$ 5.443.829,42	R\$ 1.187.213,87	R\$ 15.029.213,27	R\$ 74.519.771,25	R\$ 4.738.806,71	R\$ 152.917.675,52		
Palmas	50.198	R\$ 16.737.390,54	R\$ 5.710.328,33	R\$ 4.030.323,10	R\$ 28.353.181,60	R\$ 24.442.319,44	R\$ 4.645.097,76	R\$ 114.265.161,20	R\$ 28.526.418,82	R\$ 34.761.496,31	R\$ 92.864,05	R\$ 13.739.229,41	R\$ 6.036.280,80	R\$ 22.527,60	R\$ 12.508.898,89	R\$ 49.480.889,12	R\$ 9.238.957,91	R\$ 117.738.880,36		
Palmeira	33.757	R\$ 15.157.335,25	R\$ 2.563.579,26	R\$ 7.016.832,81	R\$ 24.672.857,39	R\$ 30.311.166,83	R\$ 4.042.862,54	R\$ 99.174.628,36	R\$ 25.814.169,41	R\$ 24.518.070,36	R\$ -	R\$ 11.985.312,18	R\$ 3.556.355,70	R\$ 2.852.976,48	R\$ 7.897.357,53	R\$ 54.503.511,23	R\$ 6.941.386,83	R\$ 119.356.343,67		
Paranaguá	153.666	R\$ 218.606.703,34	R\$ 20.993.591,45	R\$ 155.866.862,34	R\$ 69.778.773,19	R\$ 83.166.482,35	R\$ 17.066.080,88	R\$ 489.018.445,32	R\$ 82.871.836,88	R\$ 125.170.541,98	R\$ 18.683.686,72	R\$ 37.317.790,58	R\$ 9.426.044,38	R\$ 8.813.444,55	R\$ 69.297.236,80	R\$ 223.750.230,78	R\$ 22.285.640,20	R\$ 450.934.120,41		
Paranavaí	87.813	R\$ 54.534.467,78	R\$ 14.037.061,98	R\$ 15.684.779,04	R\$ 39.694.454,27	R\$ 33.130.801,19	R\$ 14.766.175,04	R\$ 213.747.036,70	R\$ 49.279.315,36	R\$ 52.387.733,02	R\$ 3.046.938,97	R\$ 31.047.109,96	R\$ 8.799.093,03	R\$ 2.327.405,11	R\$ 13.911.000,66	R\$ 112.464.893,14	R\$ 18.742.229,46	R\$ 256.679.750,14		
Pato Branco	81.893	R\$ 60.388.143,13	R\$ 13.866.287,67	R\$ 19.938.183,75	R\$ 40.093.393,22	R\$ 48.397.844,02	R\$ 17.027.666,65	R\$ 281.894.764,49	R\$ 118.020.473,46	R\$ 59.286.838,59	R\$ 247.556,09	R\$ 8.739.128,64	R\$ 6.945.742,04	R\$ 1.902.376,42	R\$ 14.912.881,61	R\$ 124.299.895,70	R\$ 10.225.989,54	R\$ 302.328.774,06		
Toledo	138.572	R\$ 122.316.643,53	R\$ 45.241.963,83	R\$ 35.780.142,88	R\$ 51.035.726,99	R\$ 120.559.114,58	R\$ 24.850.756,60	R\$ 420.310.866,69	R\$ 102.314.338,06	R\$ 85.248.827,98	R\$ 5.806.298,42	R\$ 25.144.817,48	R\$ 19.518.820,46	R\$ 10.470.943,26	R\$ 24.796.297,78	R\$ 223.310.276,94	R\$ 25.305.129,54	R\$ 526.696.642,86		
Umuarama	110.590	R\$ 81.209.390,74	R\$ 27.197.076,61	R\$ 23.138.342,75	R\$ 45.365.090,65	R\$ 40.283.974,20	R\$ 20.068.892,78	R\$ 334.240.329,11	R\$ 132.022.935,00	R\$ 59.738.831,90	R\$ 7.327.291,27	R\$ 45.650.100,90	R\$ 9.725.298,83	R\$ 360.670,28	R\$ 19.320.679,93	R\$ 152.005.750,60	R\$ 29.563.214,79	R\$ 383.725.985,84		
União da Vitória	57.111	R\$ 33.675.087,51	R\$ 12.109.857,82	R\$ 8.765.971,26	R\$ 31.188.499,87	R\$ 20.093.322,55	R\$ 5.749.957,66	R\$ 145.582.750,83	R\$ 26.690.444,86	R\$ 52.107.779,19	R\$ 2.604,37	R\$ 5.869.941,73	R\$ 4.009.436,99	R\$ 5.391.334,21	R\$ 23.101.604,47	R\$ 97.784.657,15	R\$ 4.744.027,03	R\$ 187.331.087,75		

Fonte: Elaboração própria (2020)

## e) Municípios sem OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2015

Município	2015																			
	IGP-LP 1 - Receitas									IGP-LP 2 - Despesas										
	Receitas (receitas-totais)									Despesas (gasto por função-total)									Outras Despesas (C/pessoal)	Outras Despesas (Nível de Investimento)
	população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total		
Astorga	25.976	R\$ 7.162.114,71	R\$ 2.135.978,41	R\$ 1.660.685,72	R\$ 17.083.368,32	R\$ 14.384.363,63	R\$ 2.941.997,84	R\$ 52.284.605,37	R\$ 12.056.490,48	R\$ 15.095.490,23	R\$ 515.363,60	R\$ 6.920.563,21	R\$ 2.520.716,50	R\$ 592.104,36	R\$ 4.724.423,58	R\$ 29.071.145,30	R\$ 3.392.290,72	R\$ 61.559.542,52		
Cambará	25.170	R\$ 5.806.908,01	R\$ 1.022.927,24	R\$ 2.525.355,17	R\$ 17.212.168,65	R\$ 11.624.784,62	R\$ 2.331.207,18	R\$ 44.633.866,03	R\$ 13.287.029,84	R\$ 10.118.891,70	R\$ 1.529.913,63	R\$ 5.818.290,48	R\$ 1.882.432,35	R\$ 427.667,79	R\$ 4.484.792,76	R\$ 22.830.079,45	R\$ 1.323.937,53	R\$ 52.684.485,39		
Cambé	103.822	R\$ 31.452.475,35	R\$ 8.710.685,58	R\$ 11.422.925,28	R\$ 39.047.699,00	R\$ 57.820.337,18	R\$ 10.761.448,02	R\$ 191.926.642,14	R\$ 49.509.636,47	R\$ 46.926.408,17	R\$ 263.432,12	R\$ 15.498.611,83	R\$ 9.816.533,89	R\$ 1.065.432,42	R\$ 22.592.233,08	R\$ 108.526.182,31	R\$ 4.264.708,65	R\$ 231.962.553,06		
Campina Grande do Sul	41.821	R\$ 22.319.761,61	R\$ 5.352.098,78	R\$ 11.316.722,37	R\$ 21.964.330,69	R\$ 16.125.451,13	R\$ 4.508.461,17	R\$ 89.556.892,67	R\$ 15.496.382,21	R\$ 24.952.331,28	R\$ 2.445.768,67	R\$ 14.281.412,48	R\$ 4.773.526,54	R\$ 2.116.240,91	R\$ 11.321.899,91	R\$ 41.344.001,20	R\$ 5.182.613,37	R\$ 97.111.709,42		
Castro	70.810	R\$ 18.594.736,56	R\$ 1.402.170,44	R\$ 10.172.343,35	R\$ 29.285.774,27	R\$ 57.812.344,55	R\$ 7.590.215,33	R\$ 154.638.999,65	R\$ 36.054.059,04	R\$ 47.456.789,99	R\$ 4.844.424,88	R\$ 19.439.743,09	R\$ 7.519.583,13	R\$ 580.205,11	R\$ 14.489.183,30	R\$ 82.360.796,28	R\$ 13.065.365,55	R\$ 149.069.826,96		
Clevalândia	17.373	R\$ 3.213.581,88	R\$ 474.438,60	R\$ 754.897,82	R\$ 14.642.887,12	R\$ 8.892.387,58	R\$ 1.619.899,61	R\$ 36.501.751,15	R\$ 11.410.896,97	R\$ 10.842.267,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.272.377,18	R\$ 495.942,68	R\$ 4.962.648,70	R\$ 16.114.864,24	R\$ 6.154.936,20	R\$ 40.275.323,60		
Cornélio Procopio	48.551	R\$ 23.519.126,80	R\$ 10.284.363,29	R\$ 8.948.995,38	R\$ 24.414.511,08	R\$ 18.148.422,73	R\$ 5.932.593,75	R\$ 98.788.753,29	R\$ 33.692.092,31	R\$ 25.754.264,40	R\$ 237.878,45	R\$ 10.670.491,50	R\$ 2.649.573,88	R\$ 438.002,11	R\$ 14.442.778,66	R\$ 47.799.272,04	R\$ 3.841.866,76	R\$ 102.066.720,65		
Dois Vizinhos	39.138	R\$ 12.407.480,16	R\$ 2.134.340,19	R\$ 5.037.874,51	R\$ 21.960.209,21	R\$ 26.765.324,77	R\$ 5.846.582,13	R\$ 87.679.802,93	R\$ 26.949.613,15	R\$ 23.544.113,07	R\$ 174.307,46	R\$ 10.175.845,18	R\$ 3.099.281,16	R\$ 80.928,36	R\$ 8.861.082,83	R\$ 40.487.485,18	R\$ 12.054.182,45	R\$ 94.821.465,19		
Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 40.865.794,26	R\$ 10.330.985,55	R\$ 9.556.810,00	R\$ 34.098.723,82	R\$ 12.155.223,89	R\$ 8.433.202,43	R\$ 157.347.940,88	R\$ 33.061.361,67	R\$ 54.639.521,71	R\$ 6.777.103,14	R\$ 11.754.820,06	R\$ 7.387.660,56	R\$ 6.563.551,41	R\$ 13.347.395,77	R\$ 83.266.855,53	R\$ 5.591.359,69	R\$ 152.161.939,68		
Guaira	32.591	R\$ 8.088.009,05	R\$ 2.678.010,34	R\$ 2.537.962,08	R\$ 19.523.849,50	R\$ 12.154.794,14	R\$ 3.899.137,95	R\$ 76.959.340,85	R\$ 15.875.827,32	R\$ 16.057.206,62	R\$ 2.418.375,31	R\$ 9.468.444,44	R\$ 3.173.291,22	R\$ 446.510,33	R\$ 11.249.771,63	R\$ 34.891.578,99	R\$ 2.713.909,65	R\$ 67.758.940,23		
Ibaiti	30.678	R\$ 4.506.992,17	R\$ 1.091.519,19	R\$ 1.891.734,73	R\$ 17.083.368,32	R\$ 9.884.584,56	R\$ 2.335.171,89	R\$ 44.597.684,83	R\$ 1.094.457,84	R\$ 14.558.502,11	R\$ -	R\$ 6.186.905,94	R\$ 717.590,11	R\$ 562.291,33	R\$ 6.366.582,39	R\$ 17.422.218,26	R\$ 1.963.557,10	R\$ 33.935.766,08		
Imbituva	31.055	R\$ 5.168.827,41	R\$ 896.417,11	R\$ 2.307.808,95	R\$ 19.523.849,50	R\$ 15.075.679,48	R\$ 2.388.501,07	R\$ 54.360.639,56	R\$ 15.911.157,06	R\$ 16.775.799,87	R\$ -	R\$ 4.584.802,84	R\$ 3.214.430,97	R\$ 732.861,64	R\$ 5.813.550,53	R\$ 28.529.903,04	R\$ 6.931.438,81	R\$ 58.119.560,18		
Ivaiporã	32.710	R\$ 11.269.451,26	R\$ 3.075.204,48	R\$ 2.311.287,10	R\$ 19.523.849,50	R\$ 9.522.653,59	R\$ 3.668.928,14	R\$ 61.419.726,14	R\$ 10.080.777,82	R\$ 14.723.535,98	R\$ -	R\$ 10.625.717,46	R\$ 2.516.262,27	R\$ 876.754,67	R\$ 9.871.668,65	R\$ 27.752.246,77	R\$ 7.722.537,55	R\$ 69.064.679,06		
Jaguariaiva	34.468	R\$ 10.328.982,43	R\$ 971.008,67	R\$ 5.995.077,25	R\$ 20.610.923,56	R\$ 23.964.052,91	R\$ 3.232.194,61	R\$ 70.062.972,73	R\$ 17.714.285,17	R\$ 18.379.014,37	R\$ 67.026,96	R\$ 6.825.629,05	R\$ 3.122.266,22	R\$ 812.061,52	R\$ 13.246.945,27	R\$ 19.959.979,41	R\$ 75.027.722,99	R\$ 10.959.979,41		
Lapa	47.557	R\$ 13.645.899,60	R\$ 2.547.662,74	R\$ 7.015.690,75	R\$ 25.763.654,46	R\$ 30.629.676,30	R\$ 4.237.160,13	R\$ 96.771.255,08	R\$ 23.168.442,32	R\$ 24.703.398,17	R\$ 49.902,48	R\$ 2.917.848,23	R\$ 1.914.900,76	R\$ 1.878.438,11	R\$ 18.534.685,55	R\$ 46.135.348,47	R\$ 3.743.161,59	R\$ 111.816.306,11		
Mariaiva	34.388	R\$ 16.338.797,25	R\$ 2.805.533,13	R\$ 5.013.026,46	R\$ 19.523.849,50	R\$ 18.936.720,27	R\$ 4.353.937,36	R\$ 72.033.958,82	R\$ 16.052.798,54	R\$ 17.076.181,93	R\$ 540.395,61	R\$ 13.435.132,59	R\$ 3.664.758,41	R\$ 863.738,40	R\$ 11.879.893,48	R\$ 40.935.659,05	R\$ 9.955.558,64	R\$ 89.882.398,33		
Matinhos	32.591	R\$ 33.517.507,79	R\$ 23.105.204,22	R\$ 3.293.716,43	R\$ 19.523.849,50	R\$ 4.467.376,13	R\$ 2.565.479,13	R\$ 100.314.158,30	R\$ 17.945.390,54	R\$ 24.345.164,48	R\$ 3.290.200,28	R\$ 14.095.993,96	R\$ 5.000.749,95	R\$ 7.115.985,43	R\$ 6.585.889,06	R\$ 35.563.136,31	R\$ 7.428.419,12	R\$ 87.480.619,68		
Nova Esperança	27.886	R\$ 9.038.051,69	R\$ 1.578.556,15	R\$ 2.602.449,38	R\$ 17.083.368,32	R\$ 9.470.959,56	R\$ 3.160.286,76	R\$ 51.134.698,26	R\$ 13.515.039,53	R\$ 12.568.086,58	R\$ 441.870,99	R\$ 4.497.345,80	R\$ 3.479.205,95	R\$ 1.804.724,13	R\$ 4.723.592,45	R\$ 30.940.111,62	R\$ 1.032.927,34	R\$ 56.374.040,48		
Pinhais	127.045	R\$ 85.812.846,68	R\$ 29.024.572,76	R\$ 30.588.652,52	R\$ 41.488.180,16	R\$ 71.993.891,57	R\$ 18.024.115,94	R\$ 291.468.924,35	R\$ 57.715.452,13	R\$ 65.155.482,34	R\$ 316.027,80	R\$ 17.380.820,67	R\$ 3.121.232,07	R\$ 10.664.233,42	R\$ 72.347.673,46	R\$ 119.189.319,56	R\$ 16.109.489,14	R\$ 272.013.843,36		
Pitanga	32.419	R\$ 7.430.344,46	R\$ 2.151.773,84	R\$ 1.800.883,72	R\$ 19.523.849,50	R\$ 16.707.431,81	R\$ 3.350.529,90	R\$ 67.246.067,47	R\$ 12.348.550,51	R\$ 19.125.617,17	R\$ -	R\$ 6.886.798,56	R\$ 3.585.929,03	R\$ 1.373.326,83	R\$ 5.064.123,43	R\$ 35.859.165,03	R\$ 5.904.845,45	R\$ 78.808.842,57		
Prudentópolis	51.567	R\$ 11.927.716,65	R\$ 2.582.784,90	R\$ 4.904.770,94	R\$ 26.845.293,05	R\$ 23.243.210,99	R\$ 3.915.073,60	R\$ 89.394.151,33	R\$ 17.631.822,94	R\$ 26.970.553,57	R\$ 593.806,43	R\$ 7.200.520,78	R\$ 5.259.441,23	R\$ 435.552,40	R\$ 5.576.412,40	R\$ 39.509.337,05	R\$ 5.324.931,11	R\$ 91.226.447,29		
Quebras do Iguçu	32.982	R\$ 4.192.175,71	R\$ 875.069,71	R\$ 1.309.536,05	R\$ 19.523.849,50	R\$ 13.130.544,66	R\$ 2.693.482,02	R\$ 61.520.185,03	R\$ 14.987.763,08	R\$ 22.340.365,75	R\$ -	R\$ 6.423.003,18	R\$ 2.362.420,36	R\$ 374.807,64	R\$ 5.717.577,25	R\$ 31.426.875,64	R\$ 2.962.001,84	R\$ 63.792.549,76		
Rebouças	14.869	R\$ 1.894.304,41	R\$ 638.177,97	R\$ 506.781,86	R\$ 12.202.405,96	R\$ 7.861.553,79	R\$ 960.166,71	R\$ 29.604.569,12	R\$ 7.495.967,97	R\$ 8.976.139,78	R\$ 218.104,20	R\$ 3.658.874,99	R\$ 1.739.880,43	R\$ 339.319,50	R\$ 3.105.954,80	R\$ 14.685.328,69	R\$ 2.778.187,30	R\$ 30.801.430,57		
Rio Branco do Sul	32.232	R\$ 7.844.202,55	R\$ 2.195.175,66	R\$ 3.230.935,08	R\$ 19.523.849,49	R\$ 28.225.186,36	R\$ 2.809.352,43	R\$ 75.779.009,23	R\$ 16.391.049,30	R\$ 22.846.359,94	R\$ 991.139,53	R\$ 16.043.043,28	R\$ 3.331.731,56	R\$ 314.273,36	R\$ 7.038.128,05	R\$ 38.049.570,15	R\$ 1.632.118,66	R\$ 75.153.487,20		
Rio Negro	33.395	R\$ 8.509.976,23	R\$ 2.137.236,53	R\$ 3.381.226,29	R\$ 19.754.900,29	R\$ 16.649.040,87	R\$ 3.513.772,34	R\$ 65.553.378,23	R\$ 16.803.801,98	R\$ 18.318.472,93	R\$ 126.594,33	R\$ 5.460.378,63	R\$ 1.536.327,09	R\$ 1.203.595,60	R\$ 5.822.855,78	R\$ 35.664.120,21	R\$ 3.738.252,65	R\$ 72.413.147,28		
Rolândia	63.316	R\$ 23.207.241,41	R\$ 8.019.111,16	R\$ 6.914.873,14	R\$ 31.003.029,40	R\$ 39.395.226,36	R\$ 7.098.516,92	R\$ 131.232.378,72	R\$ 32.108.184,36	R\$ 33.774.531,13	R\$ 96.108,69	R\$ 12.719.196,87	R\$ 4.756.203,79	R\$ 1.490.261,53	R\$ 10.732.516,54	R\$ 59.181.401,25	R\$ 5.352.774,46	R\$ 133.873.889,81		
Salto do Lontra	14.539	R\$ 2.419.001,56	R\$ 397.081,02	R\$ 678.484,09	R\$ 12.881.827,25	R\$ 8.335.918,72	R\$ 1.417.508,24	R\$ 30.225.508,70	R\$ 9.154.961,14	R\$ 8.131.218,52	R\$ -	R\$ 3.015.760,75	R\$ 951.771,29	R\$ 122.506,97	R\$ 4.659.854,83	R\$ 16.054.754,22	R\$ 3.426.845,23	R\$ 34.425.874,07		
Santo Antônio da Platina	45.299	R\$ 12.581.621,77	R\$ 4.648.494,55	R\$ 4.589.992,87	R\$ 25.474.840,96	R\$ 14.679.753,00	R\$ 4.880.355,16	R\$ 76.994.022,42	R\$ 18.654.571,55	R\$ 24.579.691,98	R\$ 225.123,06	R\$ 8.329.725,50	R\$ 2.839.606,51	R\$ 412.763,72	R\$ 12.214.053,98	R\$ 39.671.387,31	R\$ 3.551.957,91	R\$ 74.335.602,68		
São Mateus do Sul	44.594	R\$ 15.925.753,02	R\$ 2.385.174,67	R\$ 8.384.280,76	R\$ 24.404.811,87	R\$ 25.521.140,50	R\$ 4.862.752,89	R\$ 86.513.994,66	R\$ 24.892.347,55	R\$ 26.590.160,46	R\$ 822.326,22	R\$ 6.897.613,82	R\$ 4.461.968,45	R\$ 2.584.697,60	R\$ 12.704.419,95	R\$ 46.848.817,68	R\$ 4.549.465,14	R\$ 106.388.117,99		
Telêmaco Borba	75.809	R\$ 24.298.398,57	R\$ 2.709.593,81	R\$ 15.568.127,21	R\$ 31.726.255,45	R\$ 59.233.624,64	R\$ 7.495.162,90	R\$ 159.151.766,84	R\$ 28.475.619,78	R\$ 31.980.191,03	R\$ 973.104,50	R\$ 19.728.843,12	R\$ 6.970.383,27	R\$ 1.143.948,18	R\$ 15.188.641,18	R\$ 76.643.126,96	R\$ 8.793.399,84	R\$ 153.209.549,98		
Terra Boa	16.781	R\$ 4.625.058,77	R\$ 1.491.117,82	R\$ 939.154,95	R\$ 12.202.405,96	R\$ 9.673.731,52	R\$ 1.633.570,24	R\$ 40.910.178,06	R\$ 14.321.853,03	R\$ 10.359.468,17	R\$ -	R\$ 2.913.674,06	R\$ 1.639.608,57	R\$ 391.334,36	R\$ 4.311.883,64	R\$ 19.355.175,88	R\$ 4.234.463,72	R\$ 45.428.744,35		
Tijucas do Sul	15.970	R\$ 4.559.577,15	R\$ 348.916,06	R\$ 3.040.058,95	R\$ 12.622.168,43	R\$ 8.349.180,75	R\$ 1.108.179,09	R\$ 36.143.650,06	R\$ 11.444.491,63	R\$ 9.917.377,80	R\$ -	R\$ 3.762.190,17	R\$ 2.374.353,24	R\$ -	R\$ 5.476.764,35	R\$ 15.464.254,85	R\$ 1.755.529,57	R\$ 36.170.799,29		

Fonte: Elaboração própria (2020).

## f) Municípios sem OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2016

Município	Ano	2016														2016					
		IGP-LP 1 - Receitas								IGP-LP 2 - Despesas						Outras Despesas (C/ pessoal)		Outras Despesas (Nível de Investimento)			
		Receitas (receitas-total)								Despesas (gasto por função-total)						Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total			
		população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental				Administração		
Astorga	26.087	R\$ 7.211.785,33	R\$ 2.289.904,61	R\$ 1.644.249,69	R\$ 19.486.170,50	R\$ 14.633.251,15	R\$ 3.184.377,52	R\$ 58.023.996,03	R\$ 13.621.629,87	R\$ 16.944.376,03	R\$ 482.573,01	R\$ 8.997.854,59	R\$ 2.746.380,68	R\$ 611.823,80	R\$ 4.670.473,97	R\$ 32.222.464,25	R\$ 3.656.253,24	R\$ 80.408.708,67			
Cambará	25.287	R\$ 7.528.044,09	R\$ 1.511.018,35	R\$ 3.462.375,17	R\$ 19.568.771,93	R\$ 11.574.516,39	R\$ 2.539.608,31	R\$ 50.622.942,92	R\$ 14.522.125,76	R\$ 14.132.635,00	R\$ 1.978.719,52	R\$ 6.113.508,71	R\$ 1.965.289,04	R\$ 387.298,82	R\$ 4.888.729,73	R\$ 26.686.523,40	R\$ 5.517.429,24	R\$ 103.657.413,27			
Cambé	104.592	R\$ 33.465.079,74	R\$ 9.774.673,78	R\$ 10.612.811,35	R\$ 44.539.818,37	R\$ 55.789.077,80	R\$ 11.792.505,37	R\$ 203.572.609,76	R\$ 59.041.716,04	R\$ 57.049.971,36	R\$ 198.193,86	R\$ 18.133.028,47	R\$ 8.627.029,41	R\$ 1.635.892,41	R\$ 26.787.420,92	R\$ 134.148.874,00	R\$ 10.603.845,05	R\$ 297.866.722,59			
Campina Grande do Sul	42.187	R\$ 23.421.982,91	R\$ 5.906.798,49	R\$ 11.342.695,46	R\$ 25.118.267,62	R\$ 16.206.941,66	R\$ 4.877.104,27	R\$ 102.683.532,96	R\$ 15.872.150,32	R\$ 28.998.009,99	R\$ 2.532.289,68	R\$ 13.543.658,32	R\$ 4.401.229,64	R\$ 2.097.058,00	R\$ 10.340.638,93	R\$ 41.986.353,96	R\$ 5.139.170,25	R\$ 39.250.227,58			
Castro	71.159	R\$ 22.447.433,78	R\$ 2.136.417,79	R\$ 10.712.249,66	R\$ 33.491.023,44	R\$ 59.876.105,80	R\$ 8.259.132,65	R\$ 173.519.902,49	R\$ 43.609.795,18	R\$ 56.810.571,23	R\$ 5.060.316,87	R\$ 18.879.082,92	R\$ 8.937.237,28	R\$ 357.903,82	R\$ 17.000.395,82	R\$ 97.766.254,52	R\$ 13.032.555,60	R\$ 168.895.546,63			
Clevelândia	17.311	R\$ 3.322.264,53	R\$ 552.451,44	R\$ 861.611,76	R\$ 17.935.043,29	R\$ 10.863.059,90	R\$ 1.798.006,78	R\$ 40.367.456,20	R\$ 12.545.362,63	R\$ 12.031.389,62	R\$ -	R\$ 10.642.256,92	R\$ 1.161.163,30	R\$ 847.843,64	R\$ 5.962.214,02	R\$ 19.301.988,98	R\$ 9.204.194,63	R\$ 144.548.924,18			
Cornélio Procopio	48.615	R\$ 25.000.795,61	R\$ 10.954.628,46	R\$ 9.263.483,04	R\$ 27.909.186,19	R\$ 17.441.040,04	R\$ 6.544.274,90	R\$ 106.912.652,28	R\$ 33.940.503,61	R\$ 28.425.215,52	R\$ 275.209,76	R\$ 11.551.954,08	R\$ 2.341.357,14	R\$ 265.970,96	R\$ 13.836.683,03	R\$ 51.521.812,86	R\$ 2.010.521,92	R\$ 109.150.404,29			
Dois Vizinhos	39.500	R\$ 14.089.225,09	R\$ 2.431.135,83	R\$ 5.667.657,62	R\$ 25.053.647,82	R\$ 29.950.181,73	R\$ 6.442.348,62	R\$ 96.720.665,05	R\$ 30.544.177,30	R\$ 26.558.545,27	R\$ 254.128,94	R\$ 19.199.904,08	R\$ 3.157.078,66	R\$ 854.637,05	R\$ 9.045.248,38	R\$ 45.326.264,99	R\$ 11.870.940,98	R\$ 79.383.136,75			
Fazenda Rio Grande	93.730	R\$ 43.249.365,73	R\$ 10.848.369,06	R\$ 9.741.243,69	R\$ 41.890.704,24	R\$ 16.282.395,99	R\$ 8.595.948,00	R\$ 173.883.371,15	R\$ 38.349.046,10	R\$ 61.267.056,77	R\$ 8.170.951,69	R\$ 11.499.587,06	R\$ 8.595.256,12	R\$ 6.060.535,47	R\$ 15.235.784,40	R\$ 99.757.873,07	R\$ 12.138.423,78	R\$ 82.668.744,43			
Guaira	32.784	R\$ 12.461.868,14	R\$ 4.117.525,63	R\$ 2.825.440,17	R\$ 22.270.337,89	R\$ 12.451.572,58	R\$ 4.269.443,65	R\$ 88.053.514,80	R\$ 21.659.772,72	R\$ 19.598.170,29	R\$ 2.603.349,69	R\$ 8.147.870,09	R\$ 3.674.562,37	R\$ 437.127,10	R\$ 15.102.366,84	R\$ 45.399.474,85	R\$ 6.077.711,57	R\$ 132.068.424,37			
Ibaiti	30.888	R\$ 5.418.577,58	R\$ 1.389.258,05	R\$ 1.698.953,10	R\$ 22.327.348,97	R\$ 10.253.298,46	R\$ 2.529.455,69	R\$ 52.947.161,16	R\$ 1.495.061,88	R\$ 15.556.180,00	R\$ -	R\$ 3.958.469,73	R\$ 1.190.578,33	R\$ 476.137,18	R\$ 7.090.704,33	R\$ 19.908.617,97	R\$ 1.832.065,17	R\$ 65.864.281,10			
Imbituva	31.391	R\$ 5.787.144,84	R\$ 1.013.081,28	R\$ 2.420.408,74	R\$ 22.269.909,15	R\$ 15.555.852,18	R\$ 2.626.461,76	R\$ 59.912.853,93	R\$ 18.317.760,77	R\$ 16.257.586,35	R\$ -	R\$ 18.669.996,88	R\$ 3.505.754,29	R\$ 774.413,85	R\$ 4.630.677,50	R\$ 31.147.362,27	R\$ 8.527.374,53	R\$ 85.876.033,11			
Ivaipora	32.715	R\$ 14.730.700,83	R\$ 3.511.987,43	R\$ 878.763,78	R\$ 22.269.909,15	R\$ 177.278,85	R\$ 73.816,08	R\$ 71.520.777,77	R\$ 12.545.241,36	R\$ 17.577.389,48	R\$ -	R\$ 4.080.339,48	R\$ 2.840.519,47	R\$ 3.699.504,98	R\$ 12.459.160,89	R\$ 33.812.211,33	R\$ 15.167.160,69	R\$ 35.029.336,37			
Jaguariaiva	34.647	R\$ 11.624.308,77	R\$ 1.407.527,52	R\$ 5.903.817,46	R\$ 22.340.748,57	R\$ 27.131.097,42	R\$ 3.520.268,89	R\$ 77.581.971,82	R\$ 20.791.636,06	R\$ 19.299.342,23	R\$ 31.907,25	R\$ 3.603.284,52	R\$ 3.957.379,31	R\$ 1.074.443,34	R\$ 16.978.973,23	R\$ 40.087.049,50	R\$ 7.246.026,42	R\$ 47.703.309,65			
Lapa	47.814	R\$ 16.212.224,99	R\$ 3.228.488,14	R\$ 8.087.831,81	R\$ 27.909.186,19	R\$ 32.153.707,10	R\$ 4.577.823,59	R\$ 106.102.548,47	R\$ 24.114.401,52	R\$ 27.276.091,48	R\$ 67.538,98	R\$ 15.869.983,45	R\$ 2.001.255,42	R\$ 2.001.292,97	R\$ 19.565.804,85	R\$ 63.242.564,54	R\$ 4.568.704,04	R\$ 110.740.523,57			
Mariaiva	34.675	R\$ 16.644.341,63	R\$ 3.343.923,90	R\$ 5.313.594,81	R\$ 22.269.909,16	R\$ 19.121.624,79	R\$ 4.732.645,07	R\$ 78.562.811,11	R\$ 18.790.756,27	R\$ 18.451.705,50	R\$ 624.748,71	R\$ 22.210.958,67	R\$ 4.105.725,69	R\$ 491.280,04	R\$ 12.099.099,58	R\$ 48.284.010,54	R\$ 9.647.308,90	R\$ 241.531.883,89			
Matinhos	33.024	R\$ 36.196.853,38	R\$ 24.854.244,46	R\$ 4.117.153,07	R\$ 23.913.391,02	R\$ 4.331.405,31	R\$ 2.830.433,00	R\$ 110.456.032,86	R\$ 20.571.034,75	R\$ 29.207.902,12	R\$ 4.193.419,15	R\$ 6.061.204,63	R\$ 315.414,84	R\$ 8.714.739,00	R\$ 7.526.993,43	R\$ 40.949.174,58	R\$ 10.192.885,67	R\$ 385.297.881,43			
Nova Esperança	27.986	R\$ 10.176.505,03	R\$ 1.617.333,26	R\$ 3.307.217,22	R\$ 19.486.170,50	R\$ 9.954.452,56	R\$ 3.437.836,60	R\$ 55.497.953,28	R\$ 14.738.625,43	R\$ 13.880.042,18	R\$ 1.231.987,28	R\$ 26.911.722,45	R\$ 3.163.109,25	R\$ 2.718.660,58	R\$ 5.702.134,28	R\$ 34.217.760,23	R\$ 4.337.957,75	R\$ 100.729.269,10			
Pinhais	128.256	R\$ 105.013.103,98	R\$ 39.373.666,70	R\$ 33.347.025,19	R\$ 47.323.556,97	R\$ 73.022.591,80	R\$ 19.566.966,09	R\$ 312.412.238,00	R\$ 64.041.632,80	R\$ 74.698.902,99	R\$ 140.168,05	R\$ 10.708.372,84	R\$ 3.625.565,99	R\$ 12.801.075,24	R\$ 80.322.194,54	R\$ 136.491.954,36	R\$ 20.843.998,98	R\$ 109.871.810,25			
Pitanga	32.215	R\$ 8.355.787,90	R\$ 2.191.705,46	R\$ 1.997.171,57	R\$ 22.269.909,15	R\$ 17.701.821,33	R\$ 3.721.596,84	R\$ 71.348.226,53	R\$ 13.858.924,87	R\$ 21.479.151,48	R\$ -	R\$ 11.659.886,24	R\$ 3.273.121,29	R\$ 1.481.409,50	R\$ 5.926.063,64	R\$ 40.844.040,48	R\$ 9.960.759,74	R\$ 64.285.859,11			
Prudentópolis	51.849	R\$ 12.892.605,94	R\$ 2.632.127,58	R\$ 5.205.142,71	R\$ 30.621.125,09	R\$ 24.621.774,21	R\$ 4.292.799,96	R\$ 98.262.388,09	R\$ 22.038.973,24	R\$ 31.581.541,95	R\$ 629.532,73	R\$ 11.456.875,89	R\$ 5.716.867,46	R\$ 1.380.190,07	R\$ 6.086.068,64	R\$ 46.209.118,83	R\$ 8.848.406,38	R\$ 63.413.195,07			
Queadas do Iguaçu	33.265	R\$ 5.005.627,40	R\$ 861.402,85	R\$ 1.487.788,99	R\$ 22.327.348,97	R\$ 13.890.837,88	R\$ 2.914.158,04	R\$ 71.803.483,47	R\$ 18.600.267,35	R\$ 25.461.872,58	R\$ -	R\$ 11.277.451,38	R\$ 3.087.602,94	R\$ 484.006,92	R\$ 6.520.955,64	R\$ 37.440.832,76	R\$ 6.694.412,80	R\$ 78.762.839,36			
Rebouças	14.926	R\$ 2.013.480,87	R\$ 713.324,63	R\$ 518.571,85	R\$ 13.918.693,24	R\$ 8.157.561,48	R\$ 1.000.151,46	R\$ 32.434.457,21	R\$ 7.101.975,59	R\$ 9.599.065,61	R\$ 279.893,69	R\$ 5.296.829,94	R\$ 2.054.312,46	R\$ 410.742,71	R\$ 3.220.043,60	R\$ 16.341.187,88	R\$ 4.170.373,77	R\$ 102.667.738,82			
Rio Branco do Sul	32.369	R\$ 7.514.365,54	R\$ 2.234.142,27	R\$ 2.980.209,85	R\$ 22.343.235,66	R\$ 30.086.789,83	R\$ 3.012.489,20	R\$ 79.258.030,77	R\$ 17.260.842,91	R\$ 28.686.332,62	R\$ 1.032.389,26	R\$ 15.279.251,56	R\$ 3.921.322,74	R\$ 347.047,33	R\$ 7.156.097,71	R\$ 43.775.588,72	R\$ 4.083.401,94	R\$ 42.638.980,94			
Rio Negro	33.628	R\$ 9.862.204,84	R\$ 2.272.123,14	R\$ 3.773.246,11	R\$ 24.725.125,83	R\$ 16.834.700,49	R\$ 3.689.454,53	R\$ 72.486.884,78	R\$ 19.342.551,76	R\$ 20.428.797,84	R\$ 154.571,95	R\$ 7.900.950,44	R\$ 1.585.956,13	R\$ 1.457.253,41	R\$ 6.473.026,54	R\$ 41.111.154,99	R\$ 6.439.976,94	R\$ 80.261.223,40			
Rolândia	64.028	R\$ 28.522.557,59	R\$ 10.514.046,69	R\$ 7.786.591,92	R\$ 34.479.365,73	R\$ 41.646.036,74	R\$ 7.854.037,92	R\$ 143.436.537,24	R\$ 41.161.489,44	R\$ 38.330.875,04	R\$ 74.355,20	R\$ 18.683.369,39	R\$ 5.077.819,01	R\$ 1.746.132,55	R\$ 11.502.688,31	R\$ 72.580.167,59	R\$ 10.418.903,66	R\$ 63.773.927,44			
Saito do Lontra	14.627	R\$ 2.720.672,81	R\$ 469.698,16	R\$ 645.294,93	R\$ 14.954.670,32	R\$ 8.785.791,05	R\$ 1.481.856,45	R\$ 35.936.959,21	R\$ 10.786.773,35	R\$ 9.342.613,32	R\$ -	R\$ 5.446.640,76	R\$ 1.021.261,42	R\$ 80.915,61	R\$ 5.086.384,66	R\$ 19.506.321,84	R\$ 5.079.946,02	R\$ 181.717.312,08			
Santo Antônio da Platina	45.562	R\$ 14.157.855,17	R\$ 5.141.572,99	R\$ 5.316.434,67	R\$ 28.216.776,97	R\$ 15.737.342,32	R\$ 5.356.733,25	R\$ 84.452.066,97	R\$ 23.286.674,76	R\$ 25.780.378,57	R\$ 155.097,97	R\$ 9.162.853,06	R\$ 3.327.373,48	R\$ 540.388,16	R\$ 13.551.228,30	R\$ 43.842.090,83	R\$ 6.966.938,65	R\$ 121.549.830,23			
São Mateus do Sul	45.000	R\$ 16.391.588,36	R\$ 2.648.956,45	R\$ 1.584.461,12	R\$ 27.837.386,44	R\$ 26.850.727,09	R\$ 5.224.836,35	R\$ 94.620.805,30	R\$ 25.057.042,31	R\$ 30.231.692,19	R\$ 692.550,58	R\$ 8.812.870,52	R\$ 4.724.011,37	R\$ 3.390.990,65	R\$ 11.625.025,67	R\$ 53.768.989,40	R\$ 3.812.789,56	R\$ 38.099.446,97			
Telêmaco Borba	76.550	R\$ 28.641.817,79	R\$ 2.867.064,91	R\$ 15.246.830,34	R\$ 36.188.602,42	R\$ 63.463.284,15	R\$ 8.615.971,67	R\$ 178.755.981,45	R\$ 32.238.856,29	R\$ 36.201.595,10	R\$ 829.675,91	R\$ 25.689.504,96	R\$ 8.346.089,58	R\$ 1.850.019,53	R\$ 21.668.474,57	R\$ 90.289.869,85	R\$ 7.803.253,29	R\$ 181.409.859,06			
Terra Boa	16.887	R\$ 5.063.154,15	R\$ 2.025.732,57	R\$ 950.256,69	R\$ 13.918.693,24	R\$ 10.396.154,85	R\$ 1.778.804,45	R\$ 44.656.221,26	R\$ 17.119.717,30	R\$ 10.543.137,40	R\$ -	R\$ 2.996.734,14	R\$ 1.749.018,09	R\$ 388.929,28	R\$ 4.664.605,58	R\$ 22.316.068,96	R\$ 3.821.579,53	R\$ 49.272.384,81			
Tijucas do Sul	16.161	R\$ 4.795.474,00	R\$ 398.668,74	R\$ 3.040.629,17	R\$ 13.918.693,24	R\$ 9.388.929,58	R\$ 1.192.461,05	R\$ 41.145.723,74	R\$ 12.542.857,43	R\$ 12.984.963,68	R\$ -	R\$ 4.039.916,38	R\$ 3.108.761,22	R\$ -	R\$ 6.116.322,23	R\$ 20.148.703,57	R\$ 3.151.841,57	R\$ 83.842.488,83			

## g) Municípios sem OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2017

Município	Ano	2017																		
		IGP-LP 1 - Receitas							IGP-LP 2 - Despesas											
		Receitas (receitas-totais)							Despesas (gasto por função-total)										Outras Despesas (C/peossoal)	Outras Despesas (Nível de Investimento)
		população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total	
Astorga	26.196	R\$ 8.348.203,69	R\$ 2.735.430,38	R\$ 1.860.903,72	R\$ 18.543.911,96	R\$ 16.630.320,72	R\$ 3.221.931,96	R\$ 61.551.319,41	R\$ 17.106.543,37	R\$ 18.258.273,86	R\$ 571.153,27	R\$ 7.469.145,29	R\$ 3.053.803,16	R\$ 700.759,78	R\$ 5.251.872,87	R\$ 36.282.265,64	R\$ 2.869.108,43	R\$ 68.992.966,42		
Cambará	25.401	R\$ 7.747.417,12	R\$ 1.697.668,87	R\$ 3.375.485,02	R\$ 18.543.911,96	R\$ 13.137.136,24	R\$ 2.644.854,90	R\$ 52.342.812,77	R\$ 14.718.122,22	R\$ 12.937.137,47	R\$ 2.248.129,37	R\$ 6.656.370,20	R\$ 1.491.430,77	R\$ 318.436,35	R\$ 3.624.609,19	R\$ 27.049.074,77	R\$ 3.128.415,98	R\$ 53.519.089,17		
Cambé	105.347	R\$ 35.010.706,21	R\$ 10.737.277,92	R\$ 11.037.012,00	R\$ 42.386.084,55	R\$ 59.960.312,77	R\$ 12.339.887,50	R\$ 211.924.050,70	R\$ 60.158.013,03	R\$ 56.171.721,24	R\$ 120.734,04	R\$ 15.116.660,38	R\$ 6.373.632,69	R\$ 1.332.352,16	R\$ 25.791.214,90	R\$ 135.470.817,05	R\$ 5.405.194,78	R\$ 262.655.677,39		
Campina Grande do Sul	42.547	R\$ 27.572.303,97	R\$ 7.004.832,47	R\$ 12.853.815,49	R\$ 23.842.172,54	R\$ 17.245.177,77	R\$ 4.782.919,85	R\$ 111.270.487,01	R\$ 18.568.905,87	R\$ 29.873.361,56	R\$ 3.350.020,05	R\$ 14.169.099,89	R\$ 8.330.720,47	R\$ 2.841.237,83	R\$ 12.859.369,71	R\$ 45.077.182,26	R\$ 11.445.636,35	R\$ 117.180.270,84		
Castro	71.501	R\$ 26.957.664,73	R\$ 2.668.001,68	R\$ 12.021.829,62	R\$ 31.789.563,36	R\$ 68.902.055,46	R\$ 6.877.802,69	R\$ 184.396.154,08	R\$ 45.298.184,56	R\$ 57.120.966,76	R\$ 4.507.889,45	R\$ 14.760.815,36	R\$ 8.207.964,46	R\$ 112.760,27	R\$ 13.481.266,90	R\$ 100.064.221,50	R\$ 5.623.006,84	R\$ 181.601.957,11		
Clevelândia	17.250	R\$ 3.909.125,78	R\$ 769.507,60	R\$ 981.152,09	R\$ 17.330.437,88	R\$ 13.707.209,99	R\$ 1.801.631,47	R\$ 44.705.158,38	R\$ 12.204.965,66	R\$ 12.680.993,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.129.097,08	R\$ 1.030.674,45	R\$ 5.443.943,45	R\$ 21.971.556,21	R\$ 5.390.607,86	R\$ 47.673.339,43		
Cornélio Procópio	48.677	R\$ 28.104.022,92	R\$ 13.003.179,42	R\$ 9.785.436,41	R\$ 26.491.302,84	R\$ 19.529.772,18	R\$ 6.742.997,99	R\$ 113.570.233,07	R\$ 33.698.224,34	R\$ 28.930.092,44	R\$ 225.326,65	R\$ 16.541.863,74	R\$ 3.225.746,40	R\$ 352.190,90	R\$ 17.532.082,47	R\$ 56.390.805,49	R\$ 1.531.625,08	R\$ 116.134.971,38		
Dois Vizinhos	39.856	R\$ 17.019.698,38	R\$ 3.072.698,26	R\$ 6.241.977,30	R\$ 23.842.172,54	R\$ 35.428.884,11	R\$ 6.709.489,38	R\$ 104.995.857,82	R\$ 33.087.038,15	R\$ 29.149.051,61	R\$ 331.926,59	R\$ 9.012.553,93	R\$ 3.202.465,75	R\$ 2.078.690,82	R\$ 10.322.240,17	R\$ 49.558.067,90	R\$ 6.992.526,18	R\$ 103.038.992,92		
Fazenda Rio Grande	95.225	R\$ 57.627.097,21	R\$ 16.264.146,77	R\$ 12.017.475,09	R\$ 39.736.954,24	R\$ 21.748.805,68	R\$ 9.231.440,00	R\$ 199.364.063,59	R\$ 39.036.485,69	R\$ 67.902.069,19	R\$ 7.449.267,12	R\$ 14.700.023,41	R\$ 8.148.529,96	R\$ 7.969.825,62	R\$ 15.437.583,43	R\$ 105.115.158,24	R\$ 8.255.627,05	R\$ 206.277.680,13		
Guaira	32.974	R\$ 13.586.936,47	R\$ 5.199.176,91	R\$ 3.159.788,63	R\$ 21.193.042,29	R\$ 13.774.870,21	R\$ 4.369.193,05	R\$ 95.496.583,93	R\$ 24.371.170,31	R\$ 22.284.202,41	R\$ 2.835.793,15	R\$ 11.174.718,47	R\$ 3.158.246,56	R\$ 928.480,05	R\$ 13.440.203,75	R\$ 45.844.316,22	R\$ 2.374.032,86	R\$ 92.341.856,93		
Ibaiti	31.095	R\$ 6.256.035,96	R\$ 1.506.897,11	R\$ 2.107.708,70	R\$ 22.127.524,06	R\$ 12.331.256,78	R\$ 2.608.561,47	R\$ 60.866.518,94	R\$ 3.841.837,33	R\$ 17.019.433,98	R\$ -	R\$ 10.378.157,43	R\$ 1.158.764,27	R\$ 10.667,07	R\$ 8.044.868,78	R\$ 24.603.511,19	R\$ 2.495.926,11	R\$ 45.193.146,19		
Imbituva	31.719	R\$ 6.102.492,25	R\$ 841.931,59	R\$ 2.721.527,08	R\$ 21.193.042,29	R\$ 17.702.329,30	R\$ 2.731.991,75	R\$ 62.866.697,43	R\$ 20.884.058,56	R\$ 16.930.350,62	R\$ -	R\$ 3.668.950,25	R\$ 3.390.139,05	R\$ 654.902,36	R\$ 4.607.354,93	R\$ 33.448.702,13	R\$ 8.441.703,05	R\$ 69.698.086,22		
Imaiporã	32.720	R\$ 16.766.751,33	R\$ 4.653.944,77	R\$ 3.807.059,13	R\$ 21.193.042,29	R\$ 10.856.813,01	R\$ 4.187.652,16	R\$ 72.048.323,15	R\$ 12.501.159,21	R\$ 19.668.802,96	R\$ -	R\$ 14.363.580,70	R\$ 2.987.350,97	R\$ 1.809.592,64	R\$ 15.387.846,68	R\$ 39.229.793,40	R\$ 10.233.988,69	R\$ 79.034.756,43		
Jaguariaíva	34.822	R\$ 14.003.303,45	R\$ 2.325.458,54	R\$ 6.296.583,86	R\$ 21.193.042,29	R\$ 31.048.448,66	R\$ 3.566.972,66	R\$ 93.909.312,50	R\$ 20.914.124,65	R\$ 19.433.657,32	R\$ 44.514,22	R\$ 3.713.080,30	R\$ 3.819.495,36	R\$ 1.364.321,10	R\$ 15.705.828,03	R\$ 39.500.926,76	R\$ 6.446.271,75	R\$ 89.435.071,32		
Lapa	48.067	R\$ 18.526.091,72	R\$ 3.588.718,03	R\$ 9.840.861,13	R\$ 26.491.302,84	R\$ 37.892.631,89	R\$ 4.870.706,53	R\$ 112.411.397,40	R\$ 29.474.745,13	R\$ 28.052.313,55	R\$ 9.011,45	R\$ 2.034.486,02	R\$ 2.627.844,15	R\$ 2.576.084,45	R\$ 19.283.104,69	R\$ 69.052.976,61	R\$ 3.582.833,36	R\$ 129.611.040,73		
Mariaiva	34.955	R\$ 17.922.451,18	R\$ 3.536.346,75	R\$ 5.207.940,45	R\$ 21.193.042,29	R\$ 22.709.891,64	R\$ 4.886.319,69	R\$ 83.150.755,21	R\$ 21.142.032,84	R\$ 18.560.874,57	R\$ 799.523,20	R\$ 10.388.334,53	R\$ 3.925.988,16	R\$ 458.007,55	R\$ 10.185.087,11	R\$ 50.152.199,54	R\$ 3.215.917,65	R\$ 104.608.979,07		
Matinhos	33.450	R\$ 42.486.627,44	R\$ 27.680.831,86	R\$ 6.572.866,75	R\$ 23.107.250,53	R\$ 4.661.794,91	R\$ 3.041.791,37	R\$ 120.725.521,69	R\$ 22.666.664,27	R\$ 31.961.696,24	R\$ 4.471.092,96	R\$ 10.978.866,98	R\$ 6.344.595,28	R\$ 9.385.981,39	R\$ 7.938.079,03	R\$ 45.956.220,52	R\$ 5.866.741,55	R\$ 116.522.504,46		
Nova Esperança	28.084	R\$ 12.502.736,83	R\$ 2.166.110,88	R\$ 3.607.390,36	R\$ 18.543.911,96	R\$ 11.251.629,54	R\$ 3.496.669,30	R\$ 60.051.979,77	R\$ 15.319.132,68	R\$ 14.205.206,22	R\$ 499.007,02	R\$ 4.667.974,91	R\$ 2.892.495,11	R\$ 2.703.939,65	R\$ 6.123.022,18	R\$ 36.765.852,94	R\$ 1.915.211,32	R\$ 65.257.775,56		
Pinhais	129.445	R\$ 118.024.974,49	R\$ 49.515.906,05	R\$ 33.904.298,59	R\$ 44.926.633,22	R\$ 74.658.538,76	R\$ 20.668.522,47	R\$ 335.699.802,78	R\$ 66.300.951,71	R\$ 79.332.223,08	R\$ 1.101.179,96	R\$ 19.713.119,39	R\$ 3.123.232,53	R\$ 13.426.204,28	R\$ 78.846.992,47	R\$ 165.411.336,24	R\$ 19.958.850,90	R\$ 369.433.506,30		
Pitanga	32.015	R\$ 8.994.107,67	R\$ 2.200.548,40	R\$ 2.010.547,05	R\$ 21.193.042,29	R\$ 20.327.728,58	R\$ 3.913.948,64	R\$ 74.659.740,86	R\$ 15.782.347,69	R\$ 22.477.514,23	R\$ -	R\$ 4.889.551,06	R\$ 3.067.629,34	R\$ 1.561.992,00	R\$ 5.437.607,53	R\$ 43.989.837,84	R\$ 2.610.900,99	R\$ 78.590.029,12		
Prudentópolis	52.125	R\$ 15.212.251,41	R\$ 3.340.929,97	R\$ 6.336.574,19	R\$ 29.140.433,14	R\$ 27.125.917,87	R\$ 4.523.655,19	R\$ 104.158.808,23	R\$ 21.460.548,62	R\$ 33.849.815,76	R\$ 509.020,41	R\$ 10.283.423,68	R\$ 5.572.526,55	R\$ 1.619.936,22	R\$ 7.082.564,37	R\$ 48.596.762,31	R\$ 11.300.659,31	R\$ 106.232.968,05		
Quedas do Iguaçu	33.543	R\$ 5.401.176,61	R\$ 933.278,65	R\$ 1.652.315,82	R\$ 21.193.042,29	R\$ 15.487.359,48	R\$ 2.997.227,36	R\$ 70.560.585,21	R\$ 18.086.276,11	R\$ 23.981.607,11	R\$ -	R\$ 6.443.726,69	R\$ 2.978.608,36	R\$ 389.557,20	R\$ 5.503.687,76	R\$ 36.510.000,23	R\$ 4.530.862,50	R\$ 75.991.476,74		
Rebouças	14.981	R\$ 2.390.485,53	R\$ 939.794,08	R\$ 648.057,04	R\$ 13.245.651,44	R\$ 9.210.979,28	R\$ 1.064.691,84	R\$ 34.482.644,57	R\$ 7.922.023,34	R\$ 10.426.159,79	R\$ 264.963,34	R\$ 2.626.951,26	R\$ 2.057.668,69	R\$ 385.565,72	R\$ 2.742.631,72	R\$ 17.299.937,88	R\$ 2.238.804,54	R\$ 32.313.477,15		
Rio Branco do Sul	32.504	R\$ 9.866.321,97	R\$ 2.798.314,28	R\$ 4.343.662,00	R\$ 21.202.463,83	R\$ 33.857.970,21	R\$ 3.088.192,98	R\$ 86.702.237,74	R\$ 16.943.262,59	R\$ 30.248.274,50	R\$ 1.152.808,42	R\$ 18.505.652,67	R\$ 3.940.967,60	R\$ 412.882,17	R\$ 9.493.801,79	R\$ 45.312.903,64	R\$ 2.279.909,47	R\$ 89.823.919,24		
Rio Negro	33.857	R\$ 11.019.575,18	R\$ 2.532.118,24	R\$ 4.390.023,58	R\$ 23.107.250,53	R\$ 18.637.557,41	R\$ 3.747.639,61	R\$ 74.630.114,55	R\$ 19.173.332,54	R\$ 21.004.367,38	R\$ 160.493,99	R\$ 4.240.948,85	R\$ 1.435.164,86	R\$ 1.414.840,80	R\$ 6.603.729,24	R\$ 42.454.676,33	R\$ 3.568.900,99	R\$ 89.743.523,16		
Rolândia	64.726	R\$ 33.921.174,17	R\$ 11.442.733,28	R\$ 8.936.657,74	R\$ 34.682.948,19	R\$ 46.539.132,62	R\$ 8.048.603,14	R\$ 159.819.344,13	R\$ 46.164.942,58	R\$ 42.914.955,67	R\$ 395.530,72	R\$ 19.447.518,66	R\$ 5.757.750,86	R\$ 1.710.005,90	R\$ 13.476.309,40	R\$ 83.114.838,82	R\$ 10.375.243,36	R\$ 164.814.905,15		
Salto do Lontra	14.713	R\$ 2.773.382,50	R\$ 512.668,71	R\$ 641.618,13	R\$ 14.442.031,58	R\$ 10.021.917,48	R\$ 1.535.402,80	R\$ 37.104.539,37	R\$ 10.782.817,13	R\$ 9.297.145,36	R\$ -	R\$ 4.027.029,22	R\$ 1.142.128,73	R\$ 63.048,94	R\$ 4.781.902,35	R\$ 19.381.047,21	R\$ 2.915.867,28	R\$ 40.113.717,13		
Santo Antônio da Platina	45.819	R\$ 15.566.619,79	R\$ 5.843.041,71	R\$ 5.687.250,62	R\$ 30.313.450,30	R\$ 17.988.282,63	R\$ 5.634.441,52	R\$ 92.533.299,85	R\$ 23.966.263,75	R\$ 27.823.154,58	R\$ 262.665,48	R\$ 10.081.338,79	R\$ 3.518.289,13	R\$ 854.924,72	R\$ 14.214.512,68	R\$ 47.996.885,26	R\$ 1.872.358,59	R\$ 92.779.040,36		
São Mateus do Sul	45.398	R\$ 16.833.661,79	R\$ 3.022.102,36	R\$ 7.540.612,75	R\$ 26.491.302,84	R\$ 30.090.590,96	R\$ 5.369.617,16	R\$ 101.592.432,49	R\$ 23.050.538,13	R\$ 30.341.011,33	R\$ 100.083,64	R\$ 6.153.928,11	R\$ 4.521.235,91	R\$ 2.361.411,96	R\$ 11.878.821,96	R\$ 53.592.173,83	R\$ 2.147.634,27	R\$ 126.737.196,90		
Telemaco Borba	77.276	R\$ 28.443.429,78	R\$ 3.986.381,14	R\$ 15.841.842,12	R\$ 34.438.693,67	R\$ 73.583.419,99	R\$ 9.260.920,51	R\$ 184.021.110,31	R\$ 35.553.489,00	R\$ 38.928.130,68	R\$ 1.888.584,22	R\$ 24.085.120,78	R\$ 9.210.454,98	R\$ 2.894.752,46	R\$ 17.003.784,87	R\$ 94.688.078,46	R\$ 8.690.368,55	R\$ 235.951.621,09		
Terra Boa	16.991	R\$ 6.234.608,34	R\$ 2.367.267,31	R\$ 1.048.654,10	R\$ 13.245.702,89	R\$ 12.063.665,43	R\$ 1.817.007,96	R\$ 48.024.502,01	R\$ 17.474.618,31	R\$ 11.973.096,46	R\$ -	R\$ 3.274.674,27	R\$ 1.876.078,68	R\$ 479.308,46	R\$ 4.840.708,93	R\$ 19.744.106,49	R\$ 3.550.927,99	R\$ 50.561.467,85		
Tijucas do Sul	16.348	R\$ 4.082.384,56	R\$ 270.012,32	R\$ 2.473.718,97	R\$ 13.834.498,25	R\$ 8.155.872,73	R\$ 1.016.829,21	R\$ 42.687.798,12	R\$ 9.978.290,30	R\$ 11.537.250,69	R\$ -	R\$ 3.967.281,54	R\$ 3.154.597,09	R\$ -	R\$ 6.098.949,94	R\$ 22.537.864,42	R\$ 534.039,38	R\$ 38.050.768,83		

## h) Municípios sem OBS – IGP-LP 1 e IGP-LP 2 – Ano de 2018

Município	2018																	
	IGP-LP 1 - Receitas								IGP-LP 2 - Despesas									
	Receitas (receita total)								Despesas (gasto por função-total)						Outras Despesas (C/pessoal)		Outras Despesas (Nível de Investimento)	
	população	receita trib. própria (RTP)	iptu arrecadado	iss arrecadado	fpm	icms	ipva	receita total (RCL)	Saúde	Educação	Segurança	Urbanismo	Assistência Social	Gestão Ambiental	Administração	Desp. c/ Pessoal	Total investimentos	Despesa Total
Astorga	26.011	R\$ 9.646.862,24	R\$ 2.925.728,45	R\$ 2.382.868,29	R\$ 21.588.750,20	R\$ 16.803.081,38	R\$ 3.428.272,89	R\$ 64.655.154,15	R\$ 15.997.231,36	R\$ 19.038.022,03	R\$ 448.706,22	R\$ 8.975.662,73	R\$ 3.419.794,87	R\$ 957.421,58	R\$ 4.865.070,92	R\$ 38.721.873,58	R\$ 2.691.264,83	R\$ 77.074.838,30
Cambará	25.252	R\$ 8.614.081,28	R\$ 1.688.904,75	R\$ 3.648.646,62	R\$ 21.588.750,20	R\$ 13.266.902,49	R\$ 2.721.676,79	R\$ 56.824.791,01	R\$ 16.090.219,52	R\$ 14.851.830,54	R\$ 2.315.151,63	R\$ 9.607.026,01	R\$ 2.164.404,34	R\$ 591.881,99	R\$ 3.902.795,95	R\$ 29.649.149,53	R\$ 6.992.252,87	R\$ 75.174.198,09
Cambé	105.704	R\$ 48.022.351,36	R\$ 18.122.855,92	R\$ 12.766.731,07	R\$ 49.345.714,71	R\$ 61.754.721,83	R\$ 12.875.435,09	R\$ 225.374.332,60	R\$ 66.240.065,06	R\$ 60.694.362,05	R\$ 164.959,78	R\$ 18.577.805,57	R\$ 9.050.430,88	R\$ 7.884.893,35	R\$ 26.169.831,01	R\$ 153.228.004,78	R\$ 9.522.475,79	R\$ 282.697.853,91
Campina Grande do Sul	42.880	R\$ 28.626.407,21	R\$ 7.747.942,90	R\$ 13.291.695,16	R\$ 27.756.964,54	R\$ 17.585.080,61	R\$ 4.707.277,02	R\$ 117.006.772,22	R\$ 21.420.610,42	R\$ 32.961.898,35	R\$ 3.583.637,79	R\$ 19.477.200,00	R\$ 12.874.988,66	R\$ 3.154.435,16	R\$ 11.631.314,33	R\$ 50.609.096,89	R\$ 17.051.251,57	R\$ 124.431.619,05
Gastro	71.151	R\$ 30.917.439,60	R\$ 4.080.445,79	R\$ 14.389.700,03	R\$ 36.859.136,17	R\$ 74.618.401,95	R\$ 9.101.730,71	R\$ 198.484.568,59	R\$ 48.980.556,29	R\$ 59.744.150,15	R\$ 6.090.863,74	R\$ 8.783.511,69	R\$ 9.148.801,93	R\$ 556.818,20	R\$ 27.577.265,75	R\$ 105.762.560,05	R\$ 13.264.857,16	R\$ 185.509.669,65
Clevalândia	16.671	R\$ 4.390.326,80	R\$ 896.077,94	R\$ 1.000.873,16	R\$ 18.504.642,95	R\$ 13.724.885,76	R\$ 1.786.422,99	R\$ 47.110.242,10	R\$ 12.126.501,29	R\$ 14.594.139,40	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.814.424,67	R\$ 2.680.460,31	R\$ 6.108.264,85	R\$ 22.402.895,75	R\$ 15.037.229,41	R\$ 58.355.506,77
Cornélio Procopio	47.847	R\$ 30.695.677,22	R\$ 14.715.444,74	R\$ 10.495.067,05	R\$ 28.353.181,60	R\$ 20.527.127,11	R\$ 7.051.026,06	R\$ 118.055.500,31	R\$ 35.637.313,78	R\$ 32.713.928,68	R\$ 174.342,26	R\$ 17.718.683,67	R\$ 4.492.786,83	R\$ 751.871,65	R\$ 18.072.206,26	R\$ 61.932.980,86	R\$ 4.197.819,13	R\$ 122.070.147,67
Dois Vizinhos	40.234	R\$ 20.741.775,60	R\$ 3.692.203,67	R\$ 7.084.943,06	R\$ 27.756.964,54	R\$ 40.024.131,46	R\$ 6.926.793,91	R\$ 116.249.987,45	R\$ 36.189.469,90	R\$ 32.697.035,90	R\$ 378.060,65	R\$ 13.891.942,32	R\$ 3.612.524,48	R\$ 3.393.787,93	R\$ 10.181.945,48	R\$ 53.562.113,57	R\$ 10.436.102,94	R\$ 122.463.106,97
Fazenda Rio Grande	98.368	R\$ 68.636.374,39	R\$ 22.238.136,65	R\$ 13.729.207,15	R\$ 42.529.772,49	R\$ 25.907.790,67	R\$ 9.938.667,46	R\$ 226.166.302,74	R\$ 41.313.217,10	R\$ 78.379.046,56	R\$ 528.459,07	R\$ 15.953.419,36	R\$ 10.088.963,25	R\$ 8.603.831,81	R\$ 18.410.194,09	R\$ 118.018.158,31	R\$ 9.163.158,64	R\$ 207.878.369,98
Guaira	32.923	R\$ 15.089.639,96	R\$ 5.705.509,68	R\$ 3.521.044,39	R\$ 22.682.545,35	R\$ 15.292.955,92	R\$ 4.530.586,83	R\$ 105.712.634,46	R\$ 27.804.300,48	R\$ 24.677.868,84	R\$ 2.939.697,33	R\$ 16.148.299,20	R\$ 3.597.498,59	R\$ 1.062.737,02	R\$ 12.808.802,06	R\$ 48.890.020,78	R\$ 8.461.514,12	R\$ 103.834.711,42
Ibaiti	31.142	R\$ 6.600.735,75	R\$ 2.485.106,02	R\$ 2.489.605,25	R\$ 22.682.545,25	R\$ 13.219.832,42	R\$ 2.685.874,92	R\$ 66.123.826,19	R\$ 5.450.381,76	R\$ 17.793.337,31	R\$ -	R\$ 11.340.413,02	R\$ 2.253.511,28	R\$ 555.248,16	R\$ 7.615.609,55	R\$ 24.596.628,44	R\$ 3.941.106,94	R\$ 49.563.185,41
Imbituva	32.179	R\$ 7.562.546,42	R\$ 1.371.290,88	R\$ 3.216.098,81	R\$ 24.672.857,39	R\$ 19.326.066,68	R\$ 2.833.194,58	R\$ 69.071.268,13	R\$ 20.551.641,16	R\$ 18.656.113,54	R\$ -	R\$ 4.204.441,09	R\$ 3.611.244,10	R\$ 757.631,86	R\$ 4.750.243,69	R\$ 35.440.634,69	R\$ 6.366.774,04	R\$ 72.102.038,49
Ivaiporã	32.035	R\$ 18.316.667,19	R\$ 5.041.710,52	R\$ 4.283.767,44	R\$ 24.672.857,39	R\$ 11.700.839,82	R\$ 4.355.103,01	R\$ 81.805.432,24	R\$ 19.175.013,71	R\$ 20.464.383,87	R\$ -	R\$ 12.333.819,55	R\$ 3.604.126,90	R\$ 943.147,25	R\$ 14.865.663,54	R\$ 40.763.005,95	R\$ 6.058.628,89	R\$ 88.087.711,95
Jaguariaíva	34.683	R\$ 16.537.111,52	R\$ 3.345.475,92	R\$ 6.447.452,93	R\$ 23.665.437,34	R\$ 32.110.139,67	R\$ 3.815.163,43	R\$ 106.139.849,37	R\$ 23.267.642,31	R\$ 18.570.862,69	R\$ 6.241,61	R\$ 6.960.507,91	R\$ 4.470.127,55	R\$ 1.335.417,09	R\$ 19.466.798,45	R\$ 59.949.359,30	R\$ 10.590.639,19	R\$ 115.124.154,26
Jupa	47.909	R\$ 21.910.500,23	R\$ 4.186.304,09	R\$ 11.009.764,82	R\$ 26.903.777,67	R\$ 40.975.321,31	R\$ 5.100.264,30	R\$ 121.984.282,96	R\$ 31.806.523,80	R\$ 29.929.595,11	R\$ -	R\$ 4.235.357,42	R\$ 2.875.501,00	R\$ 2.563.866,30	R\$ 21.865.136,67	R\$ 74.273.084,89	R\$ 8.704.817,35	R\$ 146.921.579,54
Mariaiva	35.180	R\$ 18.510.240,60	R\$ 3.543.820,44	R\$ 5.686.391,24	R\$ 24.670.180,95	R\$ 23.344.645,43	R\$ 5.148.291,63	R\$ 95.196.382,54	R\$ 24.339.203,54	R\$ 21.184.354,80	R\$ 754.759,76	R\$ 11.861.947,82	R\$ 5.279.994,90	R\$ 909.936,03	R\$ 11.109.954,78	R\$ 56.162.466,02	R\$ 6.358.940,32	R\$ 114.168.810,26
Matinhos	34.207	R\$ 50.619.728,90	R\$ 35.382.928,62	R\$ 5.804.593,45	R\$ 24.672.857,39	R\$ 4.810.939,71	R\$ 3.246.439,95	R\$ 129.625.995,31	R\$ 24.224.399,09	R\$ 33.178.096,24	R\$ 3.890.885,65	R\$ 12.699.934,01	R\$ 7.244.542,09	R\$ 11.050.975,80	R\$ 9.131.660,81	R\$ 48.563.770,25	R\$ 5.310.333,92	R\$ 131.524.164,06
Nova Esperança	27.821	R\$ 13.671.519,00	R\$ 3.778.555,10	R\$ 3.789.146,90	R\$ 21.588.750,20	R\$ 11.622.419,12	R\$ 3.573.203,89	R\$ 65.702.604,43	R\$ 17.488.974,58	R\$ 15.970.574,08	R\$ 626.309,48	R\$ 7.006.854,45	R\$ 3.806.713,05	R\$ 2.809.727,04	R\$ 6.429.182,12	R\$ 39.685.723,88	R\$ 5.513.601,96	R\$ 85.172.218,19
Pinhais	130.789	R\$ 121.733.575,74	R\$ 48.212.925,43	R\$ 36.977.420,60	R\$ 51.035.726,99	R\$ 73.218.290,66	R\$ 20.548.529,34	R\$ 344.888.584,71	R\$ 72.434.820,05	R\$ 83.043.415,71	R\$ 36.023,35	R\$ 30.536.216,88	R\$ 4.247.892,74	R\$ 12.655.093,53	R\$ 81.897.000,71	R\$ 178.318.210,21	R\$ 27.087.461,13	R\$ 384.910.657,26
Pitanga	30.635	R\$ 10.898.050,27	R\$ 3.181.893,20	R\$ 2.373.176,55	R\$ 24.672.857,39	R\$ 22.677.357,90	R\$ 4.128.544,05	R\$ 79.893.916,48	R\$ 18.601.246,77	R\$ 24.572.789,77	R\$ -	R\$ 6.571.230,96	R\$ 4.170.315,74	R\$ 1.758.996,71	R\$ 6.319.998,58	R\$ 45.840.910,64	R\$ 5.920.101,33	R\$ 96.400.582,39
Prudentópolis	51.961	R\$ 17.412.407,02	R\$ 4.259.853,02	R\$ 7.069.532,96	R\$ 33.925.178,91	R\$ 28.605.311,96	R\$ 4.824.371,32	R\$ 109.590.023,78	R\$ 22.623.897,19	R\$ 34.135.247,66	R\$ 263.529,67	R\$ 8.910.821,73	R\$ 6.530.182,42	R\$ 2.168.552,84	R\$ 7.692.828,97	R\$ 58.106.294,21	R\$ 12.561.567,16	R\$ 122.514.329,49
Quedas do Iguazu	33.788	R\$ 5.175.560,87	R\$ 906.654,84	R\$ 1.636.368,61	R\$ 24.672.857,39	R\$ 16.702.103,78	R\$ 3.029.419,00	R\$ 75.456.019,97	R\$ 20.939.353,31	R\$ 24.808.685,16	R\$ -	R\$ 8.683.818,75	R\$ 3.272.818,54	R\$ 231.737,48	R\$ 5.032.993,79	R\$ 36.263.300,97	R\$ 9.109.115,57	R\$ 76.106.290,58
Rebouças	14.851	R\$ 2.829.576,47	R\$ 823.285,32	R\$ 656.388,77	R\$ 15.420.535,86	R\$ 9.844.973,22	R\$ 1.133.850,24	R\$ 37.708.276,41	R\$ 9.453.159,97	R\$ 11.608.222,81	R\$ 276.980,61	R\$ 2.447.815,41	R\$ 2.827.176,68	R\$ 307.357,64	R\$ 2.960.550,27	R\$ 17.544.943,59	R\$ 4.663.597,08	R\$ 38.831.737,85
Rio Branco do Sul	32.273	R\$ 9.718.929,97	R\$ 3.177.079,66	R\$ 3.806.279,66	R\$ 25.045.950,83	R\$ 32.750.645,27	R\$ 3.110.640,79	R\$ 89.077.945,89	R\$ 18.346.620,88	R\$ 30.670.632,27	R\$ 1.200.358,58	R\$ 17.931.680,02	R\$ 4.592.077,17	R\$ 349.245,67	R\$ 8.699.432,66	R\$ 47.507.348,27	R\$ 874.920,62	R\$ 89.917.795,89
Rio Negro	33.922	R\$ 14.218.151,51	R\$ 3.595.510,38	R\$ 4.601.131,49	R\$ 24.672.857,39	R\$ 19.014.475,64	R\$ 3.723.337,83	R\$ 80.078.930,61	R\$ 21.190.808,43	R\$ 21.809.595,53	R\$ 160.042,93	R\$ 7.732.155,18	R\$ 1.578.140,68	R\$ 1.395.083,66	R\$ 6.916.808,29	R\$ 44.867.356,86	R\$ 8.022.312,14	R\$ 101.174.242,29
Rolândia	65.757	R\$ 40.663.497,71	R\$ 14.280.840,44	R\$ 9.464.111,10	R\$ 37.009.286,04	R\$ 45.799.302,31	R\$ 8.184.743,46	R\$ 169.951.486,86	R\$ 48.777.439,14	R\$ 45.267.379,85	R\$ 190.133,17	R\$ 19.160.480,50	R\$ 5.865.311,29	R\$ 1.906.676,42	R\$ 13.496.589,12	R\$ 100.757.073,56	R\$ 9.269.566,62	R\$ 208.944.871,93
Salto do Lontra	14.695	R\$ 3.275.153,77	R\$ 603.157,13	R\$ 860.646,71	R\$ 15.412.132,06	R\$ 10.711.397,18	R\$ 1.591.810,29	R\$ 39.886.184,34	R\$ 10.748.885,80	R\$ 9.511.763,13	R\$ -	R\$ 4.484.908,59	R\$ 1.488.783,10	R\$ 75.968,44	R\$ 5.116.003,34	R\$ 19.555.515,31	R\$ 6.958.264,36	R\$ 46.847.716,81
Santo Antônio da Platina	45.728	R\$ 18.943.408,44	R\$ 7.578.554,23	R\$ 6.746.642,34	R\$ 30.841.071,65	R\$ 18.112.059,87	R\$ 5.899.639,34	R\$ 94.809.657,37	R\$ 25.894.763,72	R\$ 28.870.850,99	R\$ 177.073,64	R\$ 11.254.277,78	R\$ 3.950.222,82	R\$ 523.962,02	R\$ 15.585.093,18	R\$ 49.629.588,55	R\$ 4.650.431,20	R\$ 95.879.758,32
São Mateus do Sul	45.806	R\$ 18.294.837,06	R\$ 3.558.848,02	R\$ 7.516.288,30	R\$ 28.353.181,60	R\$ 30.178.995,22	R\$ 5.598.982,74	R\$ 107.675.605,16	R\$ 26.881.973,65	R\$ 34.289.588,89	R\$ 123.362,57	R\$ 10.231.034,37	R\$ 5.716.710,26	R\$ 2.954.747,29	R\$ 13.558.791,26	R\$ 58.023.415,06	R\$ 6.712.998,00	R\$ 131.063.481,94
Telêmaco Borba	78.135	R\$ 36.599.807,36	R\$ 4.492.999,52	R\$ 22.295.637,41	R\$ 38.456.335,65	R\$ 75.966.847,34	R\$ 9.701.069,01	R\$ 196.927.613,78	R\$ 39.836.408,94	R\$ 40.335.321,91	R\$ 1.401.753,44	R\$ 36.861.118,84	R\$ 9.173.334,87	R\$ 1.597.848,16	R\$ 21.634.231,67	R\$ 103.074.235,86	R\$ 4.630.714,54	R\$ 207.515.731,70
Terra Boa	16.984	R\$ 7.044.652,84	R\$ 2.469.814,59	R\$ 1.514.627,21	R\$ 17.011.908,93	R\$ 12.942.286,80	R\$ 1.965.636,80	R\$ 56.820.677,27	R\$ 20.143.108,52	R\$ 12.537.973,91	R\$ -	R\$ 4.759.919,19	R\$ 2.443.003,70	R\$ 645.323,92	R\$ 5.758.390,24	R\$ 26.678.474,12	R\$ 5.196.725,73	R\$ 62.999.391,82
Tijucas do Sul	16.646	R\$ 4.403.533,26	R\$ 308.374,95	R\$ 2.472.696,22	R\$ 14.176.590,84	R\$ 10.561.589,88	R\$ 1.338.696,28	R\$ 42.253.064,53	R\$ 10.165.076,91	R\$ 13.810.751,08	R\$ -	R\$ 3.827.765,19	R\$ 3.679.458,12	R\$ -	R\$ 6.640.623,56	R\$ 23.837.664,53	R\$ 1.620.494,37	R\$ 42.902.906,82

## i) Municípios com OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2015

Município	2015								2015			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)		Ind. de Exec. Orçamentária das Rec. (IEOR)		Ind. de Exec. Orçamentária das Desp. (IEOD)		Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)		Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)	
		superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	total alunos matric. no ano	total alunos matric. no anterior	txa reprovação ensino fundamental %	txa abandono ensino fundamental %	
Apucarana	130.430	-R\$ 315.485.859,96	R\$ 250.810.099,24	R\$ 270.773.423,37	R\$ 285.374.915,20	R\$ 233.774.924,13	R\$ 274.918.050,15	10.486	10.226	4,8	0,7	
Arapongas	115.412	-R\$ 119.745.243,85	R\$ 206.776.287,67	R\$ 229.965.957,44	R\$ 252.522.098,67	R\$ 173.567.650,87	R\$ 195.747.582,95	8.939	8.449	3,8	0,7	
Assis Chateaubriand	34.027	-R\$ 103.320.438,94	R\$ 72.496.158,50	R\$ 82.687.193,88	R\$ 78.267.000,00	R\$ 67.269.594,33	R\$ 72.643.654,24	3.182	3.113	5,8	0,5	
Campo Largo	124.098	-R\$ 107.323.816,25	R\$ 211.333.764,70	R\$ 263.380.898,46	R\$ 286.501.732,26	R\$ 196.560.704,67	R\$ 222.366.469,10	12.470	12.451	7,3	0,8	
Campo Mourão	92.930	R\$ 18.022.302,49	R\$ 211.434.239,98	R\$ 239.524.700,79	R\$ 265.880.712,59	R\$ 216.511.618,54	R\$ 239.237.340,97	8.339	8.415	8,2	1,3	
Cianorte	77.515	-R\$ 114.150.344,06	R\$ 188.794.895,60	R\$ 206.006.574,20	R\$ 201.711.346,59	R\$ 161.896.762,30	R\$ 171.145.100,26	6.537	6.187	7,6	1,2	
Faxinal	17.160	R\$ 2.483.021,77	R\$ 33.665.287,70	R\$ 38.672.274,32	R\$ 43.861.817,71	R\$ 30.196.207,16	R\$ 34.384.771,47	1.351	1.306	4,1	0,7	
Francisco Beltrão	86.499	-R\$ 134.660.418,04	R\$ 194.177.642,48	R\$ 211.536.594,78	R\$ 217.101.579,97	R\$ 177.265.363,96	R\$ 187.597.678,17	8.597	8.335	5,1	1,4	
Goioerê	29.702	R\$ 6.853.767,16	R\$ 58.843.523,03	R\$ 65.545.468,16	R\$ 74.145.431,17	R\$ 54.048.053,98	R\$ 62.905.044,26	2.801	2.628	8,5	1,2	
Irati	59.708	R\$ 23.358.408,02	R\$ 100.826.962,92	R\$ 131.935.281,74	R\$ 131.621.696,69	R\$ 96.033.833,12	R\$ 110.302.505,74	5.301	5.155	6,2	1,3	
Laranjeiras do Sul	32.133	R\$ 178.613.244,51	R\$ 57.363.866,42	R\$ 63.894.607,45	R\$ 67.921.846,88	R\$ 49.973.294,33	R\$ 55.299.930,71	3.282	3.173	6,3	0,1	
Mandaguari	34.289	-R\$ 47.990.646,62	R\$ 78.663.863,55	R\$ 88.093.448,66	R\$ 90.589.609,80	R\$ 70.787.124,48	R\$ 79.136.158,75	3.432	3.346	6,4	1,7	
Mal. Cândido Rondon	50.808	R\$ 12.425.035,44	R\$ 140.567.009,62	R\$ 154.377.729,40	R\$ 154.113.091,25	R\$ 125.243.852,53	R\$ 138.411.049,96	4.256	4.137	6,9	0,9	
Medianeira	44.885	R\$ 91.456.949,75	R\$ 98.076.096,18	R\$ 108.961.430,96	R\$ 119.940.483,75	R\$ 86.262.738,86	R\$ 101.388.258,15	5.048	4.761	7,6	1,2	
Palmas	47.674	R\$ -	R\$ 81.535.088,01	R\$ 90.304.805,07	R\$ 136.485.760,65	R\$ 72.379.657,03	R\$ 126.225.399,87	5.152	5.357	9,1	4	
Palmeira	33.753	-R\$ 76.653.820,09	R\$ 73.912.004,56	R\$ 89.563.748,56	R\$ 89.018.911,27	R\$ 75.808.846,53	R\$ 87.142.451,49	3.054	3.003	7,1	0,4	
Paranaguá	150.660	-R\$ 334.863.135,15	R\$ 353.480.315,70	R\$ 382.560.328,59	R\$ 377.329.147,24	R\$ 279.969.221,45	R\$ 318.707.233,82	15.265	14.073	10,2	1,3	
Paranavaí	86.773	-R\$ 63.444.480,85	R\$ 159.725.091,93	R\$ 187.483.706,57	R\$ 203.134.644,06	R\$ 150.749.739,52	R\$ 178.130.309,87	6.525	6.447	6,1	0,4	
Pato Branco	79.011	-R\$ 100.519.117,35	R\$ 210.206.501,32	R\$ 227.431.492,17	R\$ 283.126.799,86	R\$ 196.155.008,10	R\$ 252.798.907,87	7.358	7.305	3,4	0,1	
Toledo	132.077	-R\$ 151.376.430,81	R\$ 304.031.008,59	R\$ 367.030.774,28	R\$ 352.517.462,45	R\$ 269.455.350,15	R\$ 316.942.670,62	12.365	12.397	6	0,6	
Umuarama	108.218	-R\$ 110.615.705,76	R\$ 241.307.634,65	R\$ 267.332.845,23	R\$ 294.476.625,67	R\$ 227.264.365,62	R\$ 248.211.642,87	7.004	6.927	4,9	0,8	
União da Vitória	56.265	R\$ 16.712.914,26	R\$ 127.358.923,58	R\$ 147.349.086,74	R\$ 129.769.644,94	R\$ 126.580.185,95	R\$ 143.734.110,11	5.580	5.712	6,1	0,3	

Fonte: Elaboração própria (2020).

## j) Municípios com OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2016

Município	2016								2016			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)		Índ. de Exec. Orçamentária das Rec. (IEOR)		Índ. de Exec. Orçamentária das Desp. (IEOD)		Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)		Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)	
	superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	alunos matric. no ano	alunos matric. no anterior	txa reprovação ensino fundamental %	txa abandono ensino fundamental %		
Apucarana	131.571	-R\$ 421.858.499,78	R\$ 279.138.381,48	R\$ 300.957.709,35	R\$ 310.288.045,33	R\$ 274.460.542,86	R\$ 299.658.420,46	11.182	10.486	6,4	0,5	
Arapongas	116.960	-R\$ 274.632.926,50	R\$ 229.230.658,23	R\$ 253.871.822,97	R\$ 275.135.188,10	R\$ 185.987.148,67	R\$ 213.357.998,62	9.095	8.939	5,6	0,5	
Assis Chateaubriand	34.046	R\$ 471.692.370,33	R\$ 81.265.766,07	R\$ 92.483.031,89	R\$ 92.023.000,00	R\$ 76.969.443,48	R\$ 83.543.299,76	3.226	3.182	6,2	0,7	
Campo Largo	125.719	-R\$ 161.373.958,52	R\$ 232.676.455,15	R\$ 298.138.404,72	R\$ 315.443.121,29	R\$ 217.731.353,94	R\$ 242.038.233,33	12.569	12.470	7,6	0,8	
Campo Mourão	93.547	-R\$ 92.847.166,59	R\$ 227.947.806,94	R\$ 264.588.650,18	R\$ 298.571.055,40	R\$ 238.376.326,00	R\$ 261.661.551,78	8.911	8.339	8,5	0,8	
Cianorte	78.553	-R\$ 185.320.445,14	R\$ 206.927.145,89	R\$ 225.930.097,96	R\$ 235.892.651,85	R\$ 184.117.331,46	R\$ 208.011.279,18	6.645	6.537	7,4	0,8	
Faxinal	17.233	R\$ 3.902.227,17	R\$ 37.354.070,86	R\$ 42.762.002,96	R\$ 44.982.000,00	R\$ 35.526.765,84	R\$ 40.793.914,42	1.416	1.351	4,7	0,4	
Francisco Beltrão	87.491	-R\$ 175.669.749,09	R\$ 218.250.546,08	R\$ 237.278.754,74	R\$ 238.114.449,45	R\$ 196.889.549,16	R\$ 207.718.780,40	8.914	8.597	6,1	0,7	
Goioerê	29.683	R\$ 14.179.493,45	R\$ 71.513.990,92	R\$ 78.995.099,56	R\$ 81.316.797,79	R\$ 58.309.705,02	R\$ 66.480.805,52	2.645	2.801	10,9	0,5	
Irati	60.070	R\$ 16.359.547,97	R\$ 107.265.463,50	R\$ 147.104.162,92	R\$ 162.360.552,63	R\$ 107.145.189,58	R\$ 125.450.120,58	5.471	5.301	7,3	1,1	
Laranjeiras do Sul	32.228	-R\$ 41.546.439,74	R\$ 68.441.040,17	R\$ 75.795.029,53	R\$ 78.958.751,33	R\$ 56.899.938,26	R\$ 62.607.340,49	3.493	3.282	9,8	0,2	
Mandaguari	34.425	-R\$ 44.055.243,26	R\$ 85.759.736,00	R\$ 94.740.493,58	R\$ 92.747.103,64	R\$ 78.643.386,29	R\$ 89.144.922,88	3.308	3.432	5,4	1,1	
Mal. Cândido Rondon	51.306	R\$ 46.942.372,11	R\$ 156.710.943,14	R\$ 171.958.262,78	R\$ 173.855.022,93	R\$ 146.911.167,83	R\$ 162.931.591,94	4.381	4.256	7,6	0,8	
Medianeira	45.239	-R\$ 71.666.045,22	R\$ 109.569.102,73	R\$ 121.747.667,62	R\$ 127.037.222,55	R\$ 105.864.991,78	R\$ 117.342.512,98	5.326	5.048	7,7	1,5	
Palmas	48.339	R\$ 8.167.523,97	R\$ 93.224.046,59	R\$ 103.207.608,28	R\$ 126.321.760,65	R\$ 80.515.397,59	R\$ 142.546.440,05	5.541	5.152	12,8	1,9	
Palmeira	33.889	R\$ 55.223.343,77	R\$ 91.670.685,32	R\$ 112.425.633,75	R\$ 109.475.834,71	R\$ 77.559.141,97	R\$ 90.087.036,89	3.314	3.054	8,9	0,3	
Paranaguá	151.829	-R\$ 124.219.344,76	R\$ 430.123.131,22	R\$ 462.525.661,62	R\$ 488.295.258,88	R\$ 331.098.163,91	R\$ 394.118.711,67	15.681	15.265	13	0,8	
Paranavai	87.316	-R\$ 115.830.248,82	R\$ 179.710.635,78	R\$ 214.965.358,39	R\$ 224.831.902,12	R\$ 163.929.473,83	R\$ 188.299.972,22	7.408	6.525	7,1	0,3	
Pato Branco	79.869	R\$ 359.588.653,67	R\$ 235.720.901,28	R\$ 254.310.684,40	R\$ 319.126.261,92	R\$ 219.353.805,83	R\$ 289.522.911,46	7.822	7.358	5	0,1	
Toledo	133.824	-R\$ 223.816.620,70	R\$ 347.869.872,50	R\$ 424.097.791,16	R\$ 424.213.173,42	R\$ 318.083.974,55	R\$ 366.386.351,29	12.653	12.365	7,8	0,3	
Umuarama	109.132	-R\$ 165.468.052,36	R\$ 267.238.280,60	R\$ 300.781.052,67	R\$ 338.408.829,65	R\$ 260.934.580,12	R\$ 289.835.242,59	7.962	7.004	4,9	0,6	
União da Vitória	56.650	R\$ 27.850.048,18	R\$ 140.598.580,92	R\$ 165.363.834,03	R\$ 144.756.056,00	R\$ 143.448.413,06	R\$ 156.640.176,65	5.563	5.580	7	0,1	

Fonte: Elaboração própria (2020).



## k) Municípios com OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2017

Município	2017								2017					
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária							IGP-LP 4 - Educação						
	população	superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)	Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)				
								alunos matric. no ano	alunos matric. no anterior	txa reprovação ensino fundamental %	txa abandono ensino fundamental %			
Apucarana	132.691	R\$ 169.524.311,27	R\$ 304.107.803,18	R\$ 326.551.880,66	R\$ 337.026.992,83	R\$ 274.890.874,82	R\$ 307.180.939,99	11.449	11.182	6,4	0,8			
Arapongas	118.477	-R\$ 111.383.830,44	R\$ 247.950.557,36	R\$ 273.974.419,22	R\$ 304.367.914,15	R\$ 201.235.280,15	R\$ 228.349.531,12	9.384	9.095	6,4	0,5			
Assis Chateaubriand	34.064	-R\$ 56.969.171,31	R\$ 86.265.363,02	R\$ 98.189.495,81	R\$ 87.409.000,00	R\$ 80.896.912,50	R\$ 88.784.194,53	3.294	3.226	7,9	0,4			
Campo Largo	127.309	-R\$ 102.070.040,91	R\$ 251.000.871,94	R\$ 313.858.854,05	R\$ 328.863.545,80	R\$ 231.262.787,17	R\$ 260.637.235,14	12.792	12.569	7,6	0,8			
Campo Mourão	94.153	-R\$ 170.237.356,64	R\$ 249.710.410,20	R\$ 291.654.627,05	R\$ 317.553.979,53	R\$ 239.195.543,85	R\$ 288.617.452,35	9.203	8.911	7,6	0,4			
Cianorte	79.571	-R\$ 246.113.680,76	R\$ 217.778.088,36	R\$ 237.331.709,13	R\$ 251.235.133,73	R\$ 192.286.751,04	R\$ 214.928.591,98	6.648	6.645	6,6	0,6			
Faxinal	17.306	-R\$ 31.270.836,27	R\$ 42.301.820,69	R\$ 47.880.487,08	R\$ 49.817.607,02	R\$ 37.495.146,07	R\$ 42.131.250,50	1.541	1.416	4,2	0,3			
Francisco Beltrão	88.465	-R\$ 136.108.486,05	R\$ 238.072.519,69	R\$ 258.106.130,55	R\$ 269.272.690,96	R\$ 207.409.038,79	R\$ 232.094.749,65	8.695	8.914	5,8	0,9			
Goioerê	29.664	-R\$ 48.670.218,93	R\$ 68.628.314,99	R\$ 76.322.816,48	R\$ 86.125.317,71	R\$ 63.414.425,78	R\$ 77.673.997,07	2.683	2.645	7,8	0,6			
Irati	60.425	R\$ 28.020.296,05	R\$ 117.855.666,19	R\$ 158.574.272,99	R\$ 186.050.876,53	R\$ 117.937.912,18	R\$ 139.442.382,53	5.504	5.471	5,4	0,7			
Laranjeiras do Sul	32.379	-R\$ 59.547.998,07	R\$ 69.917.993,11	R\$ 77.370.755,25	R\$ 81.536.917,15	R\$ 55.329.199,81	R\$ 64.471.085,15	3.584	3.493	9,1	0			
Mandaguari	34.559	-R\$ 29.215.801,09	R\$ 87.812.381,03	R\$ 97.297.107,73	R\$ 98.535.309,15	R\$ 80.215.669,80	R\$ 88.190.915,13	3.267	3.308	5,5	0,8			
Mal. Cândido Rondon	51.795	-R\$ 57.583.463,23	R\$ 172.410.560,60	R\$ 189.282.267,83	R\$ 191.936.464,94	R\$ 148.806.946,95	R\$ 171.117.922,35	4.599	4.381	8,5	0,3			
Medianeira	45.586	-R\$ 18.837.641,80	R\$ 121.061.868,95	R\$ 133.914.134,34	R\$ 148.522.612,82	R\$ 118.093.378,81	R\$ 134.881.475,57	5.463	5.326	6,3	0,8			
Palmas	48.990	R\$ 9.651.607,93	R\$ 100.972.182,11	R\$ 111.581.409,42	R\$ 126.321.760,65	R\$ 93.257.143,97	R\$ 131.487.884,75	5.528	5.541	9,3	2,3			
Palmeira	34.023	-R\$ 98.778.391,35	R\$ 87.393.878,51	R\$ 106.436.486,13	R\$ 109.416.667,03	R\$ 87.090.653,17	R\$ 99.614.910,19	3.339	3.314	7,3	1,1			
Paranaguá	152.975	-R\$ 117.229.865,30	R\$ 456.812.267,32	R\$ 489.303.775,73	R\$ 554.475.104,51	R\$ 345.782.594,05	R\$ 445.518.709,34	15.587	15.681	11,1	1,3			
Paranavaí	87.850	-R\$ 82.238.210,51	R\$ 190.805.122,07	R\$ 225.537.240,98	R\$ 246.511.417,82	R\$ 182.303.487,56	R\$ 213.977.019,70	7.285	7.408	5,3	0,7			
Pato Branco	80.710	R\$ 538.322.646,13	R\$ 261.310.666,14	R\$ 280.927.271,31	R\$ 351.918.637,18	R\$ 245.505.532,19	R\$ 316.100.444,34	8.323	7.822	4,7	0,1			
Toledo	135.538	-R\$ 158.838.130,29	R\$ 386.177.331,77	R\$ 466.381.614,04	R\$ 456.348.215,41	R\$ 337.713.666,47	R\$ 381.762.137,49	13.509	12.653	7	0,3			
Umuarama	109.955	R\$ 101.704.693,81	R\$ 296.039.176,55	R\$ 330.080.732,54	R\$ 356.701.490,38	R\$ 267.356.854,82	R\$ 295.611.355,60	7.942	7.962	5	0,5			
União da Vitória	57.027	-R\$ 125.549.061,46	R\$ 143.060.065,72	R\$ 167.052.776,24	R\$ 182.121.748,23	R\$ 146.470.021,59	R\$ 169.155.148,39	5.546	5.563	5,5	0,1			

Fonte: Elaboração própria (2020).

## I) Municípios com OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2018

Município	2018								2018			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)	Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)		
	superávit ou déficit total						alunos matric. no ano	alunos matric. no anterior	txa reprovação ensino fundamental %	txa abandono ensino fundamental %		
Apucarana	133.726	-R\$ 208.659.583,62	R\$ 331.649.246,42	R\$ 355.055.473,12	R\$ 370.891.879,92	R\$ 314.663.178,03	R\$ 350.275.260,47	11.553	11.449	5,5	0,4	
Arapongas	121.198	-R\$ 139.071.964,11	R\$ 263.338.642,52	R\$ 290.497.439,92	R\$ 332.787.222,74	R\$ 218.289.227,51	R\$ 258.377.674,37	9.700	9.384	5,8	0,5	
Assis Chateaubriand	33.397	-R\$ 64.218.160,26	R\$ 97.558.567,26	R\$ 110.636.871,03	R\$ 113.880.000,00	R\$ 89.696.888,54	R\$ 100.904.663,22	3.437	3.294	7,7	0,6	
Campo Largo	130.091	-R\$ 189.386.645,32	R\$ 269.276.140,83	R\$ 337.572.286,66	R\$ 356.908.342,36	R\$ 248.031.593,84	R\$ 282.596.681,88	13.522	12.792	7,3	0,8	
Campo Mourão	94.212	-R\$ 201.577.382,34	R\$ 273.364.149,00	R\$ 317.486.991,36	R\$ 341.584.821,58	R\$ 273.970.524,87	R\$ 306.204.738,91	9.087	9.203	7,6	0,7	
Cianorte	81.393	-R\$ 127.615.112,50	R\$ 238.257.183,88	R\$ 258.486.912,82	R\$ 262.508.402,23	R\$ 202.908.881,18	R\$ 228.082.153,63	6.802	6.648	7,1	0,6	
Faxinal	17.185	-R\$ 41.303.040,47	R\$ 46.815.218,88	R\$ 52.819.479,24	R\$ 56.477.751,37	R\$ 44.091.706,69	R\$ 48.784.421,35	1.560	1.541	4,1	0,4	
Francisco Beltrão	89.942	-R\$ 168.324.882,46	R\$ 266.266.398,75	R\$ 287.384.539,03	R\$ 296.993.603,87	R\$ 244.418.928,66	R\$ 277.738.870,92	8.971	8.695	5,7	0,6	
Goioerê	28.962	-R\$ 46.659.977,39	R\$ 77.375.729,05	R\$ 85.580.634,93	R\$ 92.336.126,86	R\$ 67.916.134,56	R\$ 85.297.253,24	2.616	2.683	8,5	0,2	
Irati	60.357	-R\$ 90.007.829,10	R\$ 129.477.914,07	R\$ 155.318.948,33	R\$ 203.482.805,99	R\$ 125.323.594,28	R\$ 173.089.209,46	5.373	5.504	5,3	0,6	
Laranjeiras do Sul	32.006	-R\$ 62.177.029,65	R\$ 75.368.996,95	R\$ 88.260.337,30	R\$ 90.044.800,06	R\$ 71.451.861,78	R\$ 81.224.594,78	3.747	3.584	12,1	0,1	
Mandaguari	34.281	-R\$ 61.987.535,78	R\$ 92.919.848,40	R\$ 102.983.882,67	R\$ 101.836.619,42	R\$ 82.006.004,91	R\$ 90.907.216,33	3.363	3.267	6,4	0,8	
Mal. Cândido Rondon	52.379	R\$ 26.459.870,01	R\$ 186.445.257,05	R\$ 204.203.617,90	R\$ 213.221.709,90	R\$ 166.557.029,91	R\$ 189.708.994,49	4.868	4.599	7,6	0,3	
Medianeira	45.812	-R\$ 75.916.044,78	R\$ 130.698.802,55	R\$ 151.866.215,78	R\$ 163.148.252,09	R\$ 123.962.876,80	R\$ 147.536.661,10	5.660	5.463	6,2	0,5	
Palmas	50.198	R\$ 16.717.683,32	R\$ 114.265.161,20	R\$ 125.994.169,90	R\$ 168.069.398,49	R\$ 97.432.227,70	R\$ 157.010.216,17	5.654	5.528	10,7	2,6	
Palmeira	33.757	-R\$ 69.503.622,41	R\$ 99.174.628,36	R\$ 116.603.654,94	R\$ 118.554.470,20	R\$ 95.232.237,77	R\$ 109.783.842,15	3.284	3.339	7,2	0,4	
Paranaguá	153.666	-R\$ 152.411.002,68	R\$ 489.018.445,32	R\$ 523.428.498,54	R\$ 610.842.430,42	R\$ 390.563.237,15	R\$ 505.416.128,72	15.799	15.587	11	1,4	
Paranavaí	87.813	-R\$ 65.956.170,50	R\$ 213.747.036,70	R\$ 250.254.707,75	R\$ 268.448.438,00	R\$ 197.415.996,03	R\$ 234.344.801,30	7.621	7.285	6,2	0,6	
Pato Branco	81.893	-R\$ 340.162.197,50	R\$ 281.894.764,49	R\$ 307.073.547,13	R\$ 332.030.883,84	R\$ 247.706.213,48	R\$ 313.697.896,86	8.305	8.323	4,4	0,4	
Toledo	138.572	-R\$ 367.241.576,83	R\$ 420.310.866,69	R\$ 500.152.911,81	R\$ 475.504.053,89	R\$ 368.834.461,05	R\$ 425.131.831,68	14.070	13.509	6,9	0,2	
Umuarama	110.590	R\$ 81.187.859,60	R\$ 334.240.329,11	R\$ 368.145.052,17	R\$ 383.934.157,03	R\$ 309.976.422,69	R\$ 332.871.133,58	8.545	7.942	3,9	0,5	
União da Vitória	57.111	-R\$ 30.215.907,98	R\$ 145.582.750,83	R\$ 169.370.575,98	R\$ 207.223.424,86	R\$ 160.598.811,78	R\$ 189.612.543,33	5.479	5.546	7,4	0,1	

Fonte: Elaboração própria (2020).

## m) Municípios sem OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2015

Município	2015								2015			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)	Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)		
Astorga	25.976	-R\$ 38.686.115,13	R\$ 52.284.605,37	R\$ 62.649.446,52	R\$ 62.769.021,59	R\$ 50.240.961,46	R\$ 53.230.872,76	2.679	2.449	3,3	1,1	
Cambará	25.170	-R\$ 24.137.103,77	R\$ 44.633.866,03	R\$ 55.153.736,36	R\$ 61.503.017,18	R\$ 43.298.135,23	R\$ 48.377.479,71	1.661	1.694	7,9	2,9	
Cambé	103.822	-R\$ 80.678.906,36	R\$ 191.926.642,14	R\$ 227.891.405,34	R\$ 236.863.009,52	R\$ 184.909.282,44	R\$ 206.014.559,25	7.877	7.303	8,9	1,3	
Campina Grande do Sul	41.821	-R\$ 47.689.438,20	R\$ 89.556.892,67	R\$ 98.188.609,28	R\$ 101.212.453,00	R\$ 76.243.999,77	R\$ 80.494.920,94	5.449	4.964	5,6	2,8	
Castro	70.810	R\$ 25.498.110,80	R\$ 154.638.999,65	R\$ 174.080.406,99	R\$ 172.402.906,81	R\$ 138.670.978,39	R\$ 151.139.160,39	7.601	7.323	7	0,8	
Clevalândia	17.373	R\$ 5.864.012,85	R\$ 36.501.751,15	R\$ 41.611.012,99	R\$ 46.333.410,75	R\$ 33.139.166,80	R\$ 37.522.046,69	1.597	1.685	7,4	4,4	
Cornélio Procopio	48.551	R\$ 5.858.435,94	R\$ 98.788.753,29	R\$ 108.697.175,03	R\$ 110.725.944,35	R\$ 91.321.453,33	R\$ 116.498.994,62	3.175	3.249	8,2	0,4	
Dois Vizinhos	39.138	R\$ 11.575.702,65	R\$ 87.679.802,93	R\$ 98.722.587,63	R\$ 116.483.006,54	R\$ 77.949.528,61	R\$ 96.592.020,24	3.970	3.963	6,2	0,1	
Fazenda Rio Grande	92.204	R\$ 5.187.788,85	R\$ 157.347.940,88	R\$ 168.348.274,25	R\$ 195.470.694,42	R\$ 139.467.039,36	R\$ 158.598.227,54	12.327	11.719	7,3	0,6	
Guairá	32.591	-R\$ 1.308.566,30	R\$ 76.959.340,85	R\$ 84.572.962,62	R\$ 93.392.773,08	R\$ 67.779.452,40	R\$ 79.457.591,44	3.654	3.610	8,6	1,4	
Ibaiti	30.678	-R\$ 27.832.613,73	R\$ 44.597.684,83	R\$ 50.574.374,09	R\$ 52.635.581,78	R\$ 29.673.401,33	R\$ 38.348.044,56	2.927	2.918	6,9	1,4	
Imbituva	31.055	-R\$ 24.569.401,74	R\$ 54.360.639,56	R\$ 63.817.993,04	R\$ 64.808.527,16	R\$ 48.155.227,91	R\$ 53.909.618,67	3.115	3.094	8,5	1,4	
Ivaiporã	32.710	-R\$ 31.279.719,61	R\$ 61.419.726,14	R\$ 68.031.656,81	R\$ 68.637.644,60	R\$ 51.379.680,57	R\$ 54.513.715,21	2.447	2.422	2,5	0,6	
Jaguariaíva	34.468	R\$ 10.591.169,89	R\$ 70.062.972,73	R\$ 79.914.139,98	R\$ 76.600.000,00	R\$ 57.448.051,55	R\$ 60.395.061,12	3.483	3.385	2,7	1,5	
Lapa	47.557	R\$ 82.555.549,72	R\$ 96.771.255,08	R\$ 120.324.577,30	R\$ 129.575.595,61	R\$ 82.450.196,03	R\$ 105.748.738,06	4.237	4.427	5,9	1,4	
Marialva	34.388	-R\$ 82.265.700,53	R\$ 72.033.958,82	R\$ 80.756.162,77	R\$ 116.242.790,98	R\$ 68.760.420,56	R\$ 102.129.340,40	2.963	2.773	8,6	1,3	
Matinhos	32.591	R\$ 13.607.911,99	R\$ 100.314.158,30	R\$ 105.643.630,77	R\$ 127.186.033,28	R\$ 80.121.207,39	R\$ 107.224.604,82	4.072	4.022	6,1	0,6	
Nova Esperança	27.886	-R\$ 42.093.283,26	R\$ 51.134.698,26	R\$ 57.162.641,49	R\$ 61.253.512,87	R\$ 50.279.005,05	R\$ 54.266.468,52	2.227	2.368	8	0,6	
Pinhais	127.045	R\$ 84.886.670,92	R\$ 291.468.924,35	R\$ 318.101.346,03	R\$ 310.653.125,97	R\$ 237.305.111,05	R\$ 255.693.741,88	12.539	12.633	9,2	1,2	
Pitanga	32.419	R\$ 10.942.868,21	R\$ 67.246.067,47	R\$ 78.940.195,21	R\$ 75.075.430,73	R\$ 61.395.111,59	R\$ 66.697.884,38	3.261	3.185	5,9	0,6	
Prudentópolis	51.567	-R\$ 60.248.839,04	R\$ 89.394.151,33	R\$ 100.319.873,33	R\$ 99.292.030,00	R\$ 72.825.715,64	R\$ 79.857.454,72	4.943	5.034	5,4	1,2	
Quedas do Iguaçu	32.982	-R\$ 44.050.045,12	R\$ 61.520.185,03	R\$ 68.721.061,45	R\$ 75.870.959,52	R\$ 59.388.077,13	R\$ 66.353.509,61	3.325	3.432	5,3	0,9	
Rebouças	14.869	-R\$ 26.419.855,00	R\$ 29.604.569,12	R\$ 33.852.288,11	R\$ 38.263.078,45	R\$ 27.487.620,95	R\$ 31.270.260,11	1.521	1.551	4,8	0,6	
Rio Branco do Sul	32.232	-R\$ 52.937.552,09	R\$ 75.779.009,23	R\$ 86.041.290,06	R\$ 89.686.487,62	R\$ 70.761.944,77	R\$ 76.647.045,23	3.968	4.109	7,8	0,4	
Rio Negro	33.395	-R\$ 7.942.707,85	R\$ 65.553.378,23	R\$ 82.011.309,06	R\$ 84.032.859,28	R\$ 63.184.635,39	R\$ 71.562.818,90	3.505	3.549	4,1	0,4	
Rolândia	63.316	-R\$ 195.670.091,51	R\$ 131.232.378,72	R\$ 147.144.262,65	R\$ 152.553.776,01	R\$ 108.338.520,02	R\$ 125.635.206,87	5.151	5.057	7,2	0,9	
Salto do Lontra	14.539	R\$ 3.251.274,49	R\$ 30.225.508,70	R\$ 34.656.504,23	R\$ 41.712.504,71	R\$ 28.394.965,37	R\$ 34.579.926,37	1.353	1.362	4,5	0,9	
Santo Antônio da Platina	45.299	-R\$ 44.637.574,25	R\$ 76.994.022,42	R\$ 85.916.302,63	R\$ 103.001.525,07	R\$ 71.110.419,91	R\$ 88.971.080,12	4.293	4.121	8,2	0,9	
São Mateus do Sul	44.594	-R\$ 3.943.977,45	R\$ 86.513.994,66	R\$ 111.742.965,31	R\$ 90.196.734,74	R\$ 84.678.285,54	R\$ 87.215.396,23	3.972	3.654	5,4	0,4	
Telemaco Borba	75.809	R\$ 34.525.387,72	R\$ 159.151.766,84	R\$ 185.302.898,37	R\$ 175.972.440,77	R\$ 130.307.677,64	R\$ 143.201.018,31	7.420	7.241	5,9	1,8	
Terra Boa	16.781	R\$ 6.388.559,55	R\$ 40.910.178,06	R\$ 45.716.058,93	R\$ 40.134.556,41	R\$ 37.781.374,03	R\$ 42.514.230,72	1.557	1.602	6,4	0,6	
Tijucas do Sul	15.970	R\$ 5.488.412,92	R\$ 36.143.650,06	R\$ 40.667.841,08	R\$ 40.667.841,08	R\$ 34.265.325,21	R\$ 41.862.550,73	1.929	2.012	7,7	2,2	

Fonte: Elaboração própria (2020).

## n) Municípios sem OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2016

Município	2016								2016					
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação					
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)		receita realizada		receita arrecadada		receita prevista		despesa realizada	despesa autorizada	Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)	Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)
		superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada	total alunos matric. no ano	total alunos matric. no anterior					
Astorga	26.087	-R\$ 39.752.317,30	R\$ 58.023.996,03	R\$ 72.507.118,05	R\$ 68.473.086,72	R\$ 55.771.205,44	R\$ 59.181.178,81	2.690	2.679	5	1,3			
Cambará	25.287	-R\$ 47.791.393,81	R\$ 50.622.942,92	R\$ 63.984.607,16	R\$ 73.293.140,43	R\$ 44.404.259,12	R\$ 56.286.396,68	1.713	1.661	9,4	0,9			
Cambé	104.592	-R\$ 103.100.947,04	R\$ 203.572.609,76	R\$ 248.408.771,50	R\$ 278.524.316,22	R\$ 212.425.884,12	R\$ 235.750.961,44	9.476	7.877	10,6	1,1			
Campina Grande do Sul	42.187	-R\$ 41.459.553,14	R\$ 102.683.532,96	R\$ 112.033.780,94	R\$ 116.371.771,68	R\$ 78.777.374,68	R\$ 89.801.258,23	5.230	5.449	9,2	1,3			
Castro	71.159	R\$ -	R\$ 173.519.902,49	R\$ 194.333.815,34	R\$ 199.291.400,93	R\$ 155.800.412,99	R\$ 168.371.228,29	7.610	7.601	6,6	1			
Clevalândia	17.311	R\$ 3.392.319,19	R\$ 40.367.456,20	R\$ 46.325.739,54	R\$ 50.109.388,47	R\$ 37.498.733,46	R\$ 40.189.343,83	1.638	1.597	10,6	2,4			
Cornélio Procopio	48.615	-R\$ 314.444,18	R\$ 106.912.652,28	R\$ 117.492.319,43	R\$ 114.551.500,00	R\$ 92.313.102,19	R\$ 124.443.323,02	3.165	3.175	9,6	0,3			
Dois Vizinhos	39.500	R\$ 7.321.019,80	R\$ 96.720.665,05	R\$ 109.143.521,74	R\$ 125.340.739,88	R\$ 87.083.552,68	R\$ 103.594.114,19	3.966	3.970	6,5	0,3			
Fazenda Rio Grande	93.730	R\$ 18.623.540,69	R\$ 173.883.371,15	R\$ 187.311.371,07	R\$ 210.839.944,98	R\$ 159.778.343,53	R\$ 178.290.791,42	13.574	12.327	7,1	0,9			
Guaíra	32.784	R\$ 8.303.024,88	R\$ 88.053.514,80	R\$ 95.989.516,24	R\$ 107.558.638,72	R\$ 81.597.192,55	R\$ 99.717.786,86	3.468	3.654	12,3	0,9			
Ibaiti	30.888	R\$ 3.291.425,89	R\$ 52.947.161,16	R\$ 60.088.050,90	R\$ 57.065.885,44	R\$ 33.574.820,44	R\$ 45.718.516,29	2.797	2.927	8,3	0,9			
Imbituva	31.391	-R\$ 50.968.556,40	R\$ 59.912.853,93	R\$ 70.374.401,26	R\$ 68.776.387,54	R\$ 51.194.786,16	R\$ 56.135.170,59	3.093	3.115	10,2	1			
Ivaiporã	32.715	-R\$ 40.064.270,50	R\$ 71.520.777,77	R\$ 78.811.053,55	R\$ 69.221.666,94	R\$ 59.936.965,64	R\$ 62.527.988,90	2.740	2.447	2,8	0,2			
Jaguariaíva	34.647	R\$ 13.014.365,26	R\$ 77.581.971,82	R\$ 88.451.731,15	R\$ 81.200.000,00	R\$ 67.633.113,00	R\$ 70.475.746,23	3.370	3.483	3,7	1			
Lapa	47.814	R\$ 102.488.161,90	R\$ 106.102.548,47	R\$ 119.317.735,14	R\$ 142.929.544,28	R\$ 93.015.114,90	R\$ 103.142.713,89	4.425	4.237	5,2	0,9			
Marialva	34.675	-R\$ 45.970.233,46	R\$ 78.562.811,11	R\$ 87.949.786,41	R\$ 126.016.887,09	R\$ 76.978.378,58	R\$ 105.204.657,25	3.103	2.963	10,8	1,5			
Matinhos	33.024	R\$ 19.742.003,85	R\$ 110.456.032,86	R\$ 116.361.039,15	R\$ 135.706.843,95	R\$ 97.021.053,38	R\$ 125.361.201,46	4.393	4.072	7,4	0,7			
Nova Esperança	27.986	-R\$ 28.297.745,35	R\$ 55.497.953,28	R\$ 62.153.858,51	R\$ 66.485.950,31	R\$ 56.834.405,09	R\$ 60.521.698,96	2.207	2.227	7,8	0,3			
Pinhais	128.256	-R\$ 184.573.800,92	R\$ 312.412.238,00	R\$ 340.705.023,85	R\$ 334.764.847,14	R\$ 331.098.163,91	R\$ 276.292.867,90	13.563	12.539	8,1	1,2			
Pitanga	32.215	R\$ 7.315.238,16	R\$ 71.348.226,53	R\$ 84.051.726,92	R\$ 83.591.638,02	R\$ 256.641.044,59	R\$ 74.895.187,99	3.291	3.261	7,1	0,5			
Prudentópolis	51.849	-R\$ 57.371.836,45	R\$ 98.262.388,09	R\$ 110.294.876,38	R\$ 109.206.544,73	R\$ 69.027.674,62	R\$ 96.676.912,58	5.166	4.943	6,2	0,8			
Quedas do Iguaçu	33.265	-R\$ 54.540.692,90	R\$ 71.803.483,47	R\$ 79.743.309,99	R\$ 90.625.456,48	R\$ 88.268.387,09	R\$ 79.560.732,72	3.243	3.325	6,9	0,2			
Rebouças	14.926	-R\$ 25.613.988,23	R\$ 32.434.457,21	R\$ 37.090.935,53	R\$ 40.168.408,50	R\$ 28.450.340,17	R\$ 34.163.600,78	1.542	1.521	5,6	0,8			
Rio Branco do Sul	32.369	-R\$ 624.494,99	R\$ 79.258.030,77	R\$ 90.496.895,58	R\$ 100.641.799,00	R\$ 78.334.917,79	R\$ 84.082.011,90	3.983	3.968	8,3	0,8			
Rio Negro	33.628	-R\$ 5.646.720,52	R\$ 72.486.884,78	R\$ 92.212.397,38	R\$ 89.813.770,89	R\$ 69.276.941,40	R\$ 75.890.145,51	3.474	3.505	3,7	0,2			
Rolândia	64.028	-R\$ 71.475.588,36	R\$ 143.436.537,24	R\$ 160.682.664,57	R\$ 182.878.282,79	R\$ 120.683.505,95	R\$ 157.761.724,27	5.708	5.151	7,9	0,8			
Salto do Lontra	14.627	R\$ 2.586.313,21	R\$ 35.936.959,21	R\$ 40.832.354,78	R\$ 46.690.696,03	R\$ 33.007.137,99	R\$ 38.405.592,39	1.408	1.353	5,1	1			
Santo Antônio da Platina	45.562	-R\$ 42.942.794,38	R\$ 84.452.066,97	R\$ 94.070.912,77	R\$ 121.997.410,81	R\$ 78.887.843,99	R\$ 98.150.834,13	4.399	4.293	9,7	1			
São Mateus do Sul	45.000	R\$ 12.936.470,17	R\$ 94.620.805,30	R\$ 123.719.049,67	R\$ 104.002.556,92	R\$ 90.941.284,25	R\$ 98.178.496,31	4.416	3.972	6,3	0,4			
Telêmaco Borba	76.550	R\$ 16.785.692,31	R\$ 178.755.981,45	R\$ 222.173.213,40	R\$ 217.209.103,39	R\$ 148.136.377,90	R\$ 166.539.821,38	7.281	7.420	6,2	1,1			
Terra Boa	16.887	R\$ 4.212.630,29	R\$ 44.656.221,26	R\$ 49.981.793,37	R\$ 46.865.300,59	R\$ 42.048.175,29	R\$ 46.132.663,10	1.630	1.557	6,1	0,9			
Tijucas do Sul	16.161	R\$ 5.462.853,24	R\$ 41.145.723,74	R\$ 46.144.925,31	R\$ 41.197.000,00	R\$ 38.480.427,82	R\$ 47.797.565,73	1.997	1.929	7,8	1,1			

Fonte: Elaboração própria (2020).

## o) Municípios sem OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2017

Município	2017								2017			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)		Ind. de Exec. Orçamentária das Rec. (IEOR)		Ind. de Exec. Orçamentária das Desp. (IEOD)		total alunos matríc. no ano	total alunos matríc. no anterior	Educação (Txa de reprovação)	Educação (Txa de abandono)	
		superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada					
Astorga	26.196	-R\$ 49.820.328,73	R\$ 61.551.319,41	R\$ 74.691.740,69	R\$ 75.640.527,67	R\$ 62.134.463,84	R\$ 64.552.712,86	2.670	2.690	3,3	0,8	
Cambará	25.401	-R\$ 54.326.044,06	R\$ 52.342.812,77	R\$ 67.375.974,94	R\$ 77.272.767,63	R\$ 46.405.960,29	R\$ 58.279.927,38	1.815	1.713	7,3	0,9	
Cambé	105.347	-R\$ 167.410.198,23	R\$ 211.924.050,70	R\$ 253.539.002,88	R\$ 300.139.365,66	R\$ 215.320.097,56	R\$ 242.643.562,69	9.389	9.476	9,1	0,7	
Campina Grande do Sul	42.547	-R\$ 45.724.126,62	R\$ 111.270.487,01	R\$ 120.569.138,71	R\$ 126.296.379,85	R\$ 86.647.652,68	R\$ 97.482.610,91	5.175	5.230	10,4	1,7	
Castro	71.501	R\$ 41.151.039,98	R\$ 184.396.154,08	R\$ 206.880.205,49	R\$ 219.111.936,66	R\$ 163.168.655,30	R\$ 189.075.961,07	7.765	7.610	5,2	1	
Clevelândia	17.250	R\$ 6.162.021,28	R\$ 44.705.158,38	R\$ 51.102.570,36	R\$ 61.497.683,41	R\$ 38.710.236,38	R\$ 47.317.959,86	1.679	1.638	10,7	4,8	
Cornélio Procopio	48.677	R\$ 4.888.711,16	R\$ 113.570.233,07	R\$ 124.363.827,35	R\$ 109.293.000,00	R\$ 107.693.267,88	R\$ 140.290.920,99	3.181	3.165	8,3	0,2	
Dois Vizinhos	39.856	R\$ 446.520,34	R\$ 104.995.857,82	R\$ 118.358.393,65	R\$ 142.766.256,26	R\$ 94.565.632,46	R\$ 114.238.362,00	4.003	3.966	4,4	0,3	
Fazenda Rio Grande	95.225	R\$ 30.791.163,12	R\$ 199.364.063,59	R\$ 213.611.028,23	R\$ 201.110.499,59	R\$ 164.465.331,42	R\$ 200.871.526,69	13.657	13.574	7,3	0,7	
Guairá	32.974	-R\$ 22.567.132,50	R\$ 95.496.583,93	R\$ 103.507.962,09	R\$ 115.587.592,93	R\$ 87.717.328,32	R\$ 107.044.439,93	3.472	3.468	11,6	1,6	
Ibaiti	31.095	-R\$ 4.544.651,33	R\$ 60.866.518,94	R\$ 71.036.470,66	R\$ 80.175.992,20	R\$ 39.805.654,91	R\$ 52.784.879,19	2.871	2.797	9,5	1	
Imbituva	31.719	-R\$ 58.362.906,94	R\$ 62.866.697,43	R\$ 73.913.898,23	R\$ 77.382.718,35	R\$ 54.753.645,03	R\$ 63.601.929,84	3.349	3.093	10,3	1,4	
Ivaiporã	32.720	-R\$ 41.599.387,84	R\$ 72.048.323,15	R\$ 79.389.440,09	R\$ 83.251.638,02	R\$ 66.541.805,32	R\$ 69.560.497,24	2.758	2.740	3,1	0,3	
Jaguariaíva	34.822	-R\$ 15.336.439,51	R\$ 93.909.312,50	R\$ 113.014.321,80	R\$ 108.404.299,41	R\$ 68.840.890,32	R\$ 86.137.291,38	3.712	3.370	2,5	0,6	
Lapa	48.067	R\$ 360.918.786,45	R\$ 112.411.397,40	R\$ 140.363.102,58	R\$ 171.651.011,09	R\$ 108.302.725,77	R\$ 135.162.067,88	4.434	4.425	5,1	0,7	
Marialva	34.955	-R\$ 45.302.059,56	R\$ 83.150.755,21	R\$ 93.097.682,72	R\$ 131.029.341,50	R\$ 79.912.405,54	R\$ 108.506.293,15	3.220	3.103	9,3	1,2	
Matinhos	33.450	R\$ 9.853.345,68	R\$ 120.725.521,69	R\$ 126.525.885,66	R\$ 142.871.268,13	R\$ 99.135.498,30	R\$ 125.925.061,08	4.749	4.393	8,1	1,1	
Nova Esperança	28.084	-R\$ 47.455.707,56	R\$ 60.051.979,77	R\$ 72.281.711,63	R\$ 75.771.155,49	R\$ 57.587.249,34	R\$ 65.907.969,58	2.216	2.207	4,6	0	
Pinhais	129.445	-R\$ 156.043.744,14	R\$ 335.699.802,78	R\$ 406.042.692,01	R\$ 386.741.628,43	R\$ 300.622.029,79	R\$ 316.455.422,49	13.547	13.563	7,1	1,1	
Pitanga	32.015	-R\$ 47.743.593,69	R\$ 74.659.740,86	R\$ 87.676.489,90	R\$ 88.705.460,00	R\$ 72.547.734,48	R\$ 80.582.749,69	3.293	3.291	6,8	0,6	
Prudentópolis	52.125	-R\$ 69.300.910,73	R\$ 104.158.808,23	R\$ 116.459.265,78	R\$ 117.619.065,37	R\$ 90.307.175,02	R\$ 98.938.485,54	5.035	5.166	5,4	0,8	
Quedas do Iguaçu	33.543	R\$ 1.547.841,00	R\$ 70.560.585,21	R\$ 78.721.312,73	R\$ 90.081.579,19	R\$ 59.911.514,20	R\$ 76.534.037,70	3.363	3.243	6,5	0,7	
Rebouças	14.981	-R\$ 23.578.318,20	R\$ 34.482.644,57	R\$ 39.234.064,54	R\$ 44.797.132,37	R\$ 30.724.384,25	R\$ 37.161.050,47	1.535	1.542	5,8	2,2	
Rio Branco do Sul	32.504	-R\$ 137.700.073,19	R\$ 86.702.237,74	R\$ 98.503.445,18	R\$ 103.611.921,35	R\$ 86.158.703,97	R\$ 89.959.736,86	4.124	3.983	6,2	1,3	
Rio Negro	33.857	-R\$ 50.055.916,51	R\$ 74.630.114,55	R\$ 93.478.355,73	R\$ 95.301.654,59	R\$ 71.384.754,34	R\$ 79.872.860,90	3.486	3.474	4,3	0,1	
Rolândia	64.726	-R\$ 254.103.838,40	R\$ 159.819.344,13	R\$ 177.372.421,59	R\$ 202.327.361,88	R\$ 132.879.336,00	R\$ 163.566.404,54	5.944	5.708	8,6	0	
Salto do Lontra	14.713	R\$ 4.942.498,28	R\$ 37.104.539,37	R\$ 42.111.828,35	R\$ 50.803.450,00	R\$ 33.485.956,17	R\$ 41.495.693,28	1.416	1.408	5,2	0,5	
Santo Antônio da Platina	45.819	-R\$ 74.038.964,10	R\$ 92.533.299,85	R\$ 103.055.665,68	R\$ 128.150.565,19	R\$ 84.955.438,68	R\$ 101.118.612,86	4.295	4.399	7,4	0,7	
São Mateus do Sul	45.398	-R\$ 27.914.758,54	R\$ 101.592.432,49	R\$ 130.514.750,10	R\$ 111.148.424,09	R\$ 92.163.895,40	R\$ 102.987.293,01	4.298	4.416	4,9	0,3	
Telêmaco Borba	77.276	R\$ 35.752.237,00	R\$ 184.021.110,31	R\$ 216.407.938,33	R\$ 218.713.655,50	R\$ 162.811.561,78	R\$ 184.897.736,13	7.469	7.281	4,7	1	
Terra Boa	16.991	-R\$ 26.141.818,05	R\$ 48.024.502,01	R\$ 53.563.269,24	R\$ 58.451.937,37	R\$ 40.517.755,11	R\$ 45.975.721,84	1.666	1.630	4,7	0,2	
Tijucas do Sul	16.348	R\$ 7.201.836,44	R\$ 42.687.798,12	R\$ 42.687.798,12	R\$ 46.638.000,00	R\$ 36.574.450,47	R\$ 47.126.452,23	2.061	1.997	12,1	1,5	

Fonte: Elaboração própria (2020).

## p) Municípios sem OBS – IGP-LP 3 e IGP-LP 4 – Ano de 2018

Município	2018								2018			
	IGP-LP 3 - Gestão Orçamentária								IGP-LP 4 - Educação			
	população	Índice do Resultado Orçamentário (IRO)		Ind. de Exec. Orçamentária das Rec. (IEOR)		Ind. de Exec. Orçamentária das Desp. (IEOD)		Matrícula Inicial (txa de variação de alunos matriculados)	Educação (Txa de reprovação)		Educação (Txa de abandono)	
		superávit ou déficit total	receita realizada	receita arrecadada	receita prevista	despesa realizada	despesa autorizada		total alunos matric. no ano	total alunos matric. no anterior		txa reprovação ensino fundamental %
Astorga	26.011	-R\$ 58.958.897,28	R\$ 64.655.154,15	R\$ 77.563.357,47	R\$ 82.546.886,83	R\$ 65.163.916,55	R\$ 68.476.425,28	2.645	2.670	3,5	0,9	
Cambará	25.252	-R\$ 43.801.175,97	R\$ 56.824.791,01	R\$ 71.474.994,54	R\$ 74.050.053,79	R\$ 54.058.829,12	R\$ 60.602.978,46	1.980	1.815	7,5	1,3	
Cambé	105.704	-R\$ 103.745.054,49	R\$ 225.374.332,60	R\$ 272.993.719,16	R\$ 300.349.697,60	R\$ 230.508.257,85	R\$ 253.211.521,71	9.550	9.389	10,7	0,4	
Campina Grande do Sul	42.880	-R\$ 77.717.799,98	R\$ 117.006.772,22	R\$ 126.698.181,65	R\$ 144.718.315,10	R\$ 98.876.965,10	R\$ 115.291.288,35	5.073	5.175	10,9	1,2	
Castro	71.151	-R\$ 64.122.723,72	R\$ 198.484.568,59	R\$ 223.312.950,71	R\$ 231.312.507,65	R\$ 175.741.855,56	R\$ 197.404.024,71	7.833	7.765	4,1	0,9	
Clevelândia	16.671	-R\$ 33.441.615,03	R\$ 47.110.242,10	R\$ 53.739.371,05	R\$ 66.784.071,04	R\$ 39.639.580,63	R\$ 52.258.075,49	1.662	1.679	9,4	2,5	
Cornélio Procopio	47.847	-R\$ 4.164.620,99	R\$ 118.055.500,31	R\$ 129.489.670,04	R\$ 139.176.000,00	R\$ 117.498.194,29	R\$ 176.019.804,89	3.265	3.181	8,3	0,1	
Dois Vizinhos	40.234	R\$ 8.037.378,38	R\$ 116.249.987,45	R\$ 130.944.502,46	R\$ 144.546.000,00	R\$ 105.048.523,27	R\$ 129.932.674,70	4.183	4.003	4,6	0,1	
Fazenda Rio Grande	98.368	-R\$ 68.043.286,23	R\$ 226.166.302,74	R\$ 241.970.120,30	R\$ 274.163.774,97	R\$ 191.480.702,69	R\$ 229.161.330,94	14.139	13.657	7,3	0,9	
Guaira	32.923	-R\$ 41.930.067,62	R\$ 105.712.634,46	R\$ 114.406.764,91	R\$ 139.701.235,15	R\$ 98.513.855,07	R\$ 117.185.301,89	3.457	3.472	10,8	0,8	
Ibaiti	31.142	-R\$ 6.551.774,58	R\$ 66.123.826,19	R\$ 77.139.739,16	R\$ 105.338.694,18	R\$ 42.867.662,14	R\$ 58.431.585,56	2.978	2.871	7,1	0,5	
Imbituva	32.179	-R\$ 54.873.036,05	R\$ 69.071.268,13	R\$ 80.703.657,52	R\$ 81.810.387,04	R\$ 59.757.592,73	R\$ 70.296.534,14	3.530	3.349	8,6	1,3	
Ivaiporã	32.035	-R\$ 48.656.140,50	R\$ 81.805.432,24	R\$ 89.661.434,60	R\$ 100.026.986,51	R\$ 74.340.273,52	R\$ 79.931.189,41	2.747	2.758	3,2	0,1	
Jaguariaíva	34.683	R\$ 35.241.784,65	R\$ 106.139.849,37	R\$ 128.012.248,48	R\$ 118.939.536,00	R\$ 97.041.114,05	R\$ 101.358.751,74	3.574	3.712	2	0,8	
Lapa	47.909	-R\$ 72.390.612,00	R\$ 121.984.282,96	R\$ 153.063.373,76	R\$ 182.391.318,23	R\$ 118.900.537,08	R\$ 152.489.134,58	4.582	4.434	4,4	0,7	
Marialva	35.180	-R\$ 52.066.780,08	R\$ 95.196.382,54	R\$ 111.102.240,83	R\$ 154.185.220,05	R\$ 88.845.884,87	R\$ 129.095.863,45	3.554	3.220	7,5	0,6	
Matinhos	34.207	-R\$ 21.622.416,00	R\$ 129.625.995,31	R\$ 135.797.046,85	R\$ 154.580.279,62	R\$ 108.413.166,48	R\$ 139.639.069,09	4.779	4.749	7,2	0,7	
Nova Esperança	27.821	-R\$ 69.284.378,83	R\$ 65.702.604,43	R\$ 78.026.113,64	R\$ 72.891.632,59	R\$ 63.537.276,82	R\$ 69.536.625,43	2.122	2.216	5,5	0,6	
Pinhais	130.789	-R\$ 249.909.420,48	R\$ 344.888.584,71	R\$ 414.131.849,26	R\$ 392.509.272,40	R\$ 316.329.509,76	R\$ 333.005.395,07	13.219	13.547	7,1	1	
Pitanga	30.635	-R\$ 59.647.932,18	R\$ 79.893.916,48	R\$ 95.131.890,37	R\$ 93.774.658,92	R\$ 80.373.115,95	R\$ 87.995.323,07	3.205	3.293	6,6	0,2	
Prudentópolis	51.961	-R\$ 261.481.802,74	R\$ 109.590.023,78	R\$ 133.820.482,91	R\$ 137.395.000,00	R\$ 103.872.993,03	R\$ 116.963.678,38	4.879	5.035	4,6	0,7	
Quedas do Iguaçu	33.788	-R\$ 51.492.293,31	R\$ 75.456.019,97	R\$ 84.159.738,20	R\$ 96.447.173,01	R\$ 65.392.331,69	R\$ 83.036.614,74	3.230	3.363	5,2	0,4	
Rebouças	14.851	-R\$ 22.469.376,74	R\$ 37.708.276,41	R\$ 42.794.167,11	R\$ 53.484.531,60	R\$ 35.039.382,90	R\$ 45.684.549,03	1.499	1.535	8,1	0,6	
Rio Branco do Sul	32.273	-R\$ 69.354.808,90	R\$ 89.077.945,89	R\$ 100.961.330,36	R\$ 109.612.942,00	R\$ 90.375.569,25	R\$ 99.960.628,59	4.202	4.124	5,8	0,6	
Rio Negro	33.922	-R\$ 61.975.846,34	R\$ 80.078.930,61	R\$ 97.367.818,20	R\$ 98.991.057,51	R\$ 76.499.080,55	R\$ 84.362.467,96	3.606	3.486	5,4	0,1	
Rolândia	65.757	-R\$ 80.396.677,06	R\$ 169.951.486,86	R\$ 202.251.761,47	R\$ 235.571.080,31	R\$ 157.237.196,91	R\$ 184.066.217,06	6.382	5.944	6,7	0,8	
Salto do Lontra	14.695	-R\$ 24.842.568,20	R\$ 39.886.184,34	R\$ 45.234.145,54	R\$ 54.955.880,00	R\$ 33.517.227,95	R\$ 45.898.780,11	1.409	1.416	4,9	0,4	
Santo Antônio da Platina	45.728	-R\$ 34.231.065,03	R\$ 94.809.657,37	R\$ 105.453.439,82	R\$ 145.653.985,09	R\$ 91.265.074,56	R\$ 116.988.429,65	4.392	4.295	7,6	0,5	
São Mateus do Sul	45.806	-R\$ 96.778.600,13	R\$ 107.675.605,16	R\$ 134.433.909,10	R\$ 255.946.543,31	R\$ 104.963.031,30	R\$ 116.791.351,11	4.213	4.298	5,7	0,3	
Telêmaco Borba	78.135	-R\$ 3.073.945,41	R\$ 196.927.613,78	R\$ 244.090.094,02	R\$ 68.010.003,34	R\$ 192.655.494,49	R\$ 213.899.417,60	7.608	7.469	4,4	0,9	
Terra Boa	16.984	-R\$ 32.517.484,72	R\$ 56.820.677,27	R\$ 66.723.243,19	R\$ 68.010.003,34	R\$ 52.395.435,21	R\$ 61.121.643,01	1.875	1.666	3,5	0,9	
Tijucas do Sul	16.646	R\$ 21.186.861,26	R\$ 42.253.064,53	R\$ 47.577.840,06	R\$ 51.810.000,00	R\$ 38.564.929,64	R\$ 51.260.564,67	1.997	2.061	8,6	1,5	

Fonte: Elaboração própria (2020).

## q) Municípios com OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2015

Município	2015							
	população	IGP-LP 5 - Segurança		IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios)		Saúde (Mortalidade infantil)		Economia (PIB)		Economia (Renda e emprego)
		total homicídios	txa mortalidade infantil(cada mil nasc)	núm. de médicos no município	PIB per capita	empregos no ano	empregos no ano anterior	
Apucarana	130.430	12	12,81	292	R\$ 22.271,00	33.991	35.643	
Arapongas	115.412	8	15,97	201	R\$ 33.673,00	35.976	38.241	
Assis Chateaubriand	34.027	7	14,22	30	R\$ 29.225,00	5.912	5.877	
Campo Largo	124.098	59	13,56	365	R\$ 28.926,00	30.060	30.126	
Campo Mourão	92.930	18	8,51	181	R\$ 33.176,00	25.730	26.359	
Cianorte	77.515	5	7,91	157	R\$ 30.248,00	23.437	23.721	
Faxinal	17.160	4	12,05	13	R\$ 21.116,00	2.529	2.608	
Francisco Beltrão	86.499	17	6,39	166	R\$ 30.313,00	26.418	27.235	
Goioerê	29.702	4	8,24	20	R\$ 24.201,00	5.374	5.493	
Irati	59.708	4	4,67	65	R\$ 24.826,00	11.728	12.396	
Laranjeiras do Sul	32.133	4	14,08	30	R\$ 19.842,00	5.119	5.206	
Mandaguari	34.289	10	9,92	28	R\$ 34.007,00	10.090	10.613	
Mal. Cândido Rondon	50.808	5	21,21	65	R\$ 36.042,00	15.568	15.425	
Medianeira	44.885	3	13,77	74	R\$ 33.029,00	19.230	17.901	
Palmas	47.674	9	19,49	36	R\$ 20.534,00	10.955	10.791	
Palmeira	33.753	1	14,43	28	R\$ 30.486,00	6.978	7.038	
Paranaguá	150.660	43	8,10	146	R\$ 47.256,00	39.005	38.275	
Paranavaí	86.773	17	6,48	142	R\$ 24.552,00	22.893	23.158	
Pato Branco	79.011	16	9,02	214	R\$ 38.833,00	27.448	27.259	
Toledo	132.077	23	8,80	200	R\$ 36.892,00	45.621	47.414	
Umuarama	108.218	13	16,74	241	R\$ 28.752,00	31.661	31.970	
União da Vitória	56.265	12	12,37	110	R\$ 22.373,00	13.508	13.904	

Fonte: Elaboração própria (2020).

r) Municípios com OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2016

Município	Ano população	2016					
		IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios e Latrocínios)	Saúde (Mortalidade infantil)	Saúde (Profissionais da saúde)	Economia (PIB)	Economia (Renda e emprego)	
		total homicídios	núm. de óbitos c/ menos de 1 ano	núm. de médicos no município	PIB per capita	empregos no ano	empregos no ano anterior
Apucarana	131.571	17	10,61	319	R\$ 22.627,00	33.224	33.991
Arapongas	116.960	20	12,16	262	R\$ 34.502,00	33.835	35.976
Assis Chateaubriand	34.046	2	6,74	37	R\$ 33.931,00	5.917	5.912
Campo Largo	125.719	46	14,53	448	R\$ 30.313,00	28.712	30.060
Campo Mourão	93.547	16	11,77	192	R\$ 35.948,00	25.476	25.730
Cianorte	78.553	11	6,55	159	R\$ 31.722,00	22.917	23.437
Faxinal	17.233	5	12,20	11	R\$ 24.004,00	2.595	2.529
Francisco Beltrão	87.491	12	8,46	176	R\$ 32.502,00	22.814	26.418
Goioerê	29.683	3	13,40	24	R\$ 26.167,00	5.112	5.374
Irati	60.070	4	9,38	74	R\$ 26.193,00	11.772	11.728
Laranjeiras do Sul	32.228	6	10,71	35	R\$ 21.540,00	5.181	5.119
Mandaguari	34.425	3	10,68	27	R\$ 38.742,00	10.474	10.090
Mal. Cândido Rondon	51.306	10	14,64	74	R\$ 40.507,00	15.390	15.568
Medianeira	45.239	8	13,24	75	R\$ 36.982,00	19.368	19.230
Palmas	48.339	9	12,36	35	R\$ 22.004,00	10.757	10.955
Palmeira	33.889	3	9,05	31	R\$ 38.154,00	7.071	6.978
Paranaguá	151.829	45	9,28	140	R\$ 54.722,00	38.106	39.005
Paranavaí	87.316	12	7,88	149	R\$ 25.480,00	21.892	22.893
Pato Branco	79.869	18	12,31	218	R\$ 41.739,00	27.090	27.448
Toledo	133.824	16	8,27	196	R\$ 40.406,00	45.987	45.621
Umuarama	109.132	14	13,60	270	R\$ 28.952,00	29.268	31.661
União da Vitória	56.650	10	10,55	125	R\$ 24.839,00	13.144	13.508

Fonte: Elaboração própria (2020).



s) Municípios com OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2017

Município	2017						
	população	IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios e Latrocínios)	Saúde (Mortalidade infantil)	Saúde (Profissionais da saúde)	Economia (PIB)	Economia (Renda e emprego)	
		total homicídios	núm. de óbitos c/ menos de 1 ano	núm. de médicos no município	PIB per capita	empregos no ano	empregos no ano anterior
Apucarana	132.691	9	18,48	344	R\$ 23.872,00	33.337	33.224
Arapongas	118.477	11	10,07	296	R\$ 37.763,00	34.554	33.835
Assis Chateaubriand	34.064	3	6,38	39	R\$ 33.808,00	5.949	5.917
Campo Largo	127.309	26	11,53	446	R\$ 32.610,00	29.057	28.712
Campo Mourão	94.153	16	12,27	195	R\$ 36.491,00	24.931	25.476
Cianorte	79.571	6	8,90	171	R\$ 34.136,00	22.768	22.917
Faxinal	17.306	2	3,70	10	R\$ 23.927,00	2.607	2.595
Francisco Beltrão	88.465	9	12,95	198	R\$ 34.694,00	26.692	22.814
Goioerê	29.664	7	13,05	24	R\$ 27.491,00	5.212	5.112
Irati	60.425	5	9,41	78	R\$ 29.692,00	11.883	11.772
Laranjeiras do Sul	32.379	6	18,75	45	R\$ 22.559,00	5.208	5.181
Mandaguari	34.559	5	7,87	32	R\$ 44.573,00	10.199	10.474
Mal. Cândido Rondon	51.795	4	13,19	81	R\$ 42.457,00	15.808	15.390
Medianeira	45.586	5	10,42	75	R\$ 39.985,00	17.023	19.368
Palmas	48.990	6	16,67	44	R\$ 22.524,00	10.948	10.757
Palmeira	34.023	3	10,22	33	R\$ 42.068,00	7.460	7.071
Paranaguá	152.975	44	5,08	143	R\$ 64.431,00	38.591	38.106
Paranavaí	87.850	9	3,89	154	R\$ 30.151,00	22.400	21.892
Pato Branco	80.710	6	10,71	228	R\$ 44.591,00	28.213	27.090
Toledo	135.538	13	9,71	206	R\$ 43.746,00	50.568	45.987
Umuarama	109.955	26	15,32	294	R\$ 29.870,00	29.625	29.268
União da Vitória	57.027	10	9,50	132	R\$ 26.835,00	13.233	13.144

Fonte: Elaboração própria (2020).

## t) Municípios com OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2018

Município	Ano população	2018					
		IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios e Latrocínios)	Saúde (Mortalidade infantil)	Saúde (Profissionais da saúde)	Economia (PIB)	Economia (Renda e emprego)	
		total homicídios	núm. de óbitos c/ menos de 1 ano	núm. de médicos no município	PIB per capita*	empregos no ano	empregos no ano anterior
Apucarana	133.726	2	11,11	382	R\$ 23.872,00	33.121	33.337
Arapongas	121.198	11	10,67	303	R\$ 37.763,00	34.778	34.554
Assis Chateaubriand	33.397	5	6,49	42	R\$ 33.808,00	5.970	5.949
Campo Largo	130.091	28	12,83	424	R\$ 32.610,00	28.557	29.057
Campo Mourão	94.212	15	14,70	221	R\$ 36.491,00	25.906	24.931
Cianorte	81.393	9	18,30	177	R\$ 34.136,00	23.201	22.768
Faxinal	17.185	4	7,87	12	R\$ 23.927,00	2.619	2.607
Francisco Beltrão	89.942	7	13,58	226	R\$ 34.694,00	23.868	26.692
Goioerê	28.962	8	2,68	27	R\$ 27.491,00	5.298	5.212
Irati	60.357	3	9,71	89	R\$ 29.692,00	11.862	11.883
Laranjeiras do Sul	32.006	5	9,35	41	R\$ 22.559,00	5.303	5.208
Mandaguari	34.281	4	8,06	27	R\$ 44.573,00	10.591	10.199
Mal. Cândido Rondon	52.379	10	9,20	84	R\$ 42.457,00	16.772	15.808
Medianeira	45.812	7	9,45	81	R\$ 39.985,00	18.103	17.023
Palmas	50.198	10	18,31	40	R\$ 22.524,00	11.268	10.948
Palmeira	33.757	3	14,83	25	R\$ 42.068,00	7.607	7.460
Paranaguá	153.666	65	8,59	177	R\$ 64.431,00	40.156	38.591
Paranavaí	87.813	18	5,50	153	R\$ 30.151,00	22.355	22.400
Pato Branco	81.893	11	8,51	248	R\$ 44.591,00	28.874	28.213
Toledo	138.572	9	14,26	220	R\$ 43.746,00	50.820	50.568
Umuarama	110.590	16	12,86	297	R\$ 29.870,00	29.940	29.625
União da Vitória	57.111	7	7,35	129	R\$ 26.835,00	13.816	13.233

\* Utilizado o mesmo de 2017. Motivo: dados ainda não disponíveis.

Fonte: Elaboração própria (2020).

## u) Municípios sem OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2015

Município	Ano população	2015					
		IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios) total homicídios	Saúde (Mortalidade infantil) txa mortalidade infantil(cada mil nasc)	Saúde (Profissionais da saúde) núm. de médicos no município	Economia (PIB) PIB per capita	Economia (Renda e emprego) empregos no ano empregos no ano anterior	
Astorga	25.976	3	14,12	27	22.938	6.028	6.135
Cambará	25.170	0	12,82	15	23.410	5.641	5.587
Cambé	103.822	10	9,93	144	34.094	22.679	22.537
Campina Grande do Sul	41.821	24	17,14	190	26.275	8.215	8.303
Castro	70.810	10	14,05	57	31.935	16.919	16.643
Clevelândia	17.373	1	18,38	9	23.757	2.488	2.578
Cornélio Procópio	48.551	9	13,99	118	28.339	15.770	16.064
Dois Vizinhos	39.138	2	4,98	21	33.503	13.369	13.284
Fazenda Rio Grande	92.204	53	19,06	33	19.076	14.646	14.662
Guaira	32.591	19	12,8	36	23.770	4.991	5.610
Ibaiti	30.678	5	12,01	24	18.389	5.354	5.203
Imbituva	31.055	1	4,45	17	22.307	6.113	6.406
Ivaiporã	32.710	1	14,85	52	20.207	5.786	5.650
Jaguariaíva	34.468	1	11,25	26	37.367	8.481	8.689
Lapa	47.557	10	10,99	41	29.436	10.017	9.813
Marialva	34.388	4	20,08	21	37.688	7.765	8.082
Matinhos	32.591	20	7,89	25	27.084	9.685	7.838
Nova Esperança	27.886	4	8,36	24	21.121	5.243	5.497
Pinhais	127.045	41	6,83	102	40.075	44.406	45.982
Pitanga	32.419	3	10,46	16	21.623	5.485	5.264
Prudentópolis	51.567	11	8,62	25	18.060	6.593	6.571
Quedas do Iguaçu	32.982	5	4,06	16	34.178	5.942	5.910
Rebouças	14.869	0	8,7	5	20.498	1.805	1.830
Rio Branco do Sul	32.232	23	12,48	18	36.451	5.095	5.344
Rio Negro	33.395	3	12,38	108	28.940	7.737	7.844
Rolândia	63.316	7	18,66	20	36.221	20.448	21.872
Salto do Lontra	14.539	0	11,49	2	20.861	2.339	2.390
Santo Antônio da Platina	45.299	7	8,2	51	21.579	10.369	10.486
São Mateus do Sul	44.594	6	9,71	40	26.283	7.731	7.888
Telêmaco Borba	75.809	39	13,68	57	38.927	19.592	17.209
Terra Boa	16.781	3	0	10	21.474	4.621	4.818
Tijucas do Sul	15.970	2	4,41	4	22.378	3.088	3.525

Fonte: Elaboração própria (2020).

## v) Municípios sem OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2016

Município	2016						
	população	IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios)	Saúde (Mortalidade infantil)	Saúde (Profissionais da saúde)	Economia (PIB)	Economia (Renda e emprego)	
		total homicídios	txa mortalidade infantil(cada mil nasc)	núm. de médicos no município	PIB per capita	empregos no ano	empregos no ano anterior
Astorga	26.087	6	12,2	25	23.815	5.788	6.028
Cambará	25.287	2	3,48	16	26.084	5.355	5.641
Cambé	104.592	4	10,35	156	34.471	21.758	22.679
Campina Grande do Sul	42.187	18	10,18	198	27.279	7.918	8.215
Castro	71.159	11	10,78	66	35.209	16.825	16.919
Clevelândia	17.311	9	7,6	12	26.783	2.589	2.488
Cornélio Procópio	48.615	7	9,17	120	28.945	15.159	15.770
Dois Vizinhos	39.500	6	9,51	27	37.542	10.159	13.369
Fazenda Rio Grande	93.730	42	7,11	38	22.048	14.783	14.646
Guaíra	32.784	21	19,19	41	27.376	5.130	4.991
Ibaiti	30.888	1	17,09	27	18.936	5.330	5.354
Imbituva	31.391	3	13,92	18	23.071	6.234	6.113
Ivaiporã	32.715	3	16,13	47	21.620	5.655	5.786
Jaguariaíva	34.647	2	8,61	28	40.118	8.246	8.481
Lapa	47.814	14	11,8	47	36.462	9.799	10.017
Marialva	34.675	2	0	21	39.611	7.723	7.765
Matinhos	33.024	18	6,33	32	28.584	9.761	9.685
Nova Esperança	27.986	2	12,38	21	23.567	4.900	5.243
Pinhais	128.256	36	10,02	95	41.994	42.116	44.406
Pitanga	32.215	6	11,36	19	25.363	5.377	5.485
Prudentópolis	51.849	3	13,22	25	20.353	6.595	6.593
Quedas do Iguaçu	33.265	2	8,62	15	38.160	5.772	5.942
Rebouças	14.926	0	18,6	5	21.733	1.760	1.805
Rio Branco do Sul	32.369	18	9,9	16	33.187	4.751	5.095
Rio Negro	33.628	3	5,46	112	30.088	7.640	7.737
Rolândia	64.028	10	9,06	24	38.474	19.523	20.448
Salto do Lontra	14.627	2	17,96	5	23.294	2.396	2.339
Santo Antônio da Platina	45.562	7	16,34	52	22.076	10.051	10.369
São Mateus do Sul	45.000	3	8,7	40	26.471	7.286	7.731
Telêmaco Borba	76.550	35	7,53	58	44.276	18.971	19.592
Terra Boa	16.887	10	8,33	7	23.609	4.469	4.621
Tijucas do Sul	16.161	0	4,67	8	21.808	2.982	3.088

Fonte: Elaboração própria (2020).

## w) Municípios sem OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2017

Município	2017						
	população	IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios)	Saúde (Mortalidade infantil)	Saúde (Profissionais da saúde)	Economia (PIB)	Economia (Renda e emprego)	
		total homicídios	txa mortalidade infantil(cada mil nasc)	núm. de médicos no município	PIB per capita	empregos no ano	empregos no ano anterior
Astorga	26.196	1	9,52	32	27.527	5.691	5.788
Cambará	25.401	1	7,07	18	24.381	5.444	5.355
Cambé	105.347	7	14,76	155	36.458	22.164	21.758
Campina Grande do Sul	42.547	13	9,5	221	34.854	8.284	7.918
Castro	71.501	7	11,58	91	37.188	17.493	16.825
Clevelândia	17.250	1	17,39	13	29.004	2.537	2.589
Cornélio Procópio	48.677	8	11,63	124	29.744	15.986	15.159
Dois Vizinhos	39.856	2	6,41	36	37.879	13.383	10.159
Fazenda Rio Grande	95.225	51	12,3	37	25.010	15.277	14.783
Guaíra	32.974	12	14,11	43	26.591	4.841	5.130
Ibaiti	31.095	0	5,78	28	20.872	5.530	5.330
Imbituva	31.719	7	10,62	19	26.187	6.714	6.234
Ivaiporã	32.720	2	0	57	23.082	5.764	5.655
Jaguariaíva	34.822	6	12,68	24	40.846	7.926	8.246
Lapa	48.067	7	7,08	50	39.093	9.346	9.799
Marialva	34.955	2	10,14	24	41.388	7.969	7.723
Matinhos	33.450	22	20,7	32	22.302	7.239	9.761
Nova Esperança	28.084	1	9,09	11	27.235	5.015	4.900
Pinhais	129.445	44	11,11	121	43.214	41.865	42.116
Pitanga	32.015	2	9,11	23	25.468	5.454	5.377
Prudentópolis	52.125	9	12,03	21	22.488	6.443	6.595
Quedas do Iguaçu	33.543	19	11,86	14	38.742	5.854	5.772
Rebouças	14.981	0	17,09	6	24.136	1.845	1.760
Rio Branco do Sul	32.504	15	7,12	20	32.699	4.969	4.751
Rio Negro	33.857	3	9,85	120	33.082	7.476	7.640
Rolândia	64.726	17	21,72	24	40.155	20.112	19.523
Salto do Lontra	14.713	5	4,74	2	25.311	2.664	2.396
Santo Antônio da Platina	45.819	9	8,85	60	24.910	10.330	10.051
São Mateus do Sul	45.398	4	12,35	46	27.274	7.304	7.286
Telêmaco Borba	77.276	15	7,81	61	49.647	20.107	18.971
Terra Boa	16.991	0	8,66	7	26.360	4.694	4.469
Tijucas do Sul	16.348	2	12,24	10	18.714	2.161	2.982

Fonte: Elaboração própria (2020).

## x) Municípios sem OBS – IGP-LP 5, IGP-LP 6 e IGP-LP 7 – Ano de 2018

Município	Ano população	2018					
		IGP-LP 5 - Segurança	IGP-LP 6 - Saúde		IGP-LP 7 - Economia		
		Segurança (Homicídios) total homicídios	Saúde (Mortalidade infantil) txa mortalidade infantil(cada mil nasc)	Saúde (Profissionais da saúde) núm. de médicos no município	Economia (PIB) PIB per capita*	Economia (Renda e emprego) empregos no ano empregos no ano anterior	
Astorga	26.011	3	14,12	27	R\$ 27.527,00	5.651	5.691
Cambará	25.252	0	0	24	R\$ 24.381,00	5.475	5.444
Cambé	105.704	4	6,93	168	R\$ 36.458,00	22.389	22.164
Campina Grande do Sul	42.880	18	15,63	248	R\$ 34.854,00	8.830	8.284
Castro	71.151	9	9,88	102	R\$ 37.188,00	17.846	17.493
Clevelândia	16.671	2	7,6	18	R\$ 29.004,00	2.521	2.537
Cornélio Procópio	47.847	7	11,98	130	R\$ 29.744,00	15.600	15.986
Dois Vizinhos	40.234	0	14,61	37	R\$ 37.879,00	11.016	13.383
Fazenda Rio Grande	98.368	25	14,14	37	R\$ 25.010,00	16.368	15.277
Guaíra	32.923	9	10,81	47	R\$ 26.591,00	5.030	4.841
Ibaiti	31.142	3	14,74	22	R\$ 20.872,00	5.576	5.530
Imbituva	32.179	1	17,02	22	R\$ 26.187,00	6.460	6.714
Ivaiporã	32.035	6	4,99	60	R\$ 23.082,00	5.806	5.764
Jaguariaíva	34.683	6	16,27	27	R\$ 40.846,00	8.334	7.926
Lapa	47.909	15	1,66	47	R\$ 39.093,00	9.330	9.346
Marialva	35.180	1	10,27	25	R\$ 41.388,00	8.139	7.969
Matinhos	34.207	18	3,82	30	R\$ 22.302,00	6.737	7.239
Nova Esperança	27.821	3	3,09	14	R\$ 27.235,00	4.947	5.015
Pinhais	130.789	38	5,88	177	R\$ 43.214,00	41.989	41.865
Pitanga	30.635	3	10,22	25	R\$ 25.468,00	5.426	5.454
Prudentópolis	51.961	10	11,69	21	R\$ 22.488,00	6.911	6.443
Quedas do Iguaçu	33.788	9	12,17	24	R\$ 38.742,00	5.707	5.854
Rebouças	14.851	2	10,1	5	R\$ 24.136,00	1.874	1.845
Rio Branco do Sul	32.273	24	8,56	10	R\$ 32.699,00	4.940	4.969
Rio Negro	33.922	4	10,64	100	R\$ 33.082,00	7.580	7.476
Rolândia	65.757	3	10,26	27	R\$ 40.155,00	19.973	20.112
Salto do Lontra	14.695	4	0	1	R\$ 25.311,00	2.524	2.664
Santo Antônio da Platina	45.728	11	16,05	63	R\$ 24.910,00	10.386	10.330
São Mateus do Sul	45.806	2	12,3	41	R\$ 27.274,00	7.577	7.304
Telêmaco Borba	78.135	36	10,41	63	R\$ 49.647,00	20.253	20.107
Terra Boa	16.984	2	18,35	8	R\$ 26.360,00	4.867	4.694
Tijucas do Sul	16.646	2	3,8	6	R\$ 18.714,00	2.149	2.161

\* Utilizado o mesmo de 2017. Motivo: dados ainda não disponíveis.

Fonte: Elaboração própria (2020).